

Tatiana Paiva Xavier

**ENTRE A PRESERVAÇÃO E O PROGRESSO:**  
O PALIMPSESTO URBANO NA FORMAÇÃO DA PAISAGEM DE SÃO JOÃO DEL-  
REI/ MG

Belo Horizonte  
Escola de Arquitetura da UFMG  
2018

Tatiana Paiva Xavier

**ENTRE A PRESERVAÇÃO E O PROGRESSO:**  
O PALIMPSESTO URBANO NA FORMAÇÃO DA PAISAGEM DE SÃO JOÃO DEL  
REI/ MG

Dissertação apresentada para defesa ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PAPCS) da Escola de Arquitetura e Design da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de Pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído

Orientador (a): Professora Dra. Staël de Alvarenga Pereira Costa

Belo Horizonte  
Escola de Arquitetura da UFMG  
2018

#### FICHA CATALOGRÁFICA

X3e

Xavier, Tatiana Paiva.

Entre a preservação e o progresso [manuscrito] : o palimpsesto urbano na formação da paisagem de São João del-Rei/MG / Tatiana Paiva Xavier. - 2018.

173 f. : il.

Orientadora: Staél de Alvarenga Pereira Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. São João del-Rei (MG) - Teses . 2. Morfologia urbana - Teses. 3. Planejamento urbano - Teses. 4. Paisagem urbana - Teses. 5. Usos e costumes - Teses. I. Costa, Staél de Alvarenga Pereira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA Tatiana Paiva Xavier nº de matrícula 2016676617 DO CURSO DE MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos na sala 322 da Escola de Arquitetura, situada à Rua Paraíba, número seiscentos e noventa e sete, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "Entre a preservação e o progresso: o palimpsesto urbano na formação da paisagem de São João del-Rei/ MG" requisito final para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Bens Culturais, Tecnologia e Território". Abrindo a sessão, a orientadora professora doutora Staël de Alvarenga Pereira Costa, após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final, pediu para a aluna iniciar a apresentação do seu trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão reuniu-se, sem a presença da mestrande e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

( ) Aprovação

(X) Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata, no prazo de 30 dias. *INSTRUIR UM PLANO MELHOR DE REVISÃO DOS PARÁGRAFOS ADICIONAIS O CAPÍTULOS COM INSCRIÇÃO*

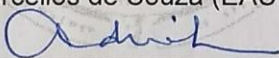
( ) Reprovação *DESAFIDADA POR PARTE DOS CAPÍTULOS 01 e 05 - INSCRIÇÃO DESEJADA DA ALTA NA INTRODUÇÃO COM BREVES COMENTÁRIOS SOBRE FONTES.*

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão.

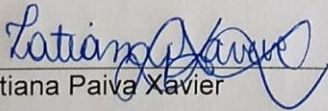
Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:

  
Profª. Dra. Gisela Barcellos de Souza (EAUFMG)

  
Profª. Dra. Adriana Gomes do Nascimento (UFSJ)

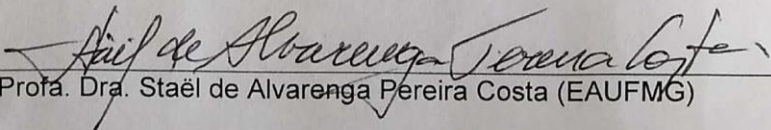
Ciente:

  
Tatiana Paiva Xavier

Atesto que as alterações exigidas serão cumpridas.

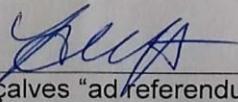
Belo Horizonte, 21 de setembro de 2018.

Orientadora:

  
Profª. Dra. Staël de Alvarenga Pereira Costa (EAUFMG)

Homologado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação do curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável em

Coordenadora:

  
Profª. Dra. Yacy Ara Froner Gonçalves "ad referendum"

Profª. Dra. Yacy-Ara Froner  
Coordenadora  
Programa de Pós-Graduação em Ambiente  
Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS)  
Escola de Arquitetura/UFMG



## DEDICÁTORIA

A vovó Nenzinha pelos ensinamentos...

## **AGRADECIMENTOS**

A CAPES pela oportunidade. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais pela oportunidade de aprimorar os meus estudos e desenvolver este trabalho.

Aos professores do PACPS pela troca de experiências e discussões que permitiram a ampliação das discussões conceituais e metodológicas.

À orientadora, Staël Alvarenga, pelo empenho e cuidado para que este trabalho se realizasse.

Aos colegas do PACPS, que se fizeram sempre presentes, prontos a compartilhar dessa longa jornada. Aos amigos Edson, Camila, Bruna e Fê, pela amizade e pelos auxílios.

Ao André, sem sombra de dúvidas, meu maior incentivador, que não me deixou desistir, mesmo diante de várias tribulações, sendo presença e companhia constante.

À minha família, pela base e amor.

Aos colegas do Escritório Técnico do IPHAN de São João del-Rei pelo apoio e pela ajuda nesses dois anos.

Às professoras da Universidade Federal de São João del-Rei, Alba, Adriana, Luzia e Liziane, pelas contribuições e experiências compartilhadas.

À cidade de São João del-Rei pelo aprendizado constante.

E sobretudo, agradeço a Deus, por ter me dado força e saúde nesta longa e exaustiva jornada.

Convite  
"São João del Rey  
A fachada do Carmo  
A igreja branca de São Francisco  
Os morros  
O córrego do Lenheiro  
Ide a São João del Rey  
De trem  
Como os paulistas foram  
A pé de ferro "  
(Oswald de Andrade)

## RESUMO

A investigação proposta nesta dissertação teve como objetivo verificar a evolução das formas urbanas da cidade de São João del-Rei/MG oriundas das transformações nela ocorridas ao longo dos anos, uma vez que a forma urbana é produto das ações políticas, sociais e econômicas que promovem singularidade à paisagem urbana. A cidade de São João del-Rei surge no período colonial brasileiro como um dos principais núcleos mineradores fundados no século XVIII, no contexto do Ciclo do Ouro em Minas Gerais. Devido a sua importância no período colonial mineiro, foi a primeira cidade inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938. Na condição de sede da Comarca do Rio das Mortes, São João del-Rei era ponto privilegiado no Caminho Velho, atraindo e concentrando investimentos. Ao contrário do ocorrido em outras cidades mineiras do período colonial, não houve estagnação de seu desenvolvimento como consequência imediata do declínio da sua produção aurífera, devido a sua importância regional como sede da Comarca do Rio das Mortes e como produtora mercantil de gêneros alimentícios. A região continuou se desenvolvendo possibilitando a construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) em 1881, ligação fundamental entre o Sul de Minas e a capital do Império. A construção da ferrovia reduziu as distâncias, diminuindo os custos e fortalecendo a economia local, difundindo no interior os ideais de modernização, sobretudo das reformas urbanas realizadas na Belle Époque no final do século XIX. Desta maneira, o desenvolvimento econômico de São João del-Rei ao longo do tempo promoveu alterações na forma urbana do centro histórico da cidade, podendo ser compreendido como o resultado de um processo dinâmico de evolução econômica, cultural e urbana. Assim, com o intuito de investigar o desenvolvimento do tecido urbano do centro histórico de São João del-Rei/MG, foram utilizados os procedimentos metodológicos contidos nos preceitos da Escola Inglesa de Morfologia Urbana, como o conceito do palimpsesto urbano, que expõe que a forma urbana é constituída pela sobreposição de camadas que se estruturaram ao longo do tempo. Como hipótese, procurou-se compreender a singularidade dos tecidos urbanos, bem como da paisagem urbana de São João del-Rei como Conjunto Tombado pelo IPHAN em contrapartida às demais cidades coloniais tombadas à época pelo Instituto em Minas Gerais. Buscou-se, assim, analisar a evolução urbana para reconhecer as qualidades e valores intrínsecos à sua forma, com o intuito de investigar a composição que representem as características singulares da formação da paisagem urbana deste conjunto tombado em 2018. Desta forma, espera-se contribuir para sua manutenção de forma a preservá-la ou construí-la, assegurando sua singularidade e fortalecendo a questão do pertencimento por meio da consolidação da identidade local.

**Palavras-chave:** São João del-Rei; Morfologia Urbana; Paisagem urbana; Escola Inglesa de Morfologia Urbana; Tradição e modernidade.

## ABSTRACT

The research proposed in this dissertation had the objective of verifying the urban forms evolution of São João del-Rei/MG caused by changes that have occurred over the years, since the urban form is a product of the political, social and economic actions that promote uniqueness to the urban landscape. The city of São João del-Rei appears in the Brazilian colonial period as one of the main mining centers founded in the XVIII century in the context of Gold Cycle in Minas Gerais. Due to its importance in the colonial period of Minas Gerais, it was the first city inscribed in the Book of Belas Artes do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) in 1938. As headquarters of the Rio das Mortes District, São João del-Rei was a privileged point in the Caminho Velho, attracting and concentrating investments. Contrary to what occurred in other Minas Gerais towns of colonial period, there was no stagnation of its development as an immediate consequence of the decline of gold production due to its regional importance as the headquarters of the Rio das Mortes and as a mercantile producer of foodstuffs. The region continued to develop allowing the construction of the Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) in 1881, a fundamental link between the south of Minas and the capital of the empire. The construction of the railway reduced distances, reducing costs and strengthening the local economy, spreading ideals of modernization in the interior, especially the urban reforms carried out in Belle Époque at the end of XIX century. In this way, the economic development of São João del-Rei over time has promoted changes in the urban form of the historical center of the city, and can be understood as the result of a dynamic process of economic, cultural and urban evolution. Therefore, in order to investigate the development of the urban fabric of the historical center of São João del-Rei, the methodological procedures contained in the concepts of the English School of Urban Morphology, as well as the concept of the urban palimpsest, urban structure is constituted by the overlapping of layers that have structured over time. As a hypothesis, it sought to understand the uniqueness of the urban fabrics, as well as the urban landscape of São João del-Rei as Dropped Aggregate by IPHAN, in contrast to the of other colonial cities registered by the Institute in Minas Gerais. The aim was to analyze urban evolution to recognize the qualities and values intrinsic to its form, with the purpose of understanding the current composition that represent the unique characteristics of the formation of the urban landscape of this set in 2018. In this way, it can contribute to its maintenance in order to preserve or build it, ensuring its uniqueness and strengthening the issue of belonging through the consolidation of local identity.

**Keywords:** São João del-Rei; Urban Morphology; Urban landscape; English School of Urban Morphology; Tradition and modernity.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Períodos Morfológicos de São João del-Rei. ....	40
Figura 2 – Mapa esquemático da possível localização do Porto Real (Século XVIII). .....	45
Figura 3 – Mapa esquemático da localização do Arraial Novo (Século XVIII).....	46
Figura 4 – Mapa esquemático da localização do Capão da Traição. ....	48
Figura 5 – Mapa esquemático da destruição do Arraial Novo. ....	49
Figura 6 – Mapa esquemático da reconstrução do Arraial Novo.....	50
Figura 7 – Mapa da Capitania de Minas Gerais com indicação das Comarcas (localização da Vila de São João del-Rei em amarelo). ....	51
Figura 8 – Mapa da Comarca do Rio das Mortes (localização de São João del-Rei em amarelo). ....	53
Figura 9 – Vista parcial do centro histórico. Detalhe para o eixo estruturador analisado nos períodos morfológicos entre as igrejas (Rua Getúlio Vargas e Rua Padre José Maria Xavier). ....	58
Figura 10 – Eixo estruturador em análise, partindo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Igreja de São Francisco de Assis). ....	58
Figura 11 – Primeiro Período Morfológico de São João del-Rei: A Morfogênese (1704-1713). ....	60
Figura 12 – Croqui da Capela Primitiva de Nossa Senhora do Pilar no Morro da Forca. ....	61
Figura 13 – Síntese da evolução urbana de São João del-Rei no período colonial. .	63
Figura 14 – Localização das igrejas do período colonial de São João del-Rei.....	66
Figura 15 – Vista do Senhor dos Montes .....	67
Figura 16 – Vista aérea de Matozinhos (fim do século XIX).....	67
Figura 17 – Córrego do Lenheiro e cidade de São João del-Rei ao fundo (fim do século XIX). ....	68
Figura 18 – Segundo Período Morfológico de São João del-Rei: Criação da Vila de São João del-Rei (1713-1838). ....	69
Figura 19 – Vista de São João del-Rei por Robert Walsh (1828) e a descrição triangular de Saint-Hilaire. ....	74

Figura 20 – Pintura em aquarela de Rugendas (1824) retratando as primeiras ocupações de São João del-Rei com destaque para a Serra do Lenheiro ao fundo.	75
Figura 21 – Desenho da vista da cidade de São João del-Rei em 1814.	77
Figura 22 – Estabelecimento farmacêutico (A) e Vista da Ponte da cadeia e da Rua Artur Bernardes (B) no século XIX.	79
Figura 23 – Mapa do núcleo urbano da Vila de São João del-Rei no século XVIII.	80
Figura 24 – Terceiro Período Morfológico de São João del-Rei: A cidade de São João del-Rei (1838-1881).	82
Figura 25 – Vista da Igreja de São Francisco de Assis e ocupação das quadras e lotes no século XIX. Detalhe para o Colégio Santo Antônio à direita.	83
Figura 26 – Vista da Igreja de São Francisco de Assis e Colégio Santo Antônio ao fundo (século XIX).	84
Figura 27 – Antiga Rua Direita e os sobrados coloniais (fim do século XIX).	85
Figura 28 – Ocupação próxima à Ponte do Rosário (fim século XIX) e os lotes burgueses indicados em amarelo.	85
Figura 29 – Pintura em aquarela de Rugendas (1824), retratando o Arraial de Matosinhos.	86
Figura 30 – Vista parcial do antigo Arraial de Matosinhos no século XIX.	87
Figura 31 – Vista frontal da Estação Ferroviária de São João del-Rei (antes da ampliação e alteração parcial da fachada).	92
Figura 32 – Vista frontal da Estação Ferroviária de São João del-Rei (depois da ampliação e alteração parcial da fachada).	92
Figura 33 – Pátio de operação com oficina das locomotivas e galpão de oficinas.	93
Figura 34 – Pátio de operação com oficina das locomotivas.	93
Figura 35 – Vista da Rotunda pertencente ao Complexo Ferroviário de São João del-Rei.	93
Figura 36 - Estação Ferroviária de Chagas Dória.	93
Figura 37 – Mapa da linha da Estrada de Ferro Oeste de Minas na região sul de Minas Gerais	94
Figura 38 – Planta de Estudo da Várzea do Marçal.	96
Figura 39 – Vista aérea da Fábrica de Tecidos Matosinhos S/A.	97
Figura 40 – Propaganda de jornal da Companhia Industrial São-joanense.	97
Figura 41 – À esquerda (A), foto de Oswald de Andrade em visita a São João del-Rei, em frente à Igreja de Nossa Senhora do Carmo. À direita (B), desenho de	

Tarsila do Amaral da Rua Sebastião Sete, com a Igreja de Nossa Senhora do Carmo ao fundo. ....	98
Figura 42 – Vista frontal (A) e lateral direita (B) do sobrado situado à Rua Marechal Deodoro, nº 12 (Museu Regional de São João del-Rei).....	101
Figura 43 – Edificação do Museu Regional de São João del-Rei demolida na década de 1950 para dar lugar a construção de um edifício de 10 pavimentos. ....	101
Figura 44 – À esquerda (A), construção edifício São João. À direita (B), inserção do Edifício São João na paisagem urbana de São João del-Rei. ....	102
Figura 45 – À esquerda (A), Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. À direita (B), Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos demolida em 1970.....	102
Figura 46 – À esquerda (A), vista do Campus Santo Antônio, e à direita (B), vista do Campus Dom Bosco. ....	103
Figura 47 – Vista parcial do Centro Histórico de São João del-Rei a partir do Cristo – Detalhe para a visada para as Igrejas de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e Igreja de São Francisco de Assis, tombadas individualmente pelo IPHAN.....	104
Figura 48 – Quarto Período Morfológico de São João del-Rei: A implantação da Estrada de Ferro e o progresso político-econômico de São João del-Rei (1838-1938). ....	108
Figura 49 – Vista do Largo das Mercês no fim do século XIX (A) e vista do Largo das Mercês após construção da Praça Francisco Neves (B).....	109
Figura 50 – Vista de Aqueduto dos Arcos e do Chafariz da Legalidade situados às margens do Córrego do Lenheiro (A) e vista do Córrego do Lenheiro após demolição do aqueduto (B).....	110
Figura 51 – Vista da Praça Rui Barbosa e Rua Hermílio Alves. Detalhe para as pontes metálicas e de concreto construídas para interligar as novas avenidas. ....	111
Figura 52 – Praça Doutor Salatiel (A) e Praça dos Andradas (B).....	111
Figura 53 – Praça Rui Barbosa (A) e Praça Severiano de Rezende (B). ....	112
Figura 54 – Vista da Avenida Tiradentes e as edificações ecléticas. ....	113
Figura 55 – Vista do Teatro Municipal e da Ponte do Teatro. ....	113
Figura 56 – Vista das edificações ecléticas situadas na Rua Hermílio Alves. ....	114
Figura 57 – Vista das edificações situadas no entorno da Ponte da Cadeia.....	114
Figura 58 – Mapa das edificações tombadas pelo IPHAN em São João del-Rei...	118

Figura 59 – Quinto Período Morfológico de São João del-Rei: O tombamento e a rerratificação pelo IPHAN (1938-1990). .....	120
Figura 60 – Complexo Ferroviário de São João del-Rei e ao fundo a formação dos bairros Fábricas e Matosinhos. ....	121
Figura 61 – Vista aérea da cidade de São João del-Rei. ....	122
Figura 62 – Inserção do Edifício São João na paisagem urbana do centro histórico. ....	124
Figura 63 – Inserção do Edifício São João na paisagem urbana do centro histórico. ....	124
Figura 64 – Mapa das edificações tombadas pelo IPHAN e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural em São João del-Rei.....	125
Figura 65 – Vista aérea do Córrego do Lenheiro e do centro histórico de São João del-Rei.....	126
Figura 66 – Vista do Córrego do Lenheiro como eixo em perspectiva e a implantação das edificações nas margens laterais ao seu curso. ....	127
Figura 67 – Sexto Período Morfológico de São João del-Rei: A expansão e a paisagem urbana (1990-2018). ....	128
Figura 68 – Expansão comercial de São João del-Rei.....	129
Figura 69 – Junção entre os núcleos urbanos de São João del-Rei. ....	130
Figura 70 – Síntese da evolução das fachadas das edificações do centro de São João del-Rei. ....	131
Figura 71 – Evolução das fachadas das edificações situadas no centro de São João del-Rei.....	132
Figura 72 – Panorâmica André Belo – 1910. ....	134
Figura 73 – Panorâmica Recorte André Belo – 2017.....	134
Figura 74 – Comparação das edificações notórias da paisagem urbana de São João del-Rei, a partir das fotografias panorâmicas de André Belo (1910) e João Vitor Vilas Boas Militani (2017).....	134
Figura 75 – Mapa Síntese: Evolução urbana de São João del-Rei nos períodos morfológicos. ....	138
Figura 76 – Mapa Figura-Fundo da evolução urbana de São João del-Rei. ....	139

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
APM	Arquivo Público Mineiro
CTAN	Campus Tancredo Neves
DPHAN	Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EFOM	Estrada de Ferro Oeste de Minas
ETSJDR	Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTAN	Centro Universitário Presidente Tancredo Neves
SJD	São João del-Rei
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSJ	Universidade Federal de São João del Rei

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
Justificativa e metodologia .....	26
Estrutura e síntese dos capítulos .....	29
<b>1. AS ESCOLAS DE MORFOLOGIA URBANA</b> .....	<b>31</b>
1.1 A Escola Italiana de Morfologia Urbana .....	32
1.2 A Escola Inglesa de Morfologia Urbana .....	33
1.2.1 A aplicação da Escola Inglesa de Morfologia Urbana no contexto urbano e histórico do centro histórico de São João del-Rei .....	37
1.2.2 Os períodos morfológicos do Centro Histórico de São João del-Rei.....	38
<b>2. PERÍODO COLONIAL NO BRASIL (1693-1822)</b> .....	<b>42</b>
2.1 PERÍODO COLONIAL EM SÃO JOÃO DEL-REI (1693-1822) .....	44
2.1.1 A Morfogênese (1704-1713).....	54
2.1.2 A criação da Vila de São João del-Rei (1713-1838).....	61
<b>3. PERÍODO IMPERIAL NO BRASIL (1822-1889) .....</b>	<b>70</b>
3.1 Período Imperial em São João Del-Rei (1822-1889) .....	71
3.1.1 A cidade de São João del-Rei (1838-1881).....	72
<b>4. PERÍODO REPUBLICANO NO BRASIL (1889-2018) .....</b>	<b>89</b>
4.1 Período Republicano em São João Del-Rei (1889-2018) .....	92
4.2 Criação do SPHAN e tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei.....	98
4.2.1 A implantação da Estrada de Ferro e o progresso político-econômico de São João del-Rei (1881-1938).....	104
4.2.2 O tombamento e a rerratificação pelo IPHAN (1938-1980) .....	114
4.2.3 A expansão e a paisagem urbana (1990-2018).....	124
<b>5. A SÍNTESE DA EVOLUÇÃO URBANA DE SÃO JOÃO DEL-REI .....</b>	<b>136</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>146</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>156</b>
ANEXO A – Mapa ilustrativo da Comarca do Rio das Mortes e suas subdivisões ao longo dos anos.....	156



ANEXO B – Certidão de Tombamento Nº 45 contendo delimitação da área tombada e mapa (1944 e 1947). .....	157
ANEXO C – Notificação Nº 45A (1947) em retificação a área tombada em 1938. ....	160
ANEXO D – Solicitações para redução da área tombada.....	161
ANEXO F – Mapa da cidade de São João del-Rei em 1927. O núcleo urbano do distrito sede está representado na lateral direita do mapa.....	170
ANEXO G – Mapa da cidade de São João del-Rei em 1938. Os núcleos urbanos de cada distrito e localidade são representados (laterais do mapa). ....	171
ANEXO H – Mapa da cidade de São João del-Rei em 1999. ....	172
ANEXO I – Mapa das edificações tombadas pelo IPHAN em São João del-Rei.	173

## INTRODUÇÃO

O ambiente urbano é um organismo vivo e não há como impedir o processo de renovação, intrínseca a ele, que acompanha o desenvolvimento da vida humana (CASTRIOTA, 2009, p. 88-89). Tais renovação e transformação do ambiente urbano devem ser orientadas socialmente de maneira que a paisagem urbana evolua de forma equilibrada sem, contudo, congelar as cidades transformando-as em museus. Carsalade (2017, p. 145) observa que “o que se preserva, na realidade, é a identidade em transformação, ou seja, a preservação não está na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de mudar junto com as mudanças socioculturais”, o que nos traz conceitos sobre a paisagem.

Segundo Leite (1994, p. 51), a paisagem é caracterizada pelas qualidades físicas produzidas pelo homem por meio do seu uso e dos fatos decorrentes da cultura humana, da interação entre sociedade e natureza e da interpretação, individual ou coletiva, dos processos de estruturação do território. Ribeiro (2007, p. 51) aborda que todas as paisagens podem ser analisadas a partir de um triplo significado. Em primeiro lugar, a partir do entendimento de como o território é percebido, podendo, assim, serem definidas e caracterizadas; em segundo, como testemunho do passado a partir da relação entre indivíduos e o seu meio ambiente; e, por último, como colaboração à especificação de culturas locais, sensibilidades, tradições, práticas e crenças.

Assim, como observa Berque (1998, p.33), as paisagens podem ser compreendidas como o resultado da síntese de todos os elementos que estão presentes em um determinado lugar, como uma marca, porque exprimem uma civilização, mas, também, são uma matriz, pois participam de sistemas de percepção, concepção e ação que canalizam certo sentido à relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 1971, p.141).

Para construção da paisagem, é necessário que ocorra a renovação das formas anteriores com a criação de novas morfologias que respeitem os novos estilos de vida, conforme necessidades oriundas de cada momento histórico em que a paisagem se insere. Segundo Sauer (1996, p. 29), a paisagem é compreendida como um conjunto de formas naturais e culturais, associadas em uma dada área. Desse modo, deve ser analisada morfológicamente, por meio da integração das formas entre si e do caráter orgânico ou quase orgânico dela. O autor considera ainda que não é possível conceber a ideia de paisagem “exceto em termos de suas relações no tempo, bem como suas relações no espaço, na medida em que ela está em um contínuo processo de desenvolvimento e mudança no tempo e no espaço”, destacando que toda paisagem tem uma individualidade.

Nesse sentido, podemos entender a paisagem como a expressão morfológica das diversas formas de ocupação e da transformação do ambiente em um determinado tempo, sendo resultado da relação entre as partes, correspondendo ao sistema de relações ambientais, compostas de subsistemas que se inter-relacionam em um ambiente físico (MACEDO, 1999, p.13). Segundo o autor, toda a paisagem é consequência de uma ótica de percepção urbana, sendo mais bem contextualizada da seguinte maneira:

A paisagem é considerada então como um produto e como um sistema; como um produto porque é resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território; e como um sistema, na medida em que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, no caso equivalendo ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total. (MACEDO, 1999, p. 11).

Sauer (1996, p. 31) aborda a paisagem a partir do viés da metodologia morfológica, na qual considera os seguintes pontos: unidades orgânica ou inorgânica chamadas de formas; a similaridade de formas em diferentes estruturas pela sua equivalência funcional homóloga; unidades estruturais colocadas em séries, principalmente as unidades que têm seu desenvolvimento reconhecido ao longo do tempo. Essa afirmação condiz com as considerações realizadas por Macedo (1999, p.11), o qual avalia que “toda paisagem está ligada a uma ótica de percepção humana, a um ponto de vista social e que sempre representa total ou parcialmente um ambiente”.

Nesse contexto, Castriota (2009) aborda a cidade como algo que passa a ser visto em permanente transformação, criando novos tecidos urbanos que se expandem para atender às novas demandas oriundas de um processo constante de renovação, o que pode ser caracterizado como parte do palimpsesto urbano. O palimpsesto urbano é definido por Cunha (2010, p. 471) como “antigo material de escrita, principalmente o pergaminho, manuscrito sob cujo texto se descobre escritas anteriores”. No contexto urbano, Conzen (2004) descreve o palimpsesto urbano como a formação da cidade a partir das gravações em camadas, que vão se acumulando no mesmo sítio natural e que vão se sobrepondo em um processo contínuo, no qual as antigas são apagadas para serem substituídas pelas mais recentes (PEREIRA COSTA E GIMMLER NETTO, 2015).

De acordo com Harvey (1996, p. 171), palimpsesto pode ser definido como sendo “uma paisagem composta de várias formas construídas, sobrepostas umas às outras ao longo do tempo”, ou seja, de formas passadas já estabelecidas que deixaram marcas na formação do tecido urbano. Dentro desse contexto, Argan (2005) afirma:

[...] deveríamos observar que nenhuma camada é independente das precedentes; até o limite do possível, são utilizadas as estruturas e conservados os “pontos de valor” já existentes. Esse espírito de conservação não tem razões puramente econômicas: não é raro que uma rua seja inteiramente reconstruída sobre um traçado precedente, que é apenas retificado ou alargado, quando, com a mesma despesa, se poderia abrir um traçado completamente novo e mais funcional. É evidente que sempre se procurou conservar o caráter tradicional das cidades, ainda que apenas através da conservação de certos monumentos. Ora, sabemos, porém, que o valor do caráter de uma cidade não é algo que tenha valor para a sociedade como abstrato, mas para cada um de seus componentes. (ARGAN, 2005, p. 234).

Com isso, a cidade passa a ser entendida como um artefato humano, como afirma Castriota (2009), um bem tangível imóvel, de origem coletiva e em processo em constante transformação, que se dá por substituição de camadas que se refazem e se renovam. Por meio dessa substituição fica, ou deveria ficar, aquilo que tem uma marca relevante para a identidade coletiva ou individual, ou seja, tudo aquilo que tem um valor dentro da memória de um grupo.

Assim, tudo que contribui para a formação da identidade cultural de uma sociedade pode ser compreendido como patrimônio. Dentro desse entendimento, podemos entender a paisagem como sendo um “processo de acumulação contínua no espaço e no tempo, uma sem ser totalizante, complexa, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados” (SAFE, 2015, p. 28).

Segundo Meneses (2017, p. 46), a cidade pode ser compreendida por meio da estética urbana, uma vez que é capaz de “ser entendida como obra de arte, componente histórico da forma urbana”, assim como em relação à morfologia urbana e à paisagem urbana, que têm a vantagem de analisar a forma como um problema crucial para a vida urbana. Dessa maneira, como afirma Reis (1987, p. 22), “os sinais de evolução podem ser reconhecidos quase sempre – senão sempre – em primeiro lugar no plano arquitetônico e só depois no urbanístico, onde são frutos de uma adaptação mais lenta”.

O estudo da Morfologia Urbana possibilita compreender a paisagem por meio da análise da qualidade da estrutura urbana e da compreensão das alterações sofridas por ela com o passar dos tempos. Nesse contexto, se insere o objeto em análise, a cidade de São João del-Rei e a transformação da sua paisagem urbana ao longo do tempo. Como afirma Salgado (2010):

O dilema entre a tradição e a modernidade é um tema recorrente principalmente nas cidades coloniais mineiras. Estas possuem um núcleo histórico a ser preservado e as propostas de expansão devem levar em consideração a manutenção da qualidade da paisagem do centro histórico, respeitando seus edifícios, seus tecidos urbanos, ou seja, suas características morfo-tipológicas. (SALGADO, 2010, p. 16).

Segundo a autora, é de suma importância a preservação da paisagem dos centros tombados no contexto das cidades coloniais mineiras e de seu desenvolvimento no que diz respeito à expansão da cidade. Entre as cidades coloniais mineiras relevantes no contexto do Ciclo de Ouro, pode-se considerar para estudo a cidade de São João del-Rei, fundada no início do século XVIII, sendo a primeira cidade mineira tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN,

inscrita no Livro de Belas Artes como Conjunto Arquitetônico e Urbanístico Tombado em 1938<sup>1</sup>.

Conforme mencionado por Salgado (2010), o dilema entre a tradição e a modernidade é um tema recorrente nas cidades coloniais mineiras. São João del-Rei se constitui como uma das cidades em que esse dilema, entre preservação e progresso, se faz de forma mais evidente, uma vez que é a única das cidades coloniais mineiras tombada em 1938, que possui uma rerratificação da certidão de tombamento em decorrência dos diversos conflitos ocorridos como consequência de sua salvaguarda.

Ao contrário do ocorrido em outras cidades mineiras do período colonial, a cidade não passou pelo processo de estagnação de seu desenvolvimento como consequência imediata do declínio da produção aurífera. São João del-Rei continuou se desenvolvendo economicamente e isso se deu, sobretudo, devido a sua importância regional como sede da Comarca do Rio das Mortes e como produtora mercantil de gêneros alimentícios.

Nesse contexto de crescimento econômico, a cidade passava por um processo de surto de progresso e modernização, sendo o seu centro o ponto principal de materialização das ideias estéticas e influências políticas da classe social dominante ao longo do tempo, atuando diretamente na formação urbana da cidade. Com isso, o

---

<sup>1</sup> As cidades tombadas no estado de Minas Gerais em 1938 foram respectivamente: São João del-Rei em 4/3/1938 (Livro de Belas Artes Inscrição Nº 001), Serro em 8/4/1938 (Livro de Belas Artes Inscrição Nº 025), Tiradentes em 20/4/1938 (Livro de Belas Artes Inscrição Nº 036), Ouro Preto em 20/4/1938 (Livro de Belas Artes Inscrição Nº 039 em 20/04/1938, Livro Arqueológico, Etnográfico e paisagístico Inscrição Nº 098 em 15/9/1986, Livro Histórico Inscrição Nº 512 de 15/9/1986. Foi erigida Monumento Nacional de acordo com o Decreto Nº 22928, de 12/7/1933 e inscrito na UNESCO na lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 21/9/1980), Mariana em 14/5/1938 (Livro de Belas Artes, Inscrição Nº 062. Erigida como Monumento Nacional em 6/7/1945 pelo Decreto-lei Nº 7713), Diamantina em 16/5/1938 (Livro de Belas Artes Inscrição Nº 066. Erigida pela UNESCO em Patrimônio da Humanidade em dezembro de 1999). A cidade de Sabará teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico tombado em 1938, porém, em virtude da descaracterização deste, em 1965 o tombamento foi restrito apenas ao conjunto de edificações situadas à Rua Dom Pedro II (Livro de Histórico Inscrição Nº 379 e Livros Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Inscrição Nº 036, ambos em 27/1/1965). A cidade de Congonhas possui o tombamento do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em relação a seu conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e escultórico em 8/9/1939 (Livro de Belas Artes Inscrição Nº 239. Foi erigido como Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 3/12/1985 pela UNESCO).



tombamento pelo IPHAN do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade, em 1938, gerou grandes conflitos, pois a salvaguarda da cidade era considerada pelos progressistas como um entrave ao desenvolvimento e à modernização da cidade. Cabe destacar, que nesse momento, o tombamento não definia a área de proteção, estendendo o tombamento a todo o território urbano de São João del-Rei, sendo este o obstáculo ao crescimento da urbe.

Nesse sentido, foi realizada uma discussão metodológica do estado da arte<sup>2</sup>, a partir do que vem sendo trabalhado por diversos pesquisadores contemporâneos como revisão bibliográfica, devido à sua relevância, como premissa para compreensão dos conflitos que foram determinantes para os períodos evolutivos, permitindo o entendimento histórico dos acontecimentos.

A pesquisa realizada por Denis Tavares (2012), em sua dissertação de mestrado intitulada “O tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei: negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967)”, analisa as tensões provenientes do tombamento do Conjunto pelo IPHAN entre os anos de 1938 e 1967, no contexto das transformações ocorridas na paisagem urbana da cidade de São João del-Rei/MG. Sua investigação foi pautada na análise da implementação e da condução das políticas de preservação do patrimônio cultural em São João del-Rei, considerando como ponto primordial a relação entre os atores envolvidos nessa prática, sobretudo, entre os técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN<sup>3</sup>) e os agentes sociais locais representantes da Associação Comercial de São João del-Rei, que se

---

<sup>2</sup> Norma Ferreira (2002, p. 258) define o Estado da Arte como sendo uma discussão metodológica de caráter bibliográfico, que tem como intuito discutir produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento, com “uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado”.

<sup>3</sup> O SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi criado em 1937 e é, no presente momento, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O Instituto passou por diferentes denominações desde sua criação. Em 1946, passou a se chamar Dphan (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1970 se transformou em IPHAN e em 1979 volta a se denominar SPHAN, dividindo atribuições com a FNpM (Fundação Nacional pró-Memória). Em 1990, é extinto, sendo criado o IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), voltando a ser intitulado como IPHAN em 1994. Para facilitar a denominação da Instituição, ela será identificada como IPHAN no decorrer do texto.

apresentava à época como representantes dos interesses da classe comercial da cidade.

O autor parte da “premissa de que a seleção dos itens a serem tombados e consagrados como patrimônio cultural é uma operação política que envolve sempre tensões, negociações e conflitos de interesses” (TAVARES, 2012, p. 12). Em sua pesquisa, o autor analisou a atuação do IPHAN na cidade de São João del-Rei, a partir da ação dos modernistas – intelectuais – que, em nome do Estado, idealizaram e definiram a identidade nacional brasileira.

[...] na cidade de São João del-Rei; o modo como intelectuais, em nome do Estado, conceberam uma identidade nacional; as negociações e conflitos de interesses na gestão e preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional”; os modos como grupos distintos apreenderam a cidade de São João del-Rei; como pensaram, “leram”, desejaram e projetaram seus contornos espaciais; como construíram, atuaram e transformaram o espaço urbano são-joanense; à luz de quais valores decidiram sobre o devir da cidade e, sobretudo, como se empenharam na reutilização das formas espaciais herdadas, seja no sentido de apagá-las do presente, seja no sentido de destacá-las como ancoradouros de suas próprias narrativas, identidades, memórias e trajetórias neste espaço. (TAVARES, 2012, p. 17).

Para o desenvolvimento da pesquisa, o autor baseou-se, sobretudo, em fontes de jornais com o intuito de analisar o pensamento dos grupos sociais e políticos à época, traçando um perfil imaginário da cidade por meio das práticas de produção, intervenção e racionalização desse espaço urbano. De acordo com o autor, os jornais da época exerceram papel relevante na difusão da cidade como moderna e progressista, destacando as melhorias urbanas de maneira a se desfazer da visão ultrapassada das demais cidades coloniais do início do século XX, consideradas arcaicas, atrasadas e com características rurais. Segundo o autor (TAVARES, 2012, p.29), tais jornais sempre traziam nos enunciados a distinção entre São João del-Rei e as demais cidades coloniais mineiras, delimitando o “nós” dos “eles”, criando o antagonismo entre a cidade colonial e a cidade moderna.

Assim, observou os conflitos de interesses e negociações na atribuição de valores nacionais dos bens protegidos pelo então SPHAN, no recorte temporal que compreende as primeiras políticas de preservação e proteção a partir de 1938, ano do tombamento federal e de comemoração do centenário de elevação da Vila à

condição de cidade, até o ano de 1967, período de ascensão comercial e industrial, com destaque para as indústrias têxteis.

Tavares (2012) observou, ainda, que o desenvolvimento econômico e o período de progresso da cidade acarretam diversas transformações em sua estrutura e na paisagem urbana, permitindo ponderar o “antes” e o “depois” (TAVARES, 2012, p. 19). Segundo o autor, a noção do progresso era sustentada por um processo contínuo e crescente de aperfeiçoamento tanto físico – material – quanto espiritual, por meio de novas experiências sociais, a partir da valorização da mudança retratada na paisagem urbana da cidade, pois “a emergência de uma nova paisagem urbana foi ufanada nos periódicos como reflexo do surto de progresso em todos os setores, desde a vida política, passando pelo comércio, até as indústrias” (TAVARES, 2012, p. 24).

Do mesmo modo, São João del-Rei também fora impactada por esse ideário de mudança e modernização da cidade à luz de preceitos científicos e tecnológicos. (TAVARES, 2012, p. 22). De acordo com o autor, as reformas urbanas ao longo das primeiras décadas do século XX apresentam como marca principal a crença na positividade da República e da modernidade, se afirmando em oposição ao próprio passado colonial das cidades. Assim, este conclui que é a partir desse panorama, que as formas irregulares das ruas, dos becos, das esquinas e das fachadas dos casarões coloniais dão lugar aos amplos corredores e avenidas “fisicamente limpos” e “ordenados”.

Nesse viés, Pereira (2009), em sua pesquisa intitulada “Permanências e transformações nas cidades-monumento: teatro social e jogos de poder (São João del-Rei, 1937-1967)”, analisa o processo de construção da cidade de São João del-Rei durante a fase heroica do SPHAN (1937-1967), com foco na dinâmica entre permanências e transformações urbanas no campo da história cultural. O autor observa que São João del-Rei queria se contrapor às demais cidades mineiras do Ciclo do Ouro, como “uma cidade que queria progredir, perseguindo um futuro condizente com seu passado glorioso”, pois ao contrário das demais cidades, São João del-Rei não se estagnou com a decadência da exploração aurífera,

encontrando nas atividades agropecuárias, administrativas e comerciais uma forte base econômica. Os novos ciclos produtivos, ligados à atividade ferroviária e à indústria têxtil, resultaram em novos desenvolvimentos urbanos.

Baseado nesse contexto histórico, o autor afirma que em São João del-Rei não ocorre uma decadência econômica que imponha a preservação do tecido urbano colonial, justificando, assim, a resistência de setores locais ao tombamento da cidade como “modelo” de cidade colonial. De tal modo, a dinâmica urbana no período pesquisado evidenciou uma forte oposição entre SPHAN, Setores de Saúde, Prefeitura Municipal e empreendedores locais. Segundo o autor (PEREIRA, 2009), aos atores políticos, interessava a autonomia para remodelações urbanas sem regulamentações construtivas, de forma a facilitar os empreendimentos imobiliários pela iniciativa privada. Além disso, o Centro de Saúde Pública considerava que as antigas casas deveriam ser “higienizadas”, substituindo suas alcovas por ambientes iluminados e ventilados, com o acréscimo de sanitários.

Dessa forma, após o tombamento, o antigo SPHAN ficou com o papel de definir o que deveria ser preservado, estabelecendo limites, marcando o início do período de conflitos entre os preservacionistas e os progressistas.

Parece correto supor que as elites locais tenham identificado, nas políticas implementadas pelo SPHAN a partir de 1938, um duplo perigo. Perigo, por um lado, porque eram avançadas em demasia, estabelecendo claros limites ao direito de propriedade – que ficava limitado pela função social da propriedade. Por outro lado, tais políticas podem ter sido entendidas como retrógradas, porque sugeriam a glorificação do passado colonial e do “barroco mineiro” como gênese simbólica da nação brasileira – tudo aquilo que ia de encontro à noção de progresso, evolução e reforma social do positivismo, do higienismo, do pensamento republicano – ideais que as elites locais, penso, haviam adotado como fundamento de seu projeto político em meados do séc. XX. (PEREIRA, 2009, p.62-63).

Pereira (2009, p. 63) afirma que a radicalização dos conflitos resultou em diversas intervenções no centro histórico tombado, no qual o perímetro de proteção seria definido somente em 1947, porém, não incluía alguns trechos da cidade que poderiam sofrer transformações. Novas solicitações para revisão do perímetro se repetem nos anos de 1957, 1959, 1961, 1962, 1967 e 1968, sendo mantida a área delimitada em 1947. Como estudo de caso, o autor analisa os principais conflitos

entre o órgão de proteção e a sociedade civil são-joanense, sendo esses movimentos considerados de resistência ao que muitos consideravam como retrocesso.

Os conflitos oriundos do tombamento da cidade pelo IPHAN são analisados também por Florês (2007) em sua dissertação intitulada de “São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso”. O autor analisa a ação do IPHAN na cidade em contraponto à ação do mercado imobiliário de São João del-Rei, sendo seu objeto de estudo a edificação do atual Museu Regional, que passou por um processo de quase arruinamento para a construção de um edifício de dez pavimentos, inserido no Conjunto Tombado, sendo tal edifício tombado e restaurado pelo IPHAN a contragosto dos progressistas.

O autor observa que a cidade, em consenso com a nova expectativa de desenvolvimento, crescimento e transformação dos seus espaços urbanos, entraria, por um lado, em confronto com as restrições colocadas pela proteção patrimonial do IPHAN, mas se aproveitaria de suas omissões, por outro (FLORÊS, 2007, p. 20). Flôres (2007) observa, ainda, que o entendimento local do que era patrimônio histórico era voltado para uma conjugação de obras que estivessem ligadas a fatos ou pessoas notáveis na tradição local.

Assim, ele analisa que obras civis não precisariam ser objeto de interesse de preservação, sobretudo, pela necessidade de modernização dos modos de morar, atrelados ao discurso de que a arquitetura antiga não oferecer condições de salubridade. Desse modo, com o tombamento da cidade pelo IPHAN, coube à cidade a responsabilidade de ser patrimônio histórico, enquanto boa parte da sua população tinha como desejo sua modernização.

Nessas abordagens, nota-se que os conflitos entre os progressistas e os preservacionistas se iniciaram com o antagonismo entre a salvaguarda do Conjunto Tombado e o desenvolvimento econômico, social, político e urbanístico da cidade, nos quais a sociedade local se orgulhava. Tais conflitos propiciaram alterações nas

formas edilícia e urbana, alterando de maneira significativa o conjunto edifício e o tecido urbano do período colonial defendido pelo IPHAN.

Assim, com o intuito de compreender as dinâmicas da formação urbana de São João del-Rei, que lhe propiciaram a primeira inscrição como cidade tombada no contexto do Ciclo do Ouro e como única com revisão do processo de tombamento, pretende-se nesta dissertação analisar suas transformações ao longo do tempo. Dessa maneira, foi possível compreender a formação da paisagem urbana por meio da análise do desenvolvimento da forma urbana da cidade de São João del-Rei, pautada no estudo da Morfologia Urbana.

### **Justificativa e metodologia**

Diante da fundamentação teórica apresentada, percebeu-se que a questão patrimonial tem sido alvo de grandes discussões na contemporaneidade, sobretudo, no que se refere à cidade e à paisagem urbana. Nesse sentido, torna-se necessário questionar a relevância da paisagem urbana para que se possa perceber em que medida essa questão tem sido, ou não, a preocupação dos gestores com os bens relevantes do seu passado, em relação ao ponto de vista urbano, como afirma Castriota (1998):

[...] se esse processo de transformação acompanha a história das cidades, com cada geração intervindo sucessivamente no tecido preexistente que recebe como herança, com a vitória do capitalismo, e, principalmente, com o desenvolvimento mais recente, passa a predominar na ocupação urbana quase que unicamente o valor econômico-especulativo, em detrimento de todos os outros valores humanos, simbólicos, políticos, etc. (CASTRIOTA, 1998, p. 3).

Segundo Sant'Anna (2005, p.18), as áreas “urbanas-patrimônio” no Brasil são caracterizadas como “fragmentos urbanos ou cidades inteiras preenchidas com significado pela ação do Estado”, e, embora as áreas urbanas não sejam produzidas com a finalidade de se tornarem patrimônio, o fato de assumirem tal qualidade lhes agrega um significado que ultrapassa sua função original, tornando-se lugares de visibilidade do patrimônio em si.



Dentro desse contexto, pode-se considerar a cidade de São João del-Rei como um exemplo de cidade designada como patrimônio pela ação do Estado. Como afirma Sant'Anna (2017, p. 140), “em 1937, quando o IPHAN foi criado, não havia no mundo ocidental nenhuma experiência conhecida na preservação de cidades ou de contextos urbanos mais complexos”, “o tombamento das seis cidades mineiras<sup>4</sup> em 1938, por iniciativa da recém-criada instituição, foi, portanto, uma ação sem precedentes”. Dentre essas cidades se encontra São João del-Rei.

O interesse em pesquisar São João del-Rei se deu pela necessidade, como chefe do Escritório Técnico do IPHAN, de investigar e compreender as relações e ideais que moldaram a forma urbana da cidade ao longo do tempo, sobretudo, com a construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM). O surgimento da estrada de ferro na cidade contribuiu para o seu desenvolvimento e propiciou a remodelação do centro e a inserção de novos estilos arquitetônicos, até então com edificações típicas do período colonial. Assim, o primeiro ponto de interesse na pesquisa foi analisar como a inserção da ferrovia e o desenvolvimento promovido por esta propiciou alterações na forma urbana da cidade, levando à substituição das camadas originais.

No decorrer da pesquisa, entendeu-se ser necessário, ainda, compreender os diversos conflitos oriundos do tombamento inicial de toda a cidade, considerados por muitos como retrocesso, levando à estagnação do desenvolvimento trazido com a construção da ferrovia. Esse conflito, entre preservacionistas e progressistas, marcou a forma de atuação do IPHAN na cidade, sendo necessária a revisão do processo de tombamento a pedido da classe dominante são-joanense, acarretando a rerratificação da certidão com redução da área tombada e com alteração da paisagem urbana do centro histórico.

Diante disso, pode-se compreender a cidade como fruto de ações históricas e sociais, tendo como ponto primordial, a análise da forma urbana para compreensão

---

<sup>4</sup> Sant'Anna (2017, p. 140), lista as seis cidades como sendo “Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Tiradentes, São João del-Rei e Serro”.

da evolução da cidade desde sua criação até o ano corrente (2018). Assim, a proposta desta pesquisa se fundamentou na hipótese da singularidade da paisagem urbana de São João del-Rei em relação às demais cidades tombadas pelo IPHAN em 1938, uma vez que estas permaneceram com a certidão original de tombamento, ao contrário da cidade em estudo.

O tema proposto possibilitou analisar a cidade de São João del-Rei com o objetivo geral de discutir as dinâmicas sociais ao longo do tempo como elementos condicionadores da forma e como elas podem interferir na preservação e na conservação da paisagem urbana do conjunto tombado, dando continuidade aos aspectos relevantes para a qualidade da cidade.

Além disso, foi possível atingir objetivos específicos, que estão diretamente ligados ao estudo da forma urbana e da tipologia das edificações do centro histórico de São João del-Rei. A estrutura urbana da cidade foi investigada por meio da aplicação dos instrumentos da Morfologia Urbana da Escola Inglesa, sobretudo, analisando os fatores históricos e evolutivos que determinaram a ocupação do meio físico do objeto de estudo. Assim, foram identificados os diversos tecidos formadores da malha da cidade, de maneira a compreender sua dinâmica e sua forma, relacionando sua implantação conforme a metodologia da Escola Inglesa de Morfologia, baseada nos estudos de M. R. G. Conzen (1960), que se pauta nas transformações urbanas, tendo como objeto de estudo a visão tripartite: o plano, o tecido urbano e o padrão de uso e de ocupação.

Essas três categorias de análise permitem definir a composição da paisagem urbana. A análise dessas estruturas relacionadas aos intervalos de tempo permitiu definir os períodos morfológicos, possibilitando a compreensão da evolução da paisagem e sua transformação ao longo do tempo. Assim, foram utilizadas referências teóricas que possibilitaram a análise do espaço urbano por meio da compreensão do espaço físico.

Segundo Conzen (2004), a análise da forma estabelece a estrutura temporal de um determinado assentamento urbano. De acordo com essa afirmação, pode-se compreender metodologicamente como as diversas camadas que compõem o tecido urbano de São João del-Rei são a materialização das ideias estéticas, frutos de ações políticas, sociais, econômicas, que conferem características singulares à paisagem do núcleo histórico tombado.

### **Estrutura e síntese dos capítulos**

Com base nas hipóteses e justificativas apresentadas, a dissertação, além da introdução e da conclusão, se organizou em cinco capítulos. Tais capítulos abordaram, dentre outras questões, a análise morfológica do tecido urbano por meio de embasamento teórico da Escola Inglesa da Morfologia Urbana nos períodos históricos e evolutivos do Período Colonial, Imperial e Republicado no Brasil. Em cada período histórico, foram definidos os períodos evolutivos que permitiram a definição dos períodos morfológicos na formação urbana da cidade. A pesquisa aborda ainda a discussão acerca do estado da arte a partir dos estudos realizados por diversos autores, referentes aos conflitos entre preservacionistas e progressistas decorrentes da proteção do centro histórico de São João del-Rei pelo IPHAN em 1938.

No primeiro capítulo, foi estudada a morfologia urbana como teoria que subsidia o entendimento da evolução da paisagem, servindo como premissa para compreender as hipóteses levantadas. Esse capítulo apresenta uma reflexão sobre a disciplina morfologia urbana, além de trazer conceitos, fundamentação e aplicabilidade das Escolas de Morfologia Urbana, com referências de M.R.G. Conzen (1960), Conzen (1981b), Conzen (2004), Moudon (1997), Lamas (2014), Whitehand (2001), Pereira Costa (2004) e Pereira Costa e Gimmler Netto (2015).

Nos capítulos posteriores foi analisada morfológicamente a formação urbana do tecido de São João del-Rei baseada teoricamente na Escola Inglesa da Morfologia Urbana. Para definição dos períodos morfológicos, foram definidos os períodos evolutivos que promoveram alteração na forma urbana da cidade. Assim, os

capítulos foram definidos com base nos períodos históricos, sendo eles os períodos Colonial, Imperial e República da história do Brasil e de São João del-Rei. Para análise e entendimento da forma urbana da cidade de São João del-Rei, foram utilizadas como embasamento teórico referências como Lima (1995), Maldos (1997), Graça Filho (2002), Tavares (2012), Pereira (2009), Flôres (2007), Guimarães (1996), Carvalho (2015), Ribeiro e Santos Filho (2010), Nascimento e Silva (2013), Nascimento e Reis (2017), entre outros, que contribuíram para compreensão dos dados históricos e analíticos que testemunham a formação urbana na contemporaneidade. Para fundamentar a análise histórica e a descrição das paisagens, foram analisados os depoimentos de alguns dos viajantes que estiveram na cidade no século XIX, sendo eles: Burton (1976), Pohl (1976), Rugendas (1979), Saint-Hilaire (1975) e Walsh (1985).

No quinto capítulo, foi apresentado a síntese da evolução urbana, por meio do ponto de vista morfológico da Escola Inglesa, a partir dos mapas desenvolvidos nos capítulos anteriores visando o entendimento das transformações ocorridas na forma da cidade de São João del-Rei. Por fim, foi elaborado o mapa de figura-fundo de maneira a compreender a acumulação de camadas na forma da urbe nos períodos morfológicos. Por fim, é realizada a conclusão da pesquisa realizada.

A partir desses procedimentos metodológicos, pretendeu-se comprovar as hipóteses levantadas em relação à singularidade da paisagem urbana do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico Tombado, moldadas pela materialização dos ideais estéticos e das influências políticas da classe social dominante que atuaram e ainda atuam em São João del-Rei.

O desenvolvimento histórico da cidade de São João del-Rei propicia a compreensão da formação urbana a partir das ações social, política e econômica ao longo do tempo. Tais aspectos serão analisados, a seguir, à luz de conceitos das Escolas de Morfologia Urbana, que analisam a evolução urbana como produto dessas ações.

## 1. AS ESCOLAS DE MORFOLOGIA URBANA

O termo morfologia é definido por Cunha (2010) como o estudo das formas que a matéria pode tomar e, segundo Lamas, (2014, p. 37) é utilizada “para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objeto”. A morfologia urbana é um procedimento metodológico utilizado na análise das formas urbanas que possibilita o acompanhamento da sua evolução e transformação por meio da identificação e do detalhamento de seus vários componentes ao longo do tempo, como afirmam Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 31).

De acordo com Larkham e Jones (1980), a Morfologia Urbana pode ser definida como o estudo da malha física da forma urbana e das ações das pessoas e dos processos para moldá-la Segundo Batty e Longley (1996), a Morfologia pode ser entendida como a ciência da forma e do processo, do crescimento e da forma, da forma e da função. Lamas (2014, p. 37) observa que “a morfologia urbana estudará essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e suas relações recíprocas, definindo a paisagem urbana e a sua estrutura”.

Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 31) apontam que a Morfologia Urbana, ao ser associada ao solo edificado, está profundamente relacionada às construções, aos parcelamentos e aos espaços livres, sendo analisadas as edificações em relação à sua implantação no solo urbano. Dessa forma, de acordo com as autoras, o estudo morfológico permite analisar a relação existente entre os espaços livres, constituídos por elementos urbanos como ruas e praças, áreas verdes e espaços construídos formados pelas edificações concretizados pela ação social.

Para análise das formas e suas relações são utilizados, de maneira geral, três tipos de relações reconhecidos, sendo eles o edifício e o lote, a rua e o quarteirão, a cidade e a região. Conforme afirma Moudon (apud Pereira Costa, 2004), a forma urbana só pode ser compreendida a partir da história, porque os vários componentes que a compõem estão sempre em transformação e substituição. Assim, a forma urbana é definida por elementos físicos fundamentais que correspondem aos

diversos tipos de arranjos e à relação construtiva entre os traçados dos lotes, das vias e das quadras, da cidade e da região, como analisa Conzen (1960).

De acordo com Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 35), as bases conceituais da Morfologia Urbana têm sido abordadas de forma diferenciada pelos pesquisadores, distinguindo-se com maior ou menor ênfase alguns elementos, o que classifica suas correntes analíticas como escolas ou linhas de morfologia urbana. As autoras assinalam que as principais linhas de investigação elaboradas por diversos estudiosos de países relevantes são conhecidas como as Escolas de Morfologia Urbana, sendo as principais a Escola Italiana, seguidora dos princípios de Muratori, e a Escola Inglesa, adepta dos preceitos de M. R. G. Conzen. Assim, para análise da formação urbana do centro histórico de São João del-Rei/MG, serão apresentadas a seguir as Escolas Italiana e Inglesa de Morfologia Urbana.

### **1.1 A Escola Italiana de Morfologia Urbana**

A escola italiana de Morfologia Urbana foi proposta a partir de 1954, por Saverio Muratori, arquiteto italiano, e por seu discípulo, Gianfranco Caniggia. Essa Escola tem como destaque o estudo da forma com o intuito de estabelecer uma teoria de projeto da cidade, que desenvolve a análise da morfologia urbana na escala arquitetônica, investigando como esses espaços deveriam ser construídos e projetados.

Essa investigação permite a definição de como deveria ser seu traçado utilizando como padrão as características das edificações vernáculas italianas. O ponto inicial da investigação da Escola Italiana analisa as teorias de desenho urbano e arquitetônico a partir do estudo das tipologias edilícias, sendo estas entendidas como uma modificação dos tipos anteriores, como forma de compreender a evolução do processo tipológico de formação do tecido urbano.

Segundo Muratori (apud PEREIRA COSTA E GIMMLER NETTO, 2015, p. 154), o modo de construir as edificações é intrínseco a uma determinada população e se manifesta no momento em que se propõe a construção das edificações residenciais.

Assim, para desenvolvimento do estudo, o autor definiu como elemento de análise o tipo básico edifício como síntese da cultura de um povo, que se constitui como a extensão do próprio corpo humano de forma a integrar nosso ser biológico e fornecer campo para nossas experiências (PEREIRA COSTA E GIMMLER NETTO, 2015, p. 155).

O tipo entendido como ser biológico ampara teoricamente os princípios da Escola Italiana na qual a junção de células – edifícios – dá origem aos tecidos urbanos e sua junção forma os órgãos – assentamentos – que conseqüentemente formam os organismos, ou seja, as cidades como observam Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 155) ao analisar os estudos de Muratori. Nessa teoria, as autoras observam que “por meio da analogia ao corpo humano, no qual as células formam os tecidos, estes formam os órgãos, que em conjunto formam os organismos, e todos os conceitos se desenvolvem”, pode-se concluir, conforme analisa Moudon (2001), que os edifícios representam as células e estes compõem o tecido urbano, formando os assentamentos e conseqüentemente as cidades (PEREIRA COSTA E GIMMLER NETTO, 2015, p. 155).

O estudo de Escola Italiana se desenvolve a partir do tipo básico (micro) para o macro, à medida que se associa, possibilitando a análise das transformações e das permanências. Na Escola Italiana, o tipo edifício pode ser classificado como tipo básico, com o uso residencial, ou como especializado, reconhecidos por meio de edificações com uso institucional como igrejas, escolas, hospitais, prefeituras, teatros, museus.

## **1.2 A Escola Inglesa de Morfologia Urbana**

A teoria da Escola Inglesa de Morfologia Urbana foi desenvolvida por geógrafos no fim do século XIX e início do século XX, no momento em que a Geografia se estabelece como disciplina específica na Alemanha. Essa teoria é baseada no estudo da evolução das formas urbanas e suas principais características são as investigações sobre as cidades e suas representações no que diz respeito às características físicas do espaço urbano e suas transformações ao longo do tempo.

O pioneiro dessa escola foi o geógrafo e planejador M. R. G. Conzen (1960), que considera o contexto físico da cidade como reflexo das ações humanas na formação, desenvolvimento e transformação urbana. Assim, as paisagens urbanas são representações da sociedade e se alteram conforme as necessidades sociais, acumulando formas ao longo da história. A análise morfológica deve avaliar fisicamente o local de estudo e considerar suas questões sociais e econômicas significativas para o seu desenvolvimento (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015)

Segundo M. R. G. Conzen (1960), as formas possuem características morfológicas evidenciadas pelo contexto histórico e cultural do período ao qual pertencem, juntamente com as adaptações posteriores. Tais períodos estão, respectivamente, relacionados aos momentos históricos, evolutivos e morfológicos. O estudo evolutivo baseia-se nos períodos históricos e evolutivos e os períodos morfológicos representam a síntese entre os dois.

A delimitação de um período morfológico deve ser definida após análise e reconhecimento dos fatos, com delimitação de datas e pelo reconhecimento das inovações materializadas na paisagem urbana, determinando características formais na estrutura urbana. Assim, o estudo evolutivo por períodos morfológicos estabelece a estrutura temporal de um determinado assentamento urbano. Os períodos morfológicos nos quais ocorreram as transformações são definidos em função de uma época histórica cujos reflexos econômicos e culturais produziram modificações e transformações no espaço urbano (WHITEHAND, 2001).

A Escola Inglesa procura estudar as transformações ocorridas na malha urbana para compreensão da forma por meio da visão tripartite que consiste no estudo do plano urbano, no tecido e uso e ocupação do solo. M. R. G. Conzen (1960) define o plano urbano como sendo o traçado original da cidade cuja análise se baseia na relação entre o lugar, o sistema viário, o padrão de parcelamento dos lotes e a implantação das edificações nestes. Segundo o autor, o tecido urbano forma manchas de agrupamentos de quarteirões com características semelhantes, tanto quanto ao



padrão de uso e ocupação do solo quanto da edificação. O uso determina a forma da edificação e suas dimensões no tecido urbano.

Para estudo do plano urbano, M. R. G. Conzen (1960) utiliza como referência a descrição do local por meio da análise do sistema viário. Segundo Pereira Costa (2004), Conzen infere que a cidade foi se transformando e que há, na transformação da forma, uma história de vida a partir do seu desenvolvimento, conjuntamente com a história regional na qual a urbe se encontra assentada, diretamente relacionada ao arranjo físico das áreas edificadas. Assim, quando um período suprir suas necessidades nos padrões de uso do solo, ruas, lotes e edificações, outro o sobrepõe.

No entanto, segundo a autora, alguns períodos são pouco visíveis, porque não apresentam variações significativas que possam ser observadas nos padrões de uso do solo. Assim, para identificar as camadas pouco visíveis, são realizadas as análises dos planos urbanos e das vias, uma vez que estes apresentam menor grau de transformação.

Com o objetivo de definir as camadas visíveis e pouco visíveis, considera-se o processo evolutivo do plano urbano para interpretar a forma existente a partir dos elementos que as originaram e evoluíram. Pereira Costa (2004) define que o meio de interpretação se dá pela indicação dos processos que geraram desenvolvimento econômico e social, assim como as transformações subsequentes que geraram formas materiais. De acordo com a autora, tais processos temporais são definidos como períodos morfológicos, uma vez que deixam resíduos identificáveis na paisagem urbana.

A paisagem deve ser compreendida pela sucessão e pelo acúmulo de tempos, assim, no que diz respeito às paisagens urbanas, o ponto mais relevante refere-se ao aspecto desenvolvimentista e seus processos de transformação ao longo do tempo. Esses processos podem ser caracterizados como de acumulação, adaptação e substituição de formas, como observa M.R.G. Conzen (1966) e Pereira Costa e

Gimmler Netto (2015), nos quais a temporalidade é assegurada pela permanência da implantação no sítio natural, comum a todas as cidades.

Elas são alteradas pela sociedade e mais particularmente pelos arranjos econômicos, nos quais representa, ao mesmo tempo, a variação funcional e geográfica distinta no modo de vida de qualquer civilização particular. [...]. As comunidades urbanas representam tais grupos sócio geográficos. (CONZEN, 1966).

Neste sentido, Moudon (1997) acrescenta que “a cidade é a acumulação e integração das várias ações, individuais e coletivas, as mesmas governadas pelas tradições culturais, e produzidas pelas forças econômicas e sociais ao longo do tempo”. Para M.R.G. Conzen (1966), a paisagem urbana histórica estabelece uma paisagem distinta, reconhecida como um ambiente dinâmico importante, que sofre pressão constante do desenvolvimento natural inerente a qualquer sociedade.

Esse ambiente relevante, originado por núcleos, advém da grande estratificação histórica, pela variação e justaposição das formas oriundas de variados períodos, sendo os centros históricos os exemplos mais significativos de paisagem urbana histórica em decorrência de maior incidência de fatos ocorridos como observa Conzen (2004). Dessa forma, quanto maior o número de camadas compreendidas, maiores são os períodos que se inserem nas formas da paisagem, configurando, dessa forma, o palimpsesto urbano.

Assim, o autor enfatiza a relevância da paisagem urbana histórica por meio do caráter que esta manifesta pela sua unicidade e historicidade. Conforme definição de Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 64), a unicidade é estabelecida como a identidade própria de uma paisagem, na qual é expressa a estrutura cultural, por meio da organização espacial que se estabelece no ambiente geográfico. A historicidade é compreendida como um atributo da paisagem capaz de refletir materialmente as permanências em vários períodos, ou seja, pela acumulação das formas ao longo do tempo, oriundas da combinação entre diversos períodos morfológicos envolvidos em sua composição (CONZEN, 2004). Dessa maneira, a paisagem urbana apresenta historicidade, na medida em que revela um maior

número de períodos morfológicos envolvidos na sua composição, sendo unicidade, historicidade e palimpsesto conceitos complementares para sua análise.

O trabalho desenvolvido procurou interpretar os parâmetros morfológicos urbanos existentes da cidade que formam a estrutura urbana e as edificações, identificando as transformações acarretadas na paisagem urbana de acordo com o histórico do local. Para isso, o estudo desenvolvido para São João del-Rei foi baseado na metodologia utilizada por S. A. Pereira Costa e M. M. Gimmler Netto (2015) sobre a cidade de Ouro Preto, que por sua vez sustentou-se nas teorias lançadas por M.R.G. Conzen no livro *Thinking about urban form* (2004).

#### 1.2.1 A aplicação da Escola Inglesa de Morfologia Urbana no contexto urbano e histórico do centro histórico de São João del-Rei

Para compreensão da origem da forma urbana de São João del-Rei/MG, este estudo teve como objetivo identificar seu desenvolvimento e transformações ao longo do tempo, tendo como recorte e objeto de estudo o centro histórico tombado pelo IPHAN. Para desenvolvimento da análise, foi utilizada a metodologia da Escola Inglesa de Morfologia Urbana por meio da identificação dos processos morfológicos da paisagem urbana histórica da cidade.

O estudo morfológico foi realizado por meio de levantamentos bibliográficos, fotográficos e cartográficos, e pela definição de períodos evolutivos que se materializaram no traçado da cidade. A forma urbana foi analisada por meio da visão tripartite de Conzen (1960), que consiste, no plano urbano, no tecido e uso e ocupação do solo. Como afirma Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 69), o estudo morfogênico requer uma estrutura temporal para referenciar o esquema de períodos morfológicos, que são definidos como parte de transformações culturais contínuas.

Dessa maneira, a forma urbana evidencia as características específicas de cada período histórico, expressando atributos culturais em planos urbanos e

arquitetônicos da cidade, podendo ser compreendidos no padrão de uso e ocupação do solo e nos tipos edilícios, conforme argumenta M. R. G. Conzen (2004). Os processos morfológicos são provenientes dos movimentos de transformação e de permanência decorrentes das necessidades evolutivas e ambientais das sociedades urbanas ao longo do tempo. Para tal entendimento, foram definidos períodos morfológicos para análise da formação urbana do centro histórico de São João del-Rei.

### 1.2.2 Os períodos morfológicos do Centro Histórico de São João del-Rei

Os períodos morfológicos são definidos como parte do processo de transformação cultural contínua e o estudo morfogênico requer uma estrutura temporal como forma de diferenciar o arranjo dos períodos morfológicos. Em São João del-Rei, as transformações na paisagem urbana podem ser compreendidas por meio de períodos evolutivos, sobretudo por se tratar de centro histórico antigo, pois conforme considera M.R.G. Conzen (2004), o centro histórico possui maior historicidade<sup>5</sup>, pois é uma área de origem da forma urbana, acumulando formas nos diferentes períodos morfológicos. Observa ainda que a complexidade da estratificação tende a decrescer à medida que se afasta do centro histórico, com estratificações históricas mais simples decorrentes apenas dos períodos históricos mais recentes. Assim, o centro antigo é a área que mais expressa a historicidade demonstrando a formação da identidade da cidade.

No método estabelecido pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana a análise inicia com a estrutura urbana existente no período contemporâneo considerado como a síntese das ações políticas, sociais, econômicas e culturais que resultaram na forma presente. A partir dessa análise se retrocede no tempo para avaliar a formação e evolução da paisagem urbana. (PEREIRA COSTA E GIMMLER NETTO, 2015, p. 71).

Para entendimento do estudo morfogênico, serão diferenciados os períodos evolutivos dos períodos históricos. No período evolutivo, as datas são mais flexíveis do que os períodos históricos, sendo o primeiro estabelecido pelo acontecimento de

---

<sup>5</sup> Historicidade é a expressividade histórica, usualmente em relação à paisagem urbana. Esse atributo apresenta a materialização na paisagem urbana na criação das sociedades passadas (PEREIRA COSTA e GIMMLER NETTO, 2015, p. 122).

eventos e fatos específicos, balizados por características ideológicas próprias, como, por exemplo, períodos monárquicos ou republicanos, conforme estuda Conzen (1960).

Os períodos evolutivos são mais flexíveis por se basearem em inovações e revoluções refletidas na estrutura urbana, com características econômicas, sociais, políticas e culturais que levam a inovações. De acordo com M. R. G. Conzen (2004), os períodos evolutivos não possuem precisão de definição temporal, pois um período pode apresentar características do período anterior no período seguinte, com sobreposições. Assim, pode-se considerar o período morfológico como uma síntese entre o período histórico e o período evolutivo. Segundo Pereira Costa e Gimmler Netto (2015), cada período deixa a marca do seu próprio tempo, passível de ser reconhecido como período morfológico.

Os períodos históricos considerados para estudo da forma urbana do centro histórico de São João del-Rei são definidos pelos principais períodos políticos brasileiros que promoveram transformações temporais na sociedade. De acordo com a história de São João del-Rei, semelhante a outras cidades brasileiras e, em especial, as do Ciclo do Ouro em Minas Gerais, os períodos históricos podem ser divididos em:

A - Período colonial, compreendido entre os séculos XVIII e XIX (1704-1822);

B - Período imperial, no século XIX (1822-1889);

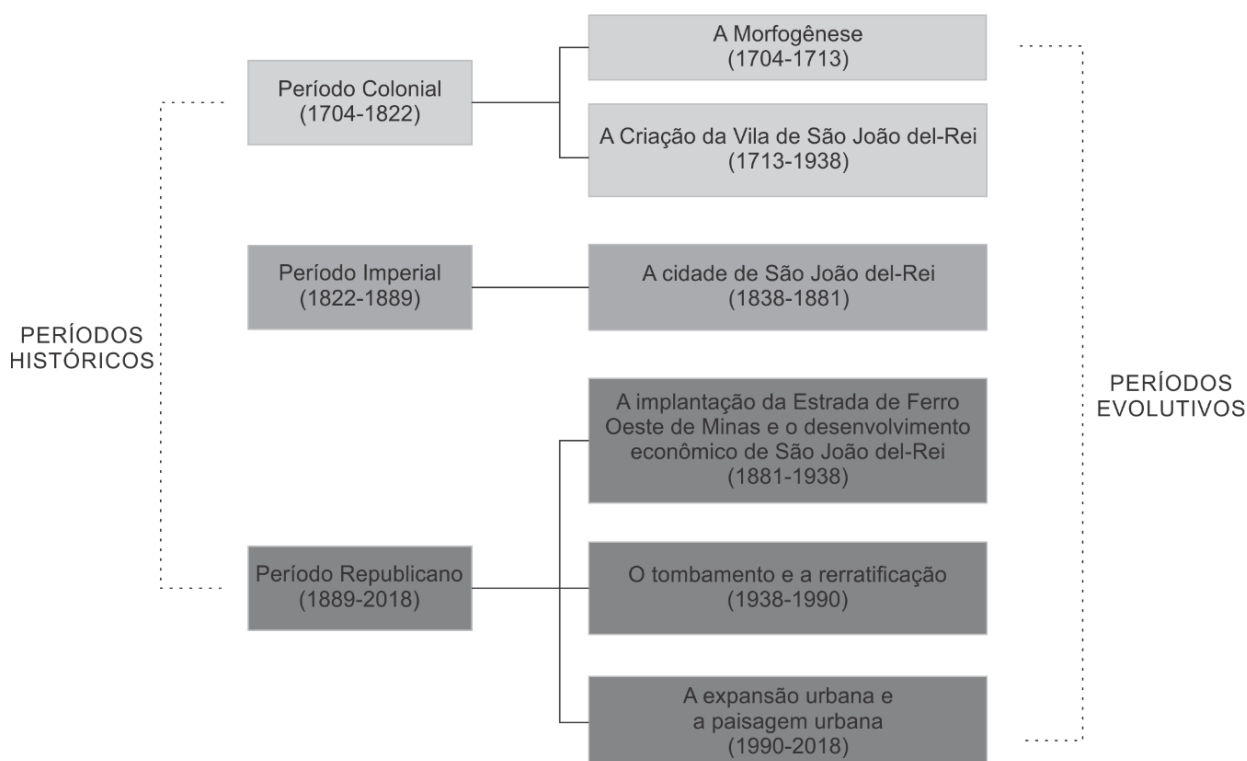
C - Período republicano, do século XIX ao XXI (1889-2018).

Para a definição dos períodos evolutivos, foram consideradas as transformações ao longo do tempo baseadas nas inovações e evoluções ocorridas na paisagem urbana, sendo estabelecidos seis períodos evolutivos. Com isso, os períodos morfológicos podem ser entendidos conforme a especificação abaixo e a Figura 1:

- A Morfogênese (1704-1713);
- A criação da Vila de São João del-Rei (1713-1838);

- A cidade de São João del-Rei (1838-1881);
- A implantação da Estrada de Ferro e o desenvolvimento econômico de São João del-Rei (1881-1938);
- O tombamento e a rerratificação (1938-1990);
- A expansão urbana e a paisagem urbana (1990-2018).

Figura 1 – Períodos Morfológicos de São João del-Rei.



Fonte: Elaborado pela autora em fevereiro de 2017, com base em Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 71).

Conzen (2004) argumenta que o desenvolvimento histórico das cidades produz acumulação de formas na paisagem urbana. Essa alteração, ocorrida ao longo dos períodos históricos, é reconhecida pelas camadas que se sobrepõem no tecido urbano, mostrando a evolução do traçado das cidades. Os itens a serem observados para uma investigação morfológica devem ser o plano urbano, com sistema viário e padrão de parcelamento, o tecido, formado pelas quadras e lotes com as edificações semelhantes, e o padrão de uso e ocupação do solo das edificações (M. R. G. CONZEN, 1960).

Assim, para análise da evolução do traçado urbano de São João del-Rei até a contemporaneidade, serão abordados os períodos históricos na contextualização do Brasil e, em seguida, os períodos mais relevantes no contexto da cidade, de forma a embasar a análise dos evolutivos a serem definidos na análise dos períodos morfológicos. Para definição dos períodos morfológicos, serão analisadas as transformações que acarretaram a inovação/revolução do tecido urbano, a partir de marcos históricos que refletem diretamente as transformações na forma urbana, e conseqüentemente, na paisagem, conforme metodologia utilizada por Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 71). Dessa forma, será possível compreender como a forma urbana de São João del-Rei foi se formando no decorrer do tempo de acordo com os acontecimentos dos períodos evolutivos ao longo dos períodos históricos.

## **2. PERÍODO COLONIAL NO BRASIL (1693-1822)**

O período colonial no Brasil foi compreendido entre o espaço de tempo de 1500, com a chegada dos portugueses, até a independência do país, em 1822, podendo ser dividido em três períodos desiguais, segundo Fausto (1995, p. 41), sendo o primeiro, da descoberta à instalação do Governo-Geral em 1549; o segundo, da instalação do Governo-Geral até o fim do século XVIII e; o terceiro, o fim do século XVIII à época da Independência em 1822.

O primeiro período é delimitado pelas primeiras tentativas de Portugal de explorar o território, voltada nesse momento para a coleta de pau-brasil, madeira nobre amplamente utilizada no continente europeu. Com a constante presença de outros países europeus na colônia em meados de 1530 e com a recém-descoberta de metais preciosos, o rei de Portugal, D. João III, dividiu o território nas capitanias hereditárias com o intuito de garantir o controle territorial, o controle administrativo e o lucro por meio do pagamento de parte dos tributos da exploração à Coroa (FAUSTO, 1995, p. 45).

Em 1549, o Governo-Geral visava à centralização do controle administrativo da colônia portuguesa, sendo mantidas as capitanias hereditárias como unidades administrativas até meados de 1750, quando dão lugar às capitanias gerais. Conforme analisa Fausto (1995, p. 76-93), a base econômica no século XVI e XVII era, até então, voltada para a produção de açúcar nos engenhos situados, sobretudo, na região nordeste e sudeste da colônia, bem como do fumo e da agropecuária de subsistência.

No fim do século XVII, as expedições dos bandeirantes pelo interior da colônia em busca de indígenas para serem escravizados encontraram veios de ouro e diamantes em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e outras regiões, assim como na Colônia Espanhola, como observa Fausto (1995, p. 98), impulsionando uma nova forma de exploração da colônia altamente rentável para a Coroa Portuguesa nas primeiras décadas do século XVIII.



Em meados do século XVIII, no contexto da administração pombalina, a Colônia entra em um período de depressão econômica com a crise do açúcar e a queda da produção de ouro (FAUSTO, 1995, p. 110). Com o declínio da exploração aurífera, vários movimentos de resistência ocorrem no interior do Brasil Colônia contra a Coroa, que possuía uma fiscalização intensa e cobranças excessivas de impostos, como o Quinto e a derrama, como considera Furtado (1995, p. 15):

Se, por um lado, a legitimidade do direito ao quinto sobre o ouro nunca foi formalmente questionada pelos moradores das Minas, por outro, as formas de sua aferição e o controle da arrecadação sempre foram objeto das mais acres polêmicas. (FURTADO, 1995, p. 15).

No contexto desses movimentos de resistência, cabe destacar a importância da Inconfidência Mineira como símbolo da oposição à exploração da Metrópole e como “exemplo do alcance aparentemente limitado podem ter impacto na história de um país” (FAUSTO, 1995, p. 118). Posteriormente, a transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808-1821), em decorrência das invasões das tropas de Napoleão Bonaparte ao território português, propiciou o desenvolvimento econômico e urbano da colônia, que passa a assumir funções de metrópole.

Em 1815, Dom João eleva o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, sendo nomeado, em seguida, como Dom João VI, rei português. A partir de 1820, em decorrência da crise política, militar e administrativa originada em Portugal (FAUSTO, 1995, p. 129-131), Dom João VI retorna à Portugal, ficando em seu lugar Dom Pedro I como príncipe regente. Em 1821, os portugueses determinam o retorno de Dom Pedro I ao país.

Após pressão da elite brasileira com o retrocesso e a possibilidade da recolonização, D. Pedro decreta, em 1822, a independência do Brasil de Portugal, iniciando o período imperial no país (FAUSTO, 1995, p. 134). No período colonial, serão analisados dois períodos evolutivos – a morfogênese e a criação da Vila de São João del-Rei – marcados pelas primeiras ocupações, abertura dos primeiros caminhos e formação do núcleo urbano inicial.

## 2.1 PERÍODO COLONIAL EM SÃO JOÃO DEL-REI (1693-1822)

A cidade de São João del-Rei situa-se na região do Campos das Vertentes, em posição privilegiada de acesso às principais áreas metropolitanas da região sudeste do país. A origem da cidade remonta ao período colonial ainda no Ciclo do Ouro, nos fins do século XVII, sendo a busca pelo ouro primordial para o início da povoação do interior da colônia, como observa Carvalho (2015, p. 21), uma vez que ocasionou a fixação populacional no território, nas fundações urbanas e na cadeia de dependências da mineração, acarretando a expansão em investimentos rurais, bem como a criação de novos entrepostos comerciais, estimulando novas fronteiras agrícolas, como a fronteira cafeeira.

A região de São João del-Rei foi um dos principais entrepostos do Caminho Velho<sup>6</sup>, a primeira via aberta oficialmente pela Coroa Portuguesa para o tráfego entre o litoral fluminense e a região mineradora. Essa posição explica posteriormente o processo histórico de consolidação de São João del-Rei como centro urbano de relevância regional ao longo do tempo.

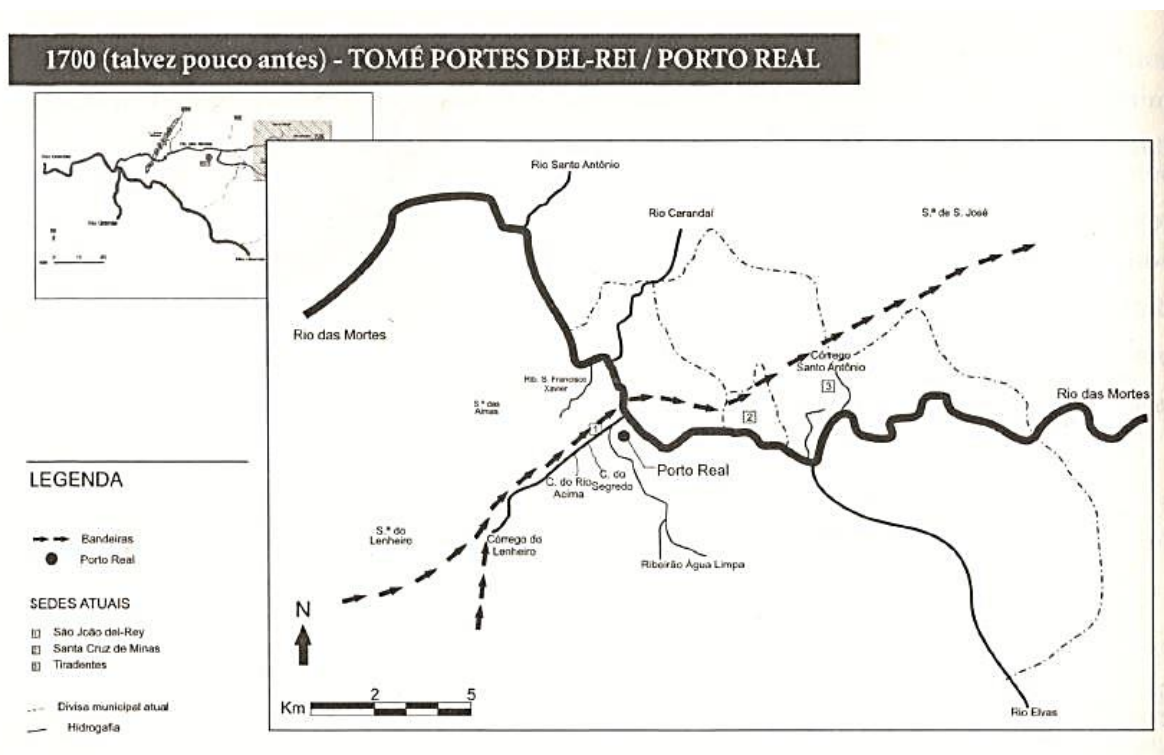
Inicialmente, os indícios das primeiras ocupações referem-se a um local de travessia situado às margens do Rio das Mortes<sup>7</sup>, “numa pequena enseada, que servia como porto para embarcações leves, situado entre São João Del-Rei e São José Del-Rei (a partir de 1889 tem o nome alterado para Tiradentes), no local, hoje conhecido como Porto, na divisa entre São João Del-Rei e Santa Cruz de Minas” (CARVALHO, 2015, p. 21), próximo ao atual bairro de Matosinhos, conhecido anteriormente como Porto Real, como pode ser visto na Figura 2.

---

<sup>6</sup> O Caminho Velho ou Caminho do Ouro era uma via aberta do período colonial para o desenvolvimento e interiorização do País, além de ser uma forma de controle fiscal da Coroa Portuguesa. Segundo Oliveira e Santos Filho (2010, v.1, p. 23), o Caminho Velho, também conhecido como Caminho Geral do Sertão, seguia a “grosso modo o curso do rio Paraíba do Sul a partir de São Paulo, passando por Taubaté. No sopé da serra da Mantiqueira tomava o rumo norte em direção ao rio Grande e seu afluente, o rio das Mortes. A partir do Rio de Janeiro, a viagem era feita por mar até o porto de Parati e daí para Taubaté, atravessando a serra do Mar”.

<sup>7</sup> Além da definição de Antonil (1964) sobre a possível origem do nome do Rio das Mortes, Carvalho (2015, p. 21) afirma que a origem do nome do Rio das Mortes se deu porque “antigamente o Porto era cercado de capões de mata, e ali houve inúmeras mortes por emboscada para assalto e roubo de carga (alimentos, ouro) ou para tomar a força os índios que já haviam sido apresados. Assim, o rio tomou esse atemorizador nome”.

Figura 2 – Mapa esquemático da possível localização do Porto Real (Século XVIII).



Fonte: Guimarães, 2006, p. 72.

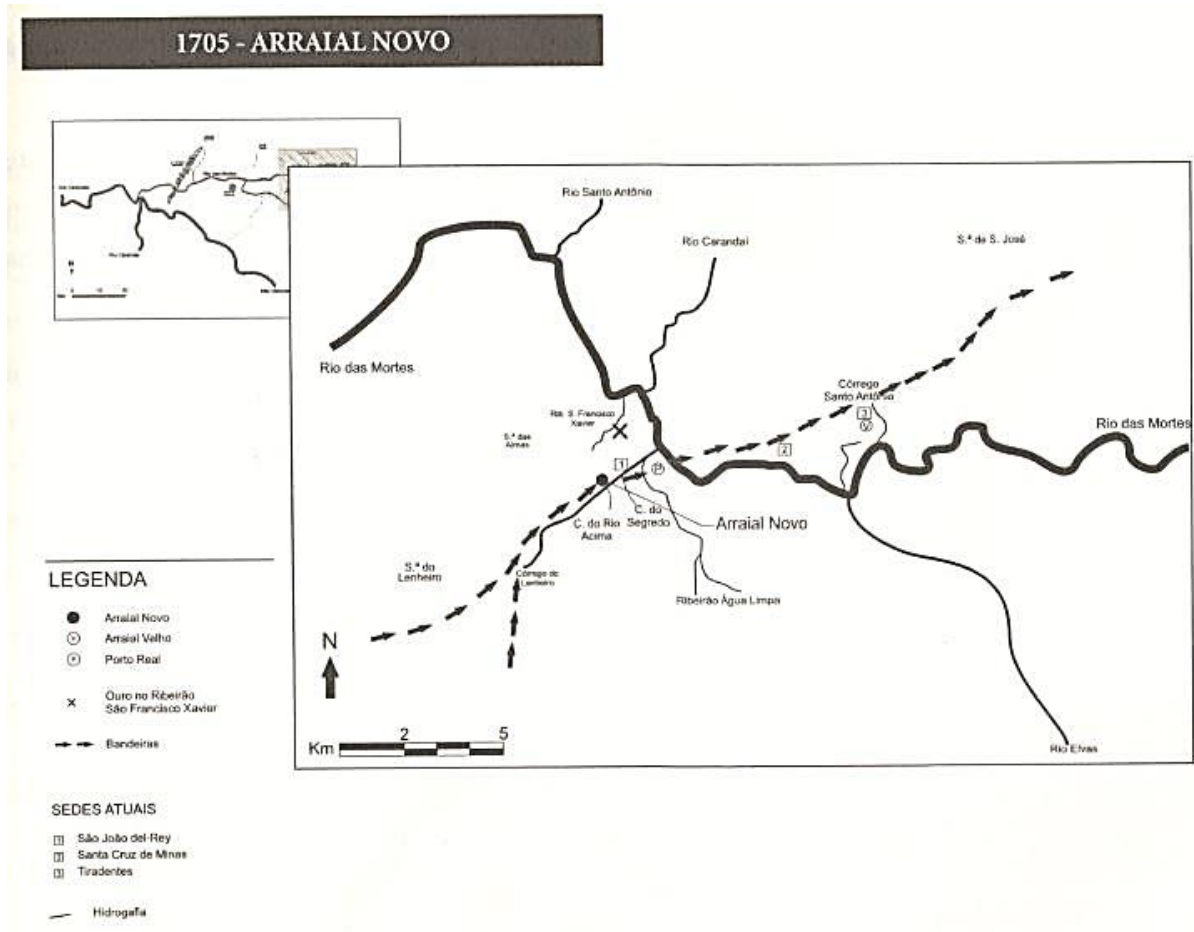
Os direitos de passagem, feita em canoa, eram explorados por Tomé Portes del-Rei, bandeirante paulista que cobrava pedágio na travessia do Rio das Mortes em fins do século XVII, assim como pela venda de mantimentos aos mineiros que passavam para as Minas ou voltavam para os povoados, como aponta Alvarenga (1994, p. 11). Posteriormente, foi nomeado como Guarda-Mor entre 1701 e 1702, obtendo permissão oficial para a cobrança do direito de passagem, como comprova Antonil (1964, p. 18):

Também há uma paragem no caminho para as ditas minas gerais, onze ou doze dias distante das primeiras, andando bem até as três horas da tarde, a qual paragem chamam a do rio das Mortes, por morrerem nela uns homens que o passaram nadando, e outros que se mataram às pelouradas, brigando entre si sobre a repartição dos índios gentios que traziam do sertão. E neste rio, e nos ribeiros que dele procedem, e em outros que vêm a dar nele, se acha ouro, e serve esta paragem como de estalagem dos que vão às minas gerais, e aí se provêem do necessário, por terem hoje os que aí assistem roças e criação de vender. (ANTONIL, 1964, p. 18).

Com a descoberta e exploração de ouro na região, surgem dois arraiais mineradores, o Arraial Velho, origem da vila de São José – posteriormente Tiradentes –, e o Arraial Novo, marco inicial de São João del-Rei. Ambos se

originaram de forma espontânea nas proximidades das lavras onde era feita a mineração do ouro de lavagem, estando o Arraial Velho na margem direita do Rio das Mortes, e o Arraial Novo na outra margem<sup>8</sup>, como ilustrado na Figura 3 de Guimarães (2006).

Figura 3 – Mapa esquemático da localização do Arraial Novo (Século XVIII).



Fonte: Guimarães, 2006, p. 75.

<sup>8</sup> O Arraial Velho, na margem direita do Rio das Mortes, teve por orago Santo Antônio, o mais popular entre os santos portugueses. O segundo arraial, na outra margem, valeu-se da proteção de Nossa Senhora do Pilar, devoção de origem hispânica, mas muito difundida no Minho português, berço de um grande número de povoadores dos primórdios da colonização na região (OLIVEIRA; SANTOS FILHO, 2010, p. 24).

Durante a busca por terras pelos bandeirantes para exploração aurífera, a região de São João del-Rei foi marcada por um dos conflitos decorrentes da Guerra dos Emboabas<sup>9</sup>. Dentro desse contexto, em 1707, no Arraial Novo do Rio das Mortes, ocorre uma disputa entre emboabas e paulistas, no vale do Rio das Velhas, acarretando a derrota dos paulistas que acabam batendo em retirada, concentrando-se em grande número na região do Rio das Mortes<sup>10</sup>.

Como observa Guimarães (2006, p.77), ao citar a descrição de João Camilo de Oliveira Torres (1963), a região do Rio das Mortes foi local de concentração dos paulistas e dos emboabas, sobretudo, devido à descoberta de ouro. Com receio de possíveis represálias, os paulistas se refugiaram em um capão<sup>11</sup> na região próxima aos Arraiais de Nossa Senhora do Pilar (também chamado de Arraial Novo, atual São João del-Rei) e Ponta do Morro (próximo à atual Tiradentes). Nesse local, os paulistas derrotados e rendidos foram massacrados. O Capão da Traição é retratado por Burton (1979) em sua visita a São João del-Rei no início do século XIX:

Matosinhos fica onde outrora estava o famoso Capão da Traição, expressão que veio dos dias em que o rio foi batizado de Rio das Mortes, ou melhor, dos assassinatos. No fim do Século XVII, os paulistas, especialmente os taubateenses, ou habitantes de Taubaté, cidade paulista do Vale do Paraíba do Sul, encontraram lavras de ouro na maior parte de sua capitania, hoje Província de Minas Gerais, e imediatamente reclamaram os direitos da descoberta. Um de seus potentados, chamados Manuel de Borba Gato, arrogou-se o título de Governador das Minas e foi apoiado por seus conterrâneos. Estes resolveram expulsar, alguns dizem que massacrar, os forasteiros, isto é, os emigrantes de Portugal e da Europa. Estes últimos, apelidados de “fariseus de Minas”, escolheram como seu Governador o português Manuel Nunes Viana, “branco e europeu”, e assim começou, em 1708, a guerra dos Caboclos e dos Emboabas, ou, em outras palavras de “peles-vermelhas” e “galinhas com penas nas pernas”. (BURTON, 1979, p. 106).

---

<sup>9</sup> A Guerra dos Emboabas ocorreu entre os anos de 1707 e 1710, na região de Minas, pela disputa do direito de exploração aurífera das jazidas descobertas. O conflito, visando o controle da região e exclusividade da exploração das minas, se deu entre os bandeirantes paulistas que haviam descoberto a região das Minas e os portugueses vindos da Europa, chamados de “emboabas” pelos paulistas.

<sup>10</sup> Segundo Álvares de Oliveira (apud GUIMARÃES, 2006, p.77), “[...] contínuas tropas paulistas que chegavam a este distrito, retirados dos emboabas que daquelas partes do Rio das Velhas [...], tanto que, movendo-se pelo Sabará ou Caeté, certas diferenças entre eles e os paulistas se lhes opuseram, de sorte que ficando estes menos airosos e envergonhada sua alta presunção antes que experimentassem mais algum dezar, abalaram para este Rio das Mortes e juntos onde chamam o Córrego, lugar da outra parte do rio, que fica entre as duas vilas, de onde observando o vigilante cuidado e constância firme dos emboabas, ofereceram por várias vezes proposições para uma amigável correspondência E assim, foram uns e outros, entretanto, nem amigos nem inimigos até o fim do ano de 1708.”

<sup>11</sup> Capão se refere à mata baixa cercada por floresta.

O conflito ficou conhecido como o Capão da Traição<sup>12</sup>, como pode ser observado na Figura 4, ocorrido em 1709, próximo a Fazenda do Pombal<sup>13</sup> (situada em Ritópolis).

Figura 4 – Mapa esquemático da localização do Capão da Traição.



Fonte: Guimarães, 2006, p. 75.

Depois de findar o conflito do Capão da Traição, Antônio de Albuquerque, governador da Província, pacificou os confrontos ocorridos na região do Rio das Velhas, regressando ao Arraial Novo. Porém, após tomar conhecimento de que os paulistas tinham como intenção uma revanche, tentou persuadir com que estes retrocedessem, porém, sem sucesso. Em novembro de 1709, o Arraial Novo foi atacado pelos paulistas e após quatro dias de confronto, “queimando-se todas as casas e a mesma igreja”, como observa Álvares de Oliveira (apud Guimarães, 2006, p.83), colocando-se os paulistas em retirada, “nem vencidos, nem vencedores”.

Após a luta, com a destruição do Arraial Novo, os emboabas deslocam-se para uma região próxima ao Porto Real de Passagem, em terreno de melhores condições de

<sup>12</sup> O Capão da Traição é abordado por Vasconcelos (2004, p. 141-169), Burton (1979, p. 106) e Guimarães (2006, p.25 e 1996, p. 24).

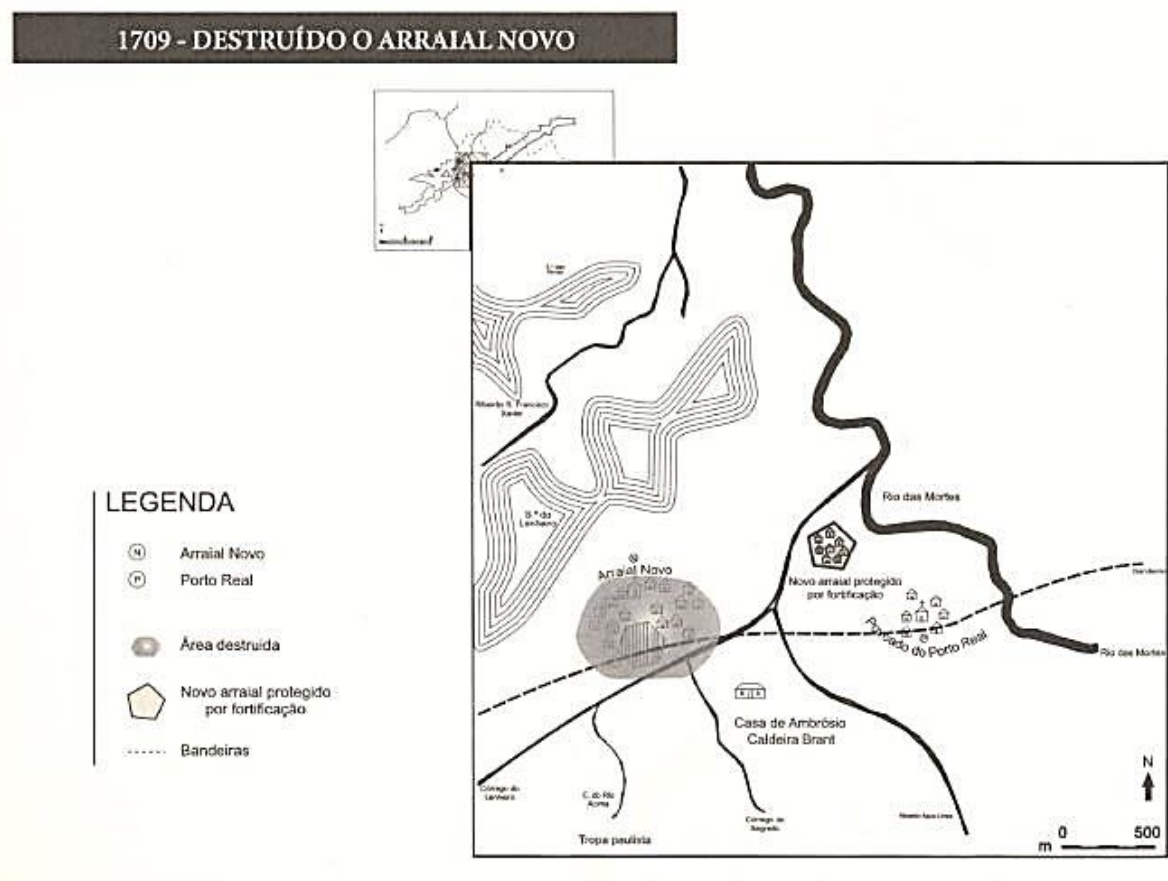
<sup>13</sup> Cabe ressaltar que Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier) nasceu provavelmente na Fazenda do Pombal, localizada à época em São João del-Rei (hoje pertence a cidade de Ritópolis), como observa Furtado (2002, p. 22).

defesa, construindo novo arraial protegidos por uma fortaleza pentagonal. Segundo Álvares de Oliveira (apud Guimarães, 2006, p.84).

[...] se determinou na Vargem, perto da Passagem, que é um largo sobre o Rio das Mortes, fabricar uma fortaleza capaz de assistirem nela muito à sua vontade e seguros de qualquer invasão, antepoñdo-lhe as conveniências que perdiam das boas lavras destas minas. (OLIVEIRA apud GUIMARÃES, 2006, p.84).

Cerca de um ano após o fim da Guerra dos Emboabas, o Arraial Novo foi reconstruído no mesmo local, próximo às lavras de ouro, dando origem a um núcleo assentado próximo à região das Mercês e ao Morro da Forca, como ilustrado nas Figuras 5 e 6.

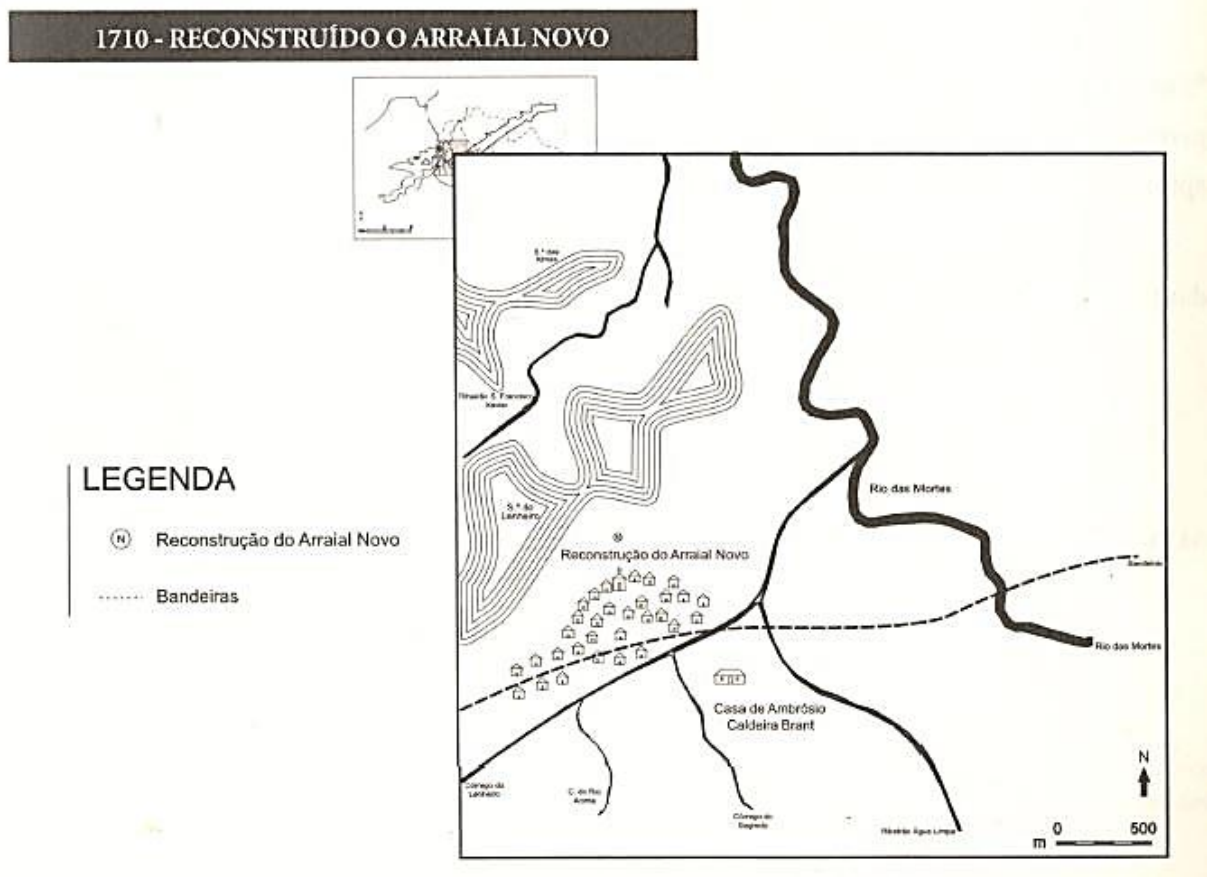
Figura 5 – Mapa esquemático da destruição do Arraial Novo.



Fonte: Guimarães, 2006, p. 84.



Figura 6 – Mapa esquemático da reconstrução do Arraial Novo.



Fonte: Guimarães, 2006, p. 85.

Nas primeiras décadas do século XVIII, as Minas Gerais passaram por um processo de urbanização considerável, marcado pela desorganização e, possivelmente, sem par na história da colonização portuguesa até então conhecida (FURTADO, 2002, p. 14). Visando a controlar o território, sobretudo em decorrência da Guerra dos Emboabas, em 1714, a Coroa estabelece os principais arraiais como vilas<sup>14</sup> e institui as Comarcas como forma de garantir a exploração das riquezas da Capitania de Minas Gerais, como pode ser observado na Figura 7.

<sup>14</sup> "Das catorze vilas que foram criadas na capitania de Minas Gerais ao longo de todo o século XVIII, as nove mais importantes e mais densamente povoadas remontam aos três primeiros decênios desse século. Ao longo desse período foram criadas, em 1711, as vilas do Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Vila Real do Sabará (cidade de mesmo nome); em 1713, a Vila de São João del Rey (cidade de São João del-Rei); em 1714, a Vila do Príncipe (Serro) e a Vila Nova da Rainha (Caeté); em 1715, a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui (Pitangui); em 1718, a Vila de São José del Rey (Tiradentes); e por fim, em 1730, a Vila de Minas Novas (cidade de Minas Novas)." (FURTADO, 2002, p. 14).



Figura 7 – Mapa da Capitania de Minas Gerais com indicação das Comarcas (localização da Vila de São João del-Rei em amarelo).



Fonte: José Joaquim da Rocha, 1777 –Biblioteca Digital Luso-Brasileira. (Disponível em: <<http://bdlb.bn.gov.br/>>. Acesso em: abril de 2018)

Nesse contexto, cabe pontuar que durante o movimento da Inconfidência Mineira, com início em 1789, tinha-se como intuito que a Vila de São João del-Rei fosse escolhida como capital mineira por se tratar de uma vila com grande importância econômica, como afirma Furtado (2002). Vale destacar, ainda, que grande parte dos

Inconfidentes<sup>15</sup> pertenciam à Comarca do Rio das Mortes, fato que reforça a escolha da cidade de São João del-Rei como sede da comarca como possível Capital ao fim do movimento.

A ideia de criação de uma república seria, portanto, um dos primeiros pontos de ação dos inconfidentes. [...] Como decorrência dessa inspiração teórica, e da força das instituições municipais na tradição portuguesa, os limites políticos e geográficos da república pretendida eram bem mais restritos do que já se afirmou, o que justifica a opção pela mudança da capital para São João del Rei, principal sede da Comarca do Rio das Mortes e eixo de crescimento econômico considerável no último quartel do século XVIII. (FURTADO, 2002, p. 20-21).

Oliveira e Santos Filho (2010, p. 28) explanam que, segundo ideais dos inconfidentes, São João del-Rei tinha tanta relevância no cenário da próspera capitania das Minas Gerais que foi idealizada por eles para capital de sua utópica república, enquanto Vila Rica sediaria a universidade, seguindo o modelo português de Lisboa e Coimbra. Burton (1979, p. 109) observa que “foi proposto transferir a sede do governo. Em 1789, como se verá, o movimento patriótico de Minas escolheu São João para sítio de seu Washington e Ouro Preto para a Universidade”. No entanto, o movimento é frustrado, a ideia esbarrou no movimento rebelde e, apesar disso, “desta vez ficou no imaginário mineiro, em virtude da mítica que terminou envolvendo a conjuração natimorta”. (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2010, p. 312).

Após o declínio da exploração aurífera, a partir da segunda metade do século XVIII, devido à sua importância regional como sede da Comarca do Rio das Mortes (Figura 8) e como produtora mercantil e de gêneros alimentícios, a região continua se desenvolvendo, sobretudo, com o trabalho escravo e com a atividade agrícola. Furtado (2010, p. 88) relaciona os movimentos demográfico e financeiro das regiões situadas nas áreas de mineração, principalmente da Comarca de Vila Rica em

---

<sup>15</sup> Dos quatorze inconfidentes condenados, nove eram da Comarca do Rio das Mortes, ou possuíam relações econômicas com esta (Guimarães, 1996, p. 95). Dentre os Inconfidentes, pode-se citar Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), Padre Toledo (Carlos Correia de Toledo e Melo), José de Resende Costa Filho e Alvarenga Peixoto (esposo de Barbara Heliadora). A relevância da região da Comarca do Rio das Mortes no âmbito da Inconfidência mineira é contextualizada por Furtado (2010, p. 69): “No Rio de Janeiro, por outro lado, o leque de investigações foi sensivelmente ampliado com a prisão e a inquirição de vários moradores da Comarca do Rio das Mortes, zona de vitalidade e expansão econômicas notáveis e, ainda, dotada de sólidas relações com a sede do vice-reinado”.



“direção às terras agriculturáveis e pastoris, encontrando melhores condições de implantação e crescimento na Comarca do Rio das Mortes”.

A partir de 1808, com a acomodação da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, a Comarca do Rio das Mortes exporta considerável volume de produtos para a cidade, fortalecendo sua importância da porção meridional de Minas como abastecedora da Corte. Como analisa Graça Filho (2002, p. 232), o baixo custo das atividades produtivas, aliado à autossuficiência “e a reprodução endógena de mão-de-obra escrava, dotou as fazendas escravistas de alimentos de uma elevada capacidade de resistir às flutuações conjunturais desfavoráveis”.

Figura 8 – Mapa da Comarca do Rio das Mortes (localização de São João del-Rei em amarelo).



Fonte: José Joaquim da Rocha, 1777 – Biblioteca Digital Luso-Brasileira. (Disponível em: <<http://bdlb.bn.gov.br/>>. Acesso em: abril de 2018).

Com a chegada da Corte Portuguesa no Brasil colonial, há a alteração do período histórico, pois a colônia passa a ser a sede da família imperial, marcando o fim do período colonial e sua transição para o período imperial brasileiro. Para análise das transformações ocorridas na forma urbana de São João del-Rei no período colonial, serão analisados a seguir os períodos evolutivo e morfológico da Morfogênese e da criação da Vila de São João del-Rei.

### 2.1.1 A Morfogênese (1704-1713)

No período colonial, a descoberta de um terreno aurífero, com uma mina ou veio de ouro, dava origem a um arraial, construindo edificações no seu entorno com o intuito de demarcar a propriedade e explorá-lo. De acordo com Teixeira (2012, p, 9), as primeiras fases de construção dos núcleos urbanos eram caracteristicamente de responsabilidade dos próprios colonos, sem ajuda de quaisquer especialistas. Como observa

Delson (1979, p. 28) pondera que, “a preocupação primordial nessa região era literalmente fixar os errantes, e não criar comunidades ordenadas”, pois a Coroa era favorável à escolha judiciosa de lugares que apresentassem potencialidades de evoluírem para comunidades permanentes e os novos arraiais deveriam “localizar-se perto de achados de ouro recentes, porque a proximidade das escavações significava que se poderia exercer uma fiscalização rigorosa sobre o ouro extraído”.

Sem dúvida, o maior desafio enfrentado pelos portugueses foi implantar os novos padrões urbanos nas regiões de mineração do Centro e na fronteira do extremo Oeste do País. Ali, os bandeirantes e outros mineradores tinham tomado a iniciativa na formação de comunidades, juncando os distritos de mineração de acampamentos construídos atabalhoadamente. (DELSON, 1979, p. 27)

A formação urbana inicial de São João del-Rei remonta a chegada dos primeiros bandeirantes no fim do século XVII, quando Tomé Portes del-Rei ocupou o lugar conhecido como Real Porto da Passagem, em 1701, na região onde hoje é localizado o bairro de Matosinhos. Henriques (2003) confirma essa hipótese ao afirmar que:

[...] sabendo que o núcleo da atual cidade de São João del Rei somente foi iniciado no ano de 1704, com a descoberta de ouro nas imediações do Senhor dos Montes e da Igreja das Mercês, somos obrigados a acreditar que o atual Bairro de Matozinhos é o berço da cidade de São João del Rei, porque o local era povoado antes de 1704. (HENRIQUES, 2003, p. 29-30)

Alvarenga (1994, p. 11) reitera a afirmação ao explicar que a primeira “igreja existente em São João del-Rei foi construída no final do século XVII, lá pelas bandas da Matozinhos, às margens do Rio das Mortes”. O início de São João del-Rei se deu por esses lados, quando Tomé Portes del-Rei, como chefe de agrupamentos, ali se instalou para “fabricar mantimentos para vender aos mineiros, que passavam para as Minas ou voltavam para os povoados”, onde cobrava imposto pelo direito de passagem, como complementa o autor

Essa ocupação primitiva propicia a abertura de caminhos e estradas, visando ao acesso às minas de ouro: “os caminhos se encheram de aventureiros de variadas castas e origens” (GUIMARÃES, 1996, p. 35). A ocupação próxima às margens do Córrego do Lenheiro remota a 1704, local no qual Antônio Garcia da Cunha, genro e herdeiro de Tomé Portes del-Rei, cobrava taxas para a travessia do Rio das Mortes. Essa ocupação se desenvolveu pelas margens do Córrego do Lenheiro, se estendendo, em seguida, para a Serra do Lenheiro, onde se encontrava maior incidência aurífera. Assim, considerando a afirmação de Delson (1979, p. 28), o local escolhido para fixação “eram sítios saudáveis, próximos de rios de fontes de água boa, com terreno propício e a pouca distância das minas de ouro”.

No Arraial Novo do Rio das Mortes, as primeiras ocupações ocorreram ao longo do caminho que vinha de São Paulo e Rio de Janeiro (Caminho Geral do Sertão ou Caminho Velho), segundo Guimarães (1996, p. 36), concomitantemente em dois pontos elevados, localizados em torno do vale do Córrego do Lenheiro. Ao norte, na sua margem esquerda, na região onde se localizam as igrejas e capelas do Senhor Bom Jesus dos Montes e de Nossa Senhora das Mercês, próximas as minas de ouro. Ao sul, na margem direita, no local chamado de Morro da Forca, sendo edificada a capela primitiva a Nossa Senhora do Pilar, “mais ou menos no lugar onde se encontram as duas caixas d’água velhas e o Grupo Escolar Inácio Passos, à Praça Guilherme Milward” (ALVARENGA, 1994, p. 12). Como afirma Guimarães

(1996, p. 37), como as jazidas auríferas estavam sendo exploradas principalmente acima do caminho, neste logo se formou uma rua (posterior Rua Direita).

Desta forma, pode-se perceber que o plano urbano de São João del-Rei, em sua morfogênese, era formado por dois arraiais dispersos – Arraial de Senhor dos Montes e Arraial de Nossa Senhora do Pilar (Morro da Forca) – estabelecidos em torno de capelas, interligados por estradas secundárias ligadas ao caminho principal (a Figura 35 indica a localização das igrejas do período colonial em São João del-Rei). Além disso, a região de Matosinhos, situado a leste, possuía o Arraial formado pelo Porto Real.

O plano urbano se estendia do Morro da Forca, ao sul, onde se localizava a primitiva capela de Nossa Senhora do Pilar, até o Morro das Mercês e o do Senhor dos Montes, a nordeste, no alto do qual existia outra capela do Pilar. Dessa forma, configurava-se a primeira extensão urbana de São João del-Rei, ocupada de maneira ainda dispersa e com poucos registros que comprovem sua existência (Arquivo Noronha Santos, IPHAN), em agrupamentos lineares de casas dispersas, semelhante ao observado por Delson (1979, p.29) para as primeiras ocupações coloniais nas colônias portuguesas.

Nesse momento, surgem os primeiros arruamentos, definindo a forma urbana, compostos por casas toscas cobertas de palha (Arquivo Noronha Santos, IPHAN). Como observa Vasconcelos (1968), os primeiros assentamentos eram feitos de maneira improvisada, com edificações rústicas, implantados sem nenhuma preocupação perceptível de alinhamento ou disposição sistemática, com elementos dispersos, sem nenhum centro de polarização definido, como pode ser observado na Figura 39. Como nas demais vilas da região das Minas, esse traçado tinha caráter espontâneo e configuração longilínea, seguindo o curso das estradas e de caminhos que interligavam as minerações (OLIVEIRA; SANTOS FILHO, 2010, p. 29), formando as ruas dos arraiais, como observa Vasconcelos (2004):

Em sua maioria, originaram-se de estradas, cujas margens, construídas, acabaram por transformá-las em ruas. Estradas que ligavam diversas regiões do território e que, em determinados pontos, utilizados como paradas do trânsito ou interrompidas por obstáculos como cursos d'água, começaram por permitir a construção de pousos e, a seguir, de instalações comerciais de suprimento, aos poucos transformadas em núcleo de nascentes povoações, capazes de vida própria. (VASCONCELOS, 2004, p. 145).

Ao analisar os aspectos relacionados ao desenvolvimento morfológico de São João del-Rei, observa-se que este tem início na concepção da ocupação inicial do território. É oriundo da exploração aurífera com as primeiras ocupações ao longo do Caminho Velho, sem definição de lotes e quadras, com casas provisórias, identificadas como tipos básicos, formadoras do tecido urbano inicial, podendo ser a ocupação caracterizada como uma morfologia de origem vernácula<sup>16</sup> tem, como traços de ocupações menos regulares, de forma orgânica e não planejada, de acordo com Teixeira (2012, p. 13).

Para a investigação morfológica, será considerado para análise, como principal eixo de ocupação formado pela implantação das principais igrejas no período colonial, o estabelecimento do caminho que interliga a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar às Igrejas de Nossa Senhora do Carmo e Igreja de São Francisco de Assis, como eixo estruturante estabelecido em São João del-Rei, permitindo estabelecer a visão tripartite e analisar o uso e ocupação do solo em todos os períodos morfológicos, como ilustrado nas Figura 9 e Figura 10.

---

<sup>16</sup> "A componente vernácula correspondente habitualmente às primeiras fases de implantação urbana, feitas sem o recurso de técnicos especializados, em que se observa uma estreita relação do traçado urbano com as características físicas de seus locais de implantação". (TEIXEIRA, 2012, p. 13)











Figura 9 – Vista parcial do centro histórico. Detalhe para o eixo estruturador analisado nos períodos morfológicos entre as igrejas (Rua Getúlio Vargas e Rua Padre José Maria Xavier).



Fonte: Tatiana Paiva, novembro de 2017.

Figura 10 – Eixo estruturador em análise, partindo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Igreja de São Francisco de Assis).



- |  |  |   |
|--|--|---|
|  Córrego do Lenheiro          |  Igreja de São Francisco de Assis |  Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar  |
|  Eixo estruturador em análise |  Igreja Nossa Senhora do Rosário  |  Igreja Nossa Senhora das Mercês          |
|  |  Igreja Nossa Senhora do Carmo    |  Complexo Ferroviário de São João del-Rei |

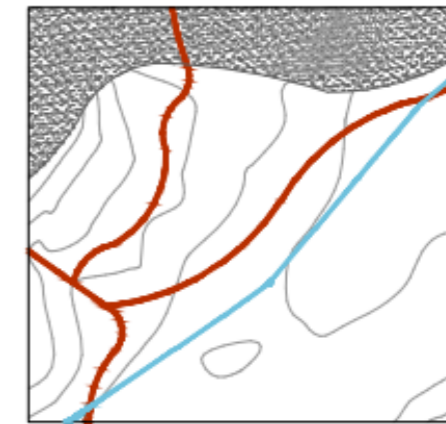
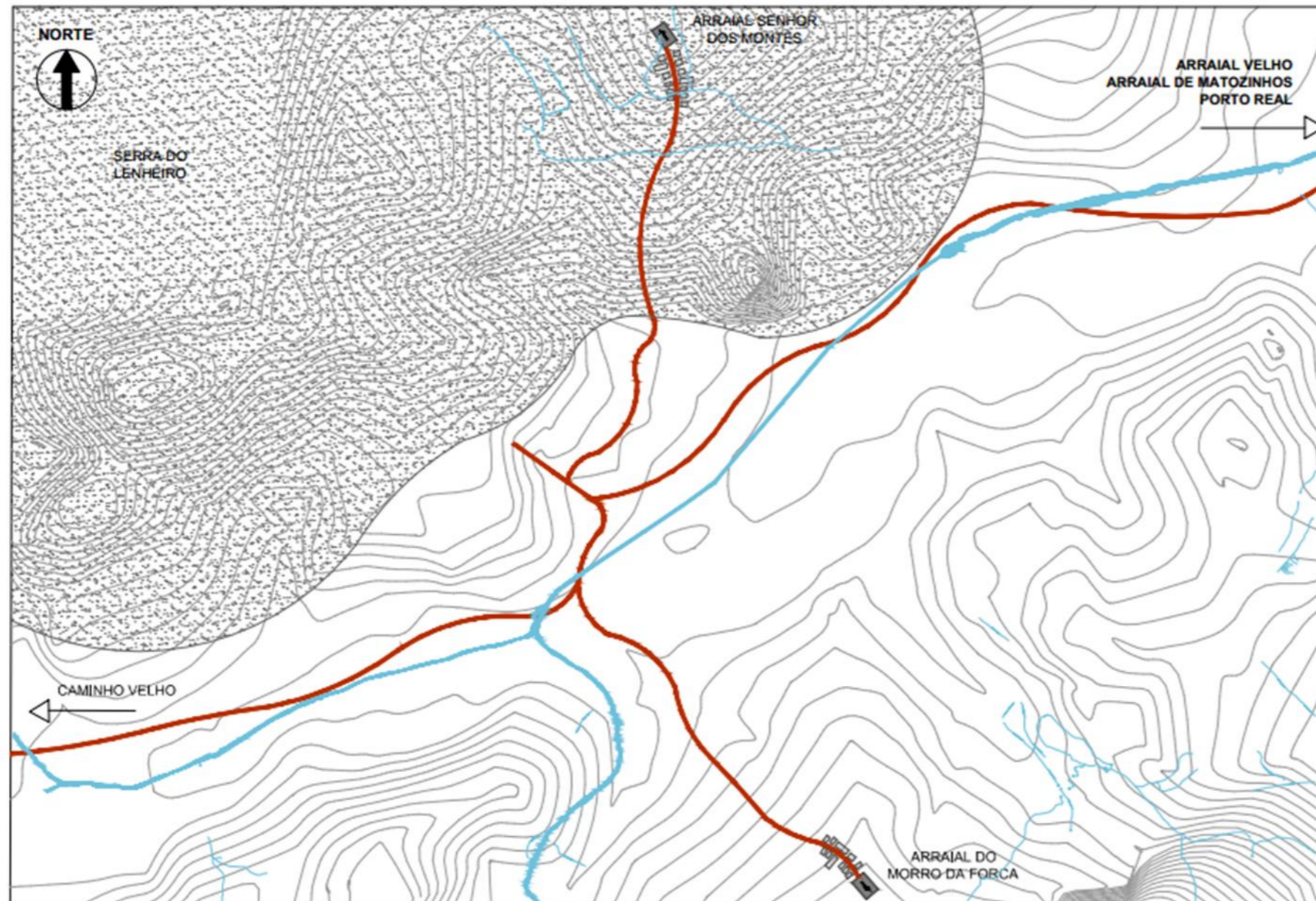
Fonte: Google Earth, 29 de março de 2017 (Modificado pela autora em maio 2018).



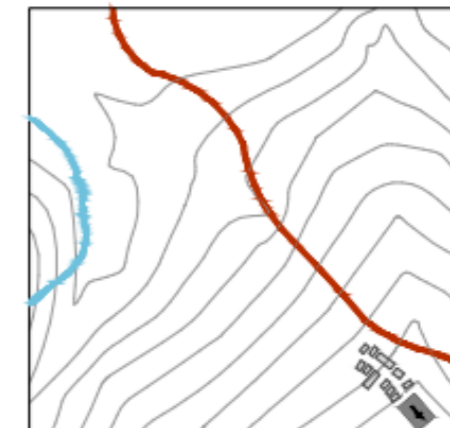
A forma da implantação das edificações de características simplificadas no entorno da igreja primitiva é confirmada por Delson (1979, p. 27), que pondera que “apenas a praça da igreja mostra alguma unidade arquitetural, e assim mesmo porque este prédio é o único a ocupar um espaço amplo e não definido por alguma outra circunstância”. Porém, não encontra registro de como seria a ocupação ao redor destas edificações, o que evidencia um tecido urbano marcado pelo palimpsesto inicialmente no contexto da Morfogênese, sobretudo na Região do Pilar (Figura 11).

Para a interpretação do palimpsesto urbano no período da Morfogênese, foram consideradas as ocupações próximas à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e sua implantação no sítio urbano, pois seu entorno constitui o exemplo mais relevante de modificações no tecido ao longo do tempo. A região no entorno da Igreja de São Francisco de Assis apresenta uma organização regular ao longo do caminho que posteriormente conformaria a Rua da Prata.

Figura 11 – Primeiro Período Morfológico de São João del-Rei: A Morfogênese (1704-1713).



REGIÃO IGREJA PILAR  
(Palimpsesto urbano)



REGIÃO IGREJA SÃO FRANCISCO  
(Lotes burgueses)

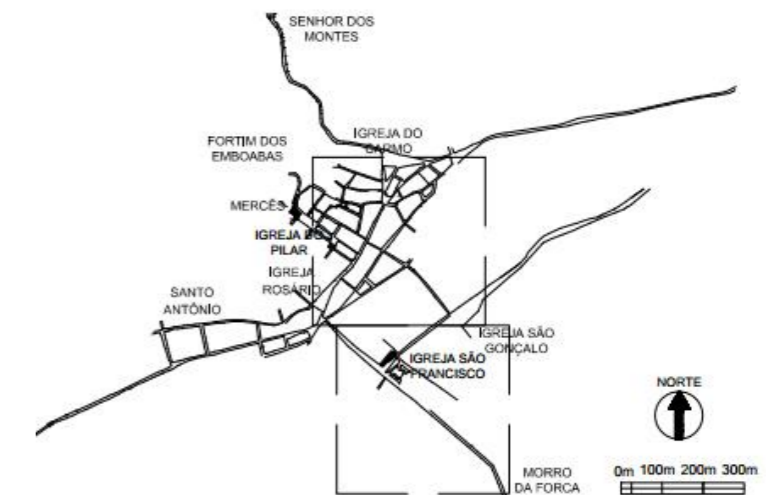
**PRIMEIRO PERÍODO MORFOLÓGICO  
MORFONGÊNESE 1704-1713**

Fonte: Mapa do Plano Diretor de São João del Rei (2006).  
Interpretação e elaboração: Tatiana Paiva, 2018.

0m 100m 200m 300m

**LEGENDA**

- |                     |                         |
|---------------------|-------------------------|
| CAMINHOS PRIMITIVOS | CÔRREGO DO LENHEIRO     |
| VIAS SECUNDÁRIAS    | CURSOS D'ÁGUA           |
| LINHA FÉRREA        | IGREJAS E CAPELAS       |
| EDIFICAÇÕES         | ÁREAS MINERAÇÃO (BETAS) |



Fonte: Elaborado pela autora em abril de 2018.

O uso do tecido urbano é caracterizado por edificações rústicas e primárias que eram constituídas geralmente por quatro esteios de pau, alvenaria de pau a pique ou taipa, piso de terra, cobertas por palha (GUIMARÃES, 1996, p. 37), como pode ser observado na Figura 12. Acredita-se que o Fortim dos Emboabas foi edificado nesse período próximo, à Igreja de Nossa Senhora das Mercês, como forte para proteção contra os paulistas durante a Guerra dos Emboabas.

Figura 12 – Croqui da Capela Primitiva de Nossa Senhora do Pilar no Morro da Forca.



Fonte: Guimarães, 1996.

### 2.1.2 A criação da Vila de São João del-Rei (1713-1838)

Devido a sua prosperidade e sua localização estratégica na rota do Caminho Velho, o Arraial de Nossa Senhora do Pilar é elevado a vila em 1713, recebendo o nome de Vila de São João del-Rei, em homenagem ao rei de Portugal Dom João V, como analisa Pohl (1976, p. 86). Em 1714, é nomeada sede da Comarca do Rio das Mortes (CARVALHO, 2015). Como observa Delson (1979, p. 10), a forma de

controle pelo qual o sertão seria subordinado à autoridade real baseava-se na fundação de comunidades supervisionadas pela Coroa, “as quais, com o tempo, formariam redes urbanas integradas, localizadas em pontos estratégicos do interior”. Dessa forma, o planejamento e o desenvolvimento dos novos núcleos interioranos conduziram o processo de urbanização durante todo o século XVIII.

Logo, visando a ordenar e a regulamentar<sup>17</sup> a ocupação urbana da Vila de São João del-Rei, a partir de 1714, por meio de um decreto, o Governador e Capitão-Geral da Capitania de São Paulo e Minas, Dom Brás Balthazar da Silveira<sup>18</sup>, assinou, em 1713, o Auto de Levantamento da Vila de São João del-Rei, no qual determina que “todas as pessoas que assistem no arraial novo se mudem para a parte que destinou para a fundação da vila, dentro de um ano, com cominação de que as que não obedecerem serão castigadas ao arbítrio de S. Exa.” (BARBOSA, 1971, p. 460).

Assim, um novo ponto referencial foi determinado na margem lateral esquerda do Córrego do Lenheiro, ao norte, próximo ao Morro das Mercês e ao referido curso d’água, visando ao assentamento planejado das edificações mais significativas da Vila, pois se previa o crescimento da urbe (CÂMARA, 1974, p. 20). De acordo com Delson (1979, p. 29), “exigia-se que cada nova vila subconvencionasse, por intermédio da tesouraria da câmara municipal, a construção de uma cadeia segura e do prédio da intendência municipal” e, posteriormente, “casas de fundição, escritórios de contabilidade e residências oficiais de coletores de impostos de governo. Desse modo, as novas vilas funcionavam como pontos de irradiação dos serviços de supervisão governamentais”.

---

<sup>17</sup> Para gerenciamento das áreas de exploração aurífera “na década de 1690 [...], os administradores metropolitanos buscaram ansiosamente os meios de ampliar o seu controle; um sistema racional de distribuição de terras, combinado com a construção supervisionada de vilas, constitui o processo pelo qual o interior podia ser protegido contra um crescimento independente e descontrolado”. (DELSON, 1979, p. 04).

<sup>18</sup> De acordo com Delson (1979, p. 29) “a partir de 1716, quase todas as novas comunidades construídas no sertão foram subordinadas a um protótipo de planejamento de vilas [...]. O conceito geral do traçado desse plano diretor era barroco, com ênfase em ruas retilíneas, praças bem delineadas (amiúde orladas por fileiras de árvores plantadas simetricamente) e numa uniformidade de elementos arquitetônico. O resultado de uso reiterado desse modelo foi um tipo de vila padronizado que podia ser facilmente adaptado a regiões geográficas brasileiras muito diferentes”. A autora completa que “a responsabilidade pelos melhoramentos urbanos em Minas Gerais era exclusivamente da alçada dos governos locais, e alguns deles conheciam perfeitamente as novas normas urbanas”.

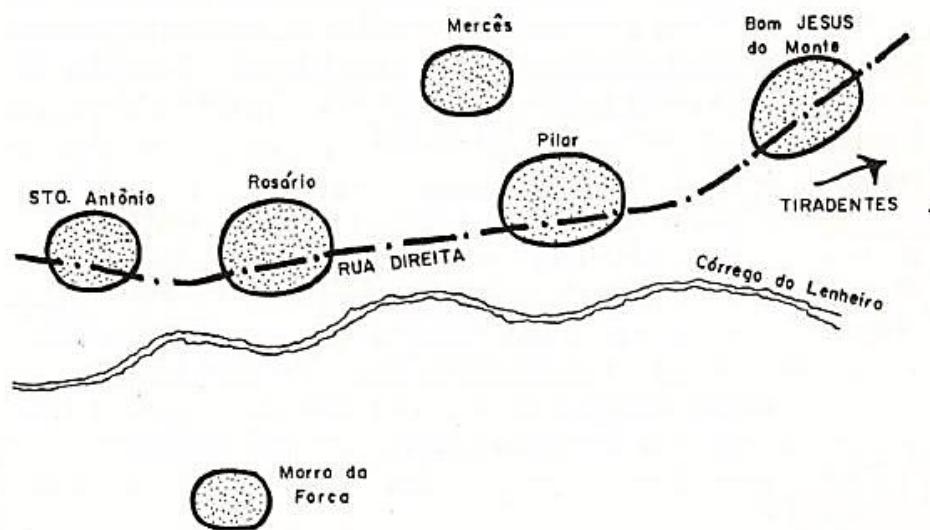


Nesse contexto, é erguido o Pelourinho, monumento das Vilas Coloniais na “Xapada do Morro”, Praça do Barão de Itambé, próxima à Igreja de Nossa Senhora das Mercês, conforme observa Guimarães (2007, p. 20-21), “por ser o sítio mais capaz e conveniente para se continuar a data Villa”. Conforme afirmam Oliveira e Santos Filho (2010, p. 29-30):

[...] diferentemente do que se observava nas demais vilas mineiras, a câmara e a cadeia funcionavam em prédios separados – a primeira, no chamado largo da Câmara, que ainda hoje tem este nome, e a segunda, na rua Direita, denominada na contemporaneidade como Getúlio Vargas.

Nesse período, o plano urbano se caracteriza pela ocupação à margem esquerda da Vila, a leste, havendo a integração e o desenvolvimento da ocupação no sentido do Morro da Forca, à margem direita do Córrego do Lenheiro ao sul, ocorrendo ainda a interligação dos núcleos urbanos do Senhor dos Montes (norte), Matosinhos (leste) e das Mercês (acima do Fortim dos Emboabas a noroeste), como pode ser observado na Figura 13.

Figura 13 – Síntese da evolução urbana de São João del-Rei no período colonial.



São João del Rei — Esquema da evolução urbana.

Fonte: Mello, 1985, p. 75.

O plano urbano é caracterizado, sobretudo, pela função urbana primordial e estruturante que o Córrego do Lenheiro mantém desde a ocupação da vila, unindo bairros das duas margens, por meio de uma ponte de madeira construída em 1719, sobre o referido curso d'água. A antiga Rua Direita se mantém como caminho via principal entre os locais de extração, moradia e acesso à vila, como observa Guimarães (1996, p. 37): “acima do caminho, neste logo se formou a rua (Rua Direita) que, com o desenvolvimento do arraial, passou a ser o eixo e o centro de onde se irradiaram outras ruas e becos”.

O plano urbano é constituído por vias dispostas paralelamente ao Córrego do Lenheiro, reforçando sua característica como eixo estruturador, sendo estas a Rua Santo Antônio, a oeste; Rua Direita, situada na margem esquerda do referido curso d'água, analisada aqui como via principal; Prainha e Rua do Barro-Vermelho, ambas a nordeste, como observado por Oliveira e Santos Filho (2010, p. 29), ao afirmar que “o traçado urbano de São João del-Rei deriva basicamente de um caminho que vinha do Tijuco, margeando o córrego do mesmo nome, e chegava a Barro Vermelho e Matozinhos”. Perpendicularmente, seguindo a conformação do relevo, são mantidas as vias de acesso ao Senhor dos Montes e ao Morro da Forca, estabelecendo esses caminhos como vias.

Vale destacar que o eixo estruturador analisado se dá pelos assentamentos no entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e próximo à Igreja de São Francisco de Assis, formado pela Getúlio Vargas (antiga Rua Direita), Ponte do Rosário, Rua Padre José Maria Xavier (antiga Rua da Prata), que levava ao antigo Morro da Forca, localizados ao sul e a sudeste da Rua Direita. Algumas quadras possuíam becos que tinham como função servidão e possibilitavam a passagem de águas de córregos e chuvas.

Assim, no início do século XIX, o tecido urbano de São João del-Rei contava com cerca de mil edificações, destacando-se a Casa do Ouvidor e da Intendência, Casa de Fundação, Santa Casa de Caridade (Arquivo Noronha Santos, IPHAN). Nesse contexto, o uso e a ocupação do solo são caracterizados por edificações com sistemas construtivos mais apurados do que as anteriores, com edificações

construídas em fundação de pedra, alvenaria de taipa ou adobe, portais e umbrais (CÂMARA, 1975, p. 23). De acordo com Maldos (1997, p. 2), na região do Morro da Forca e Matola, foram erguidas residências confortáveis dos cidadãos vinculados ao controle e à administração da vila, sendo essas moradas cobertas por telhas. Há registros da Câmara nos quais havia uma proibição de construções cobertas de palha devido à fragilidade desse material, em 1714.










Conforme descrição do Conjunto Urbano (ARQUIVO NORONHA SANTOS, IPHAN), na margem esquerda do Lenheiro, edificações religiosas relevantes são erguidas no século XVIII, sendo elas: igreja de Nossa Senhora do Rosário (1719), a nova matriz do Pilar (1721), as igrejas de Nossa Senhora do Carmo (1733) e de Nossa Senhora das Mercês (1751). A descrição complementa ainda, que na margem direita, a igreja de São Francisco de Assis (primitiva capela, em 1749), as capelas do Senhor Bom Jesus do Bonfim (1769), de Nossa Senhora da Conceição (data desconhecida) e de São Gonçalo (1789)<sup>19</sup>, como pode ser visualizado na Figura 14.

---

<sup>19</sup> Oliveira e Santos Filho (2010, p. 31-33) citam um documento da época do sargento-mor José Alves de Oliveira no qual descreve o aspecto da Vila e seus principais monumentos em 1750: "...a vila de São João Del Rei, a qual consta de presente quinhentos fogos ou com pouca diferença, ornada de três igrejas, quatro capelas, três oratórios que a enobrecem e a Matriz da evocação de N. Senhora do Pilar [...] fundada no coração da Vila, com o frontispício para a principal rua que chamam rua Direita [...] Seu adro dá para a mesma rua, delineado por boa arquitetura com duas entradas que sobem um a tabuleiro da porta principal [...]. Nas entradas da mesma rua Direita estão as duas igrejas, da parte esquerda, a de Nossa Senhora do Monte do Carmo e da parte direita da matriz, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; olhando uma para a outra com a Matriz em meio fazem uma vistosa perspectiva. Na mesma rua, defronte da Cadeia, está o Oratório de Nossa Senhora da Piedade, em que se diz missa aos presos [...]. No morro de espalda da vila, na sua costaneira, está a capela de Nossa Senhora das Mercês, feita pela figura do Panteão ou Rotunda de Roma. Da outra parte da vila estão as capelas de São Caetano, de Nossa Senhora da Conceição, e em meio a casa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco. E no arrabalde onde chamam Barro Vermelho está o oratório de Nossa Senhora da Conceição, monumentos todos erectos pela católica devoção deste povo, e por ele com zelo assistidos e com notável asseio em todos. No largo, por detrás da Matriz, se levanta o Paço do Conselho ou Casa de Câmara [...]. É cortejada de um ribeiro que pelo meio da vila, por debaixo de duas pontes correndo, busca os pés de toda a sua vizinhança, querendo mostrar pelas correntes que arrasta o quanto afeta ser seu escravo, a quem liberal oferece nas areias que leva o ouro que consigo traz. Por todas estas circunstâncias se faz a vila de São João d'El Rei do agrado de todos e de todos mais apetejada para habitada pelo excelente clima de que goza [...] e pelo nome que tem, como é o do maior santo nascido e do Rei mais católico".

Figura 14 – Localização das igrejas do período colonial de São João del-Rei.



- |  |  |  |
|--|--|--|
|  Córrego do Lenheiro      |  Igreja de São Francisco de Assis |  Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar |
|  Capela do Bonfim         |  Igreja Nossa Senhora do Rosário  |  Igreja Nossa Senhora das Mercês         |
|  Capela Senhor dos Montes |  Igreja Nossa Senhora do Carmo    |  Igreja Senhor de Matozinhos             |

Fonte: Google Earth , 29 de março de 2017 (Modificado pela autora em maio de 2018).

Além disso, segundo Oliveira e Santos Filho (2010, p. 41), a localização das cinco capelinhas de Passos nas duas cidades, construídas no século XVIII, marcavam o trajeto da procissão dos Passos entre duas igrejas importantes, nas quais eram montados o primeiro e o último da série dos sete Passos da Paixão. Em virtude do crescimento urbano da vila, são construídas no fim do século XVIII, as duas pontes de pedra, a da Intendência (também chamada de Ponte da Cadeia), construída em 1797, e a do Rosário, em 1800. Além disso, foram realizadas obras de grande valor viário e urbanístico, com a definição de caixa viária e calçadas, conforme aponta Santos (2017):



Deste modo, o crescimento econômico da vila implicou no aumento da demanda por infraestrutura para atender as necessidades da produção aurífera. Essa pendência é suprida pela ascensão de uma aristocracia burocrática local, representada pelo Senado da Câmara, que estava encarregada pela Coroa de realizar as obras de melhoramento urbano da vila, para dinamizar o fluxo de mercadorias e pessoas. (SANTOS, 2017, p. 45).

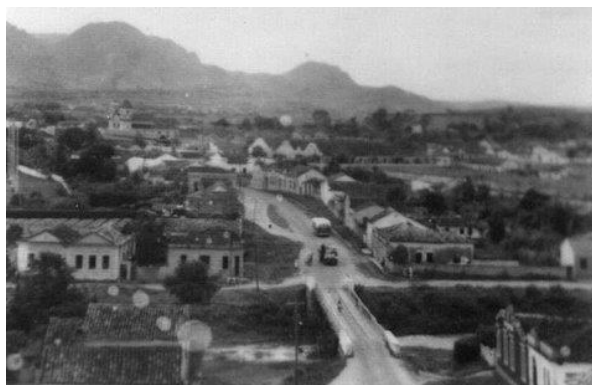
Nesse período, início do século XIX, são construídas, ainda no contexto da vila de São João del-Rei, as capelas do Senhor Bom Jesus dos Montes (em substituição a uma primitiva capela dedicada à Nossa Senhora do Pilar situada no Alto das Mercês ao norte), como pode ser observado na Figura 15, Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos (a leste) e Capela de Santo Antônio (a oeste), responsáveis por induzir a abertura de novas vias para outras regiões, atraindo pequenos agrupamentos residenciais, conforme ilustrado na Figura 16 que representa o núcleo urbano de Matosinhos no início do século XIX.

Figura 15 – Vista do Senhor dos Montes



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Figura 16 – Vista aérea de Matosinhos (fim do século XIX)



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

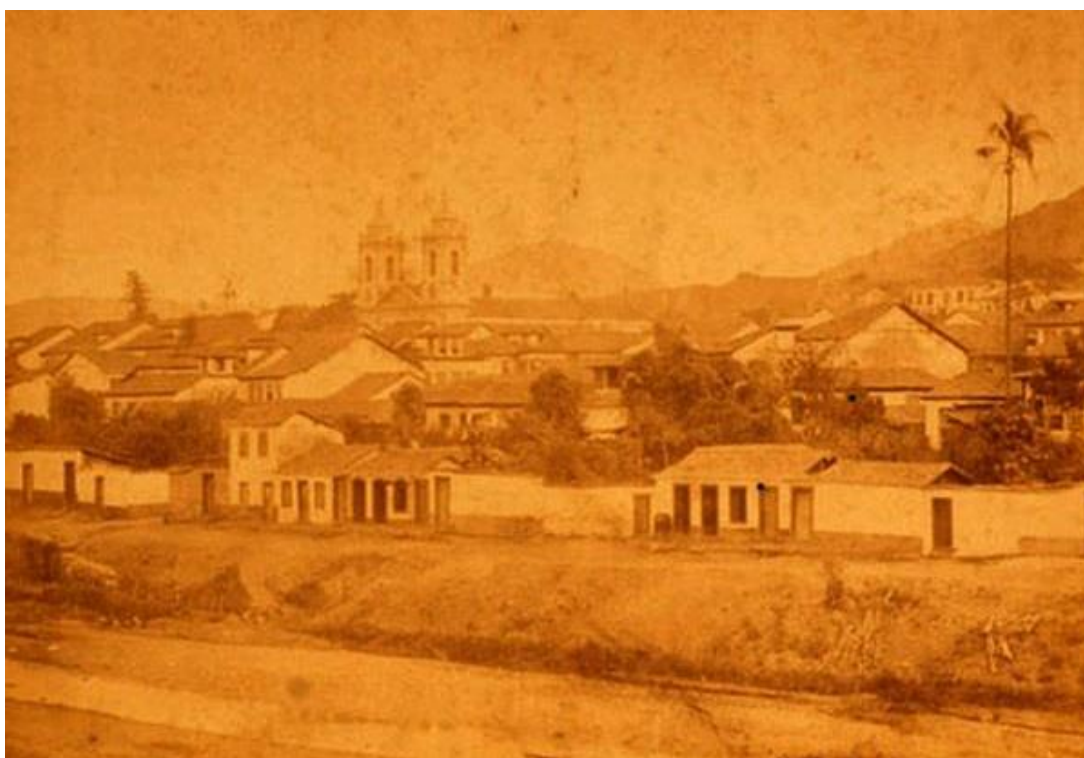
A ocupação inicial do tecido urbano nesse período é marcada pelo estabelecimento de lotes burgueses<sup>20</sup>, com características de típica ocupação portuguesa nas duas regiões em análise, voltados para a via principal junto ao alinhamento da fachada

---

<sup>20</sup> Segundo M. R. Conzen (apud Pereira Costa e Gimmler Netto, 2015, p. 108), os lotes burgueses podem ser definidos como o padrão de lotes distribuídos caracterizados “por longas faixas de terra implantadas ao longo de um eixo cuja testada é reduzida em relação ao ser comprimento”. O padrão dos lotes burgueses e suas dimensões em relação às quadras do plano urbano das cidades de origem portuguesa são estudadas por Teixeira (2012, p. 86-97) no sexto capítulo do livro “A forma da cidade de origem portuguesa”.

estreita e com grande profundidade, seguindo as “antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais no limite do terreno” (REIS, 1987, p. 22). Tais elementos podem ser observados na Figura 17.

Figura 17 – Córrego do Lenheiro e cidade de São João del-Rei ao fundo (fim do século XIX).

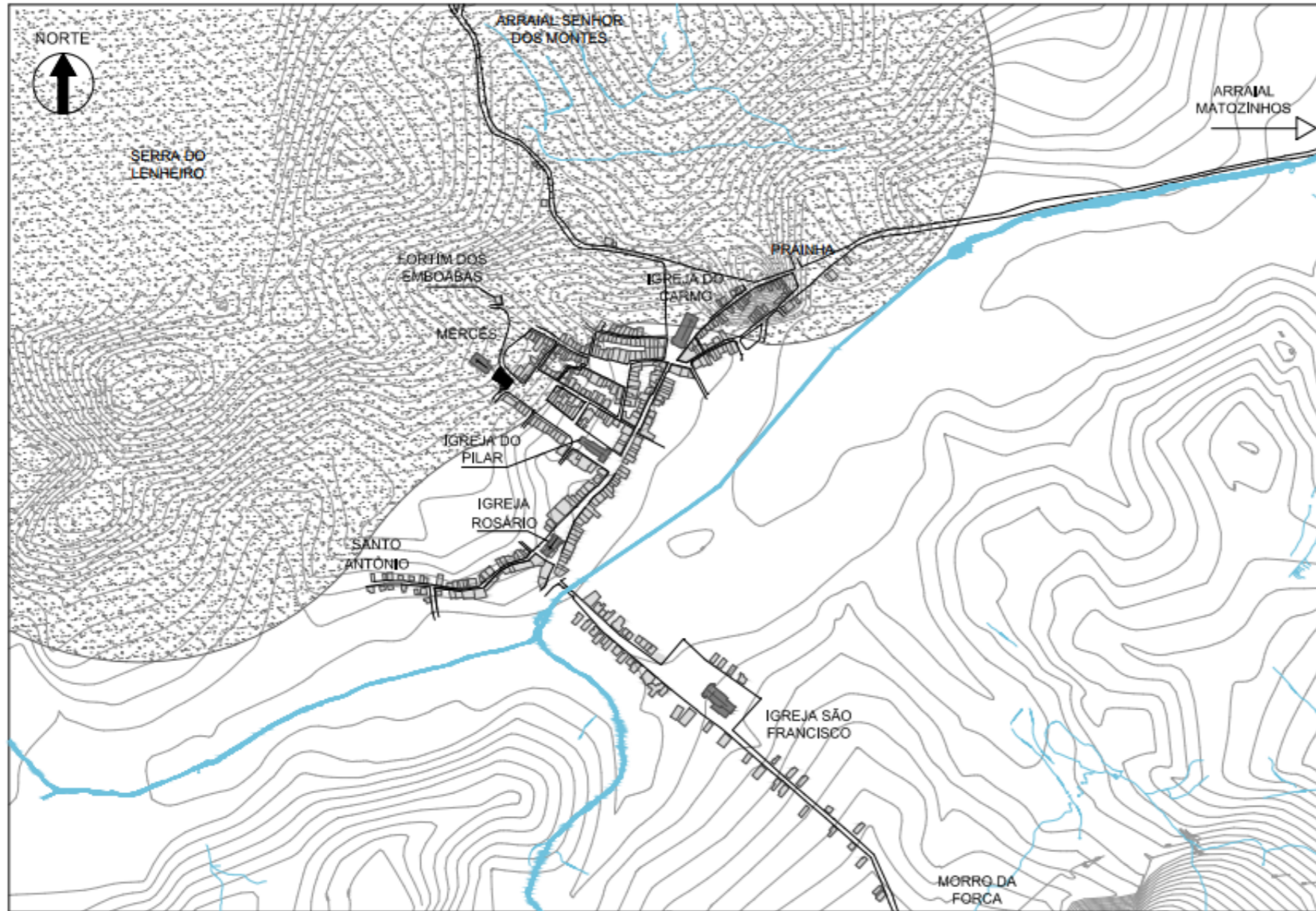


Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Na região da Igreja do Pilar, permanece a característica da tipologia vernácula portuguesa, com a implantação dos lotes junto ao alinhamento frontal, sem afastamento, com testadas estreitas e comprimentos longos com inserção dos lotes burgueses (CONZEN,1960). Além disso, os lotes tinham como características os quintais existentes nos fundos, utilizados para atividades agrícolas em complemento à economia doméstica. Na região da Igreja de São Francisco, ocorre a acumulação secundária do tecido urbano, com a implementação da morfologia urbana de origem erudita (ou planejada), com ocupações mais regulares e adoção de padrões geométricos, como observa Teixeira (2012). Nesse período, ocorre a melhoria dos sistemas construtivos e definição de arruamentos. Tais aspectos podem ser observados na Figura 18.



Figura 18 – Segundo Período Morfológico de São João del-Rei: Criação da Vila de São João del-Rei (1713-1838).



REGIÃO IGREJA PILAR  
(Palimpsesto urbano)



REGIÃO IGREJA SÃO FRANCISCO  
(Lotes burgueses)



**SEGUNDO PERÍODO MORFOLÓGICO**

**CRIAÇÃO DA VILA DE SÃO JOÃO DEL REI 1713-1838**

Fonte: Mapa do Plano Diretor de São João del Rei (2006).

Interpretação e elaboração: Tatiana Paiva, 2018.

0m 100m 200m 300m



**LEGENDA**

- CAMINHOS PRIMITIVOS
- CÓRREGO DO LENHEIRO
- VIAS SECUNDÁRIAS
- CURSOS D'ÁGUA
- LINHA FÉRREA
- IGREJAS E CAPELAS
- EDIFICAÇÕES
- ÁREAS DE MINERAÇÃO (BETAS)

Fonte: Elaborado pela autora em abril de 2018.

### 3. PERÍODO IMPERIAL NO BRASIL (1822-1889)

O período do Brasil Império teve início em 1822, com a proclamação da Independência, com duração até 1889 com o início da República. Esse período pode ser dividido temporalmente entre Primeiro Reinado (1822-1831), Regência (1831-1840) e Segundo Reinado (1840-1889)<sup>21</sup>. O Primeiro Reinado é marcado pela independência do Brasil de Portugal realizada pelo príncipe Dom Pedro, filho de Dom João VI, Rei de Portugal, momento no qual tem início o período imperial, em 1822, tornando-se o imperador Dom Pedro I. Nesse período, é estabelecida a Carta Constitucional de 1824, regularizando as instituições do Império, na qual é instaurado o governo como Monarquia Constitucional e hereditária.

Segundo Fausto (1995, p.151), o poder legislativo foi dividido entre Senado e Câmara dos Deputados, instituindo-se o Conselho de Estado e o Poder Moderador, exercido pelo Imperador. O autor ressalta que “o rei não interviria na política e na administração do dia a dia e teria o papel de moderar as disputas mais sérias e gerais, interpretando “a vontade e o interesse nacional”.

Em 1826, com a morte de D. João VI, o trono português passou a pertencer ao imperador do Brasil, Dom Pedro I. Em 1831, após vários protestos e tumultos, Dom Pedro I foi obrigado a abdicar do trono em favor de seu filho, Dom Pedro II (FAUSTO, 1995, p. 158). Como o novo imperador tinha apenas cinco anos e estava impedido de assumir o trono, o governo do Brasil ficou sob a responsabilidade de regentes de 1831 a 1840. Para que Dom Pedro II pudesse assumir o trono, em julho de 1840 foi antecipada a maioria do rei no Congresso, tornando Dom Pedro II imperador do Brasil com apenas 14 anos de idade (FAUSTO, 1995, p. 175).

O Segundo Reinado iniciou-se em 1841 com duração até 1889. Nesse período, o Brasil passou por grandes transformações como a abolição da escravatura e a imigração de europeus em substituição à mão de obra escrava, propiciando a

---

<sup>21</sup> O historiador Boris Fausto (1995) nomeia os períodos do Império como Primeiro Reinado, Regência e Segundo Reinado e os estuda no terceiro, quarto e quinto capítulo do seu livro História do Brasil.

expansão da produção de café (FAUSTO, 1995, p. 200-208). Nesse período ocorreu ainda a Guerra do Paraguai, no período de 1864 a 1870. De acordo com Fausto (1995, p. 216), a partir da década de 1870 começam a surgir uma série de desgastes políticos e econômicos, como o início do movimento republicano, a abolição da escravatura e os atritos entre o Governo Imperial, o Exército e a Igreja. Esses desgastes propiciaram um golpe de Estado em 1889, promovido por militares, no qual o imperador Dom Pedro II foi deposto, sendo proclamada a República no país.

### **3.1 Período Imperial em São João del-Rei (1822-1889)**

Após o declínio da exploração aurífera, no século XIX, a economia comercial passa a ser a principal fonte de renda da vila. Como afirma Santos (2009, p. 34), “percebeu-se que a sociedade mineira encontrou maneiras de preservar a economia das áreas produtoras de alimentos mesmo com o declínio da produção de metais e pedras preciosas”. Após a década de 1760, como observa Maxwell (apud FURTADO, 2002, p. 89), a mudança da população para o sul indicava profunda alteração das funções e da economia de Minas Gerais, com o declínio de Vila Rica e a ascensão do sul do Estado, que refletiam a queda do papel dominante da mineração e a crescente importância das atividades agrícolas e pastoris, cabendo destacar a relevância da cafeicultura nesse período.

São João del-Rei, ao contrário das outras vilas coloniais mineiras, “teve desenvolvimento ininterrupto, com base na lavoura e pecuária locais e o impulso decisivo dado pelas atividades comerciais”, como aponta Oliveira e Santos Filho (2010, p. 42) e como observado pelos viajantes estrangeiros que passaram pela região a partir de 1818, registrando a excelência do comércio de São João del-Rei<sup>22</sup>.

A partir de 1808, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e sua instalação na cidade do Rio de Janeiro, as necessidades de abastecimento da

---

<sup>22</sup> Diversos viajantes estrangeiros passaram por São João del-Rei, como Saint-Hilaire, Richard Burton e Johann Pohl, que descrevem a paisagem da vila ou cidade durante a visita. A descrição da paisagem urbana pelos viajantes foi estudada no terceiro capítulo desta dissertação.

cidade tornam-se crescentes, forçando o aperfeiçoamento da estrutura viária por terra, além da estrutura portuária, para incrementar o fluxo de importação e exportação, tanto por terra como por mar, via cabotagem, segundo Santos (2009, p. 37). Em decorrência desse desenvolvimento regional da Comarca enquanto abastecedora da Corte Portuguesa durante o século XIX, implanta-se na cidade, somente no fim do século XIX, a primeira seção da Estrada de Ferro do Oeste de Minas, interligada à Estrada de Ferro Dom Pedro II (depois chamada de Central do Brasil), que articulava Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

No período imperial, será analisado o período evolutivo da criação da cidade de São João del-Rei, no qual se tem a expansão no sentido sudeste e nordeste, havendo maior ocupação da região situada no entorno da antiga Rua Direita, ao redor das igrejas e capelas e ao longo dos principais caminhos de acesso à vila.

### 3.1.1 A cidade de São João del-Rei (1838-1881)

Em virtude desse crescimento, em 1838, a Vila de São João del-Rei foi elevada à categoria de cidade, abastecendo, principalmente, a Corte Portuguesa instalada na cidade do Rio de Janeiro, com a qual mantinha laços comerciais dinâmicos. A posição de entreposto comercial alcançado por São João no Oitocentos é a culminação de um processo que havia se iniciado antes da vinda da Corte, sendo o crescimento do Rio de Janeiro um fato que acentuou agudamente a importância são-joanense nesse sentido. (SANTOS, 2009, p. 58)

A visita dos viajantes estrangeiros pelo interior do Brasil no período Imperial, durante os séculos XVIII e XIX, constitui-se como um importante testemunho do cotidiano, das práticas sociais e dos costumes, da arquitetura e do plano urbano das vilas brasileiras, sobretudo dos núcleos mineiros originados no período colonial. Assim, considera-se seus escritos e testemunhos como uma importante ferramenta documental na descrição da paisagem urbana, sendo utilizadas neste capítulo para análise das transformações ocorridas na paisagem urbana de São João del-Rei no contexto da formação urbana da vila e nas primeiras décadas da nomeação como cidade.

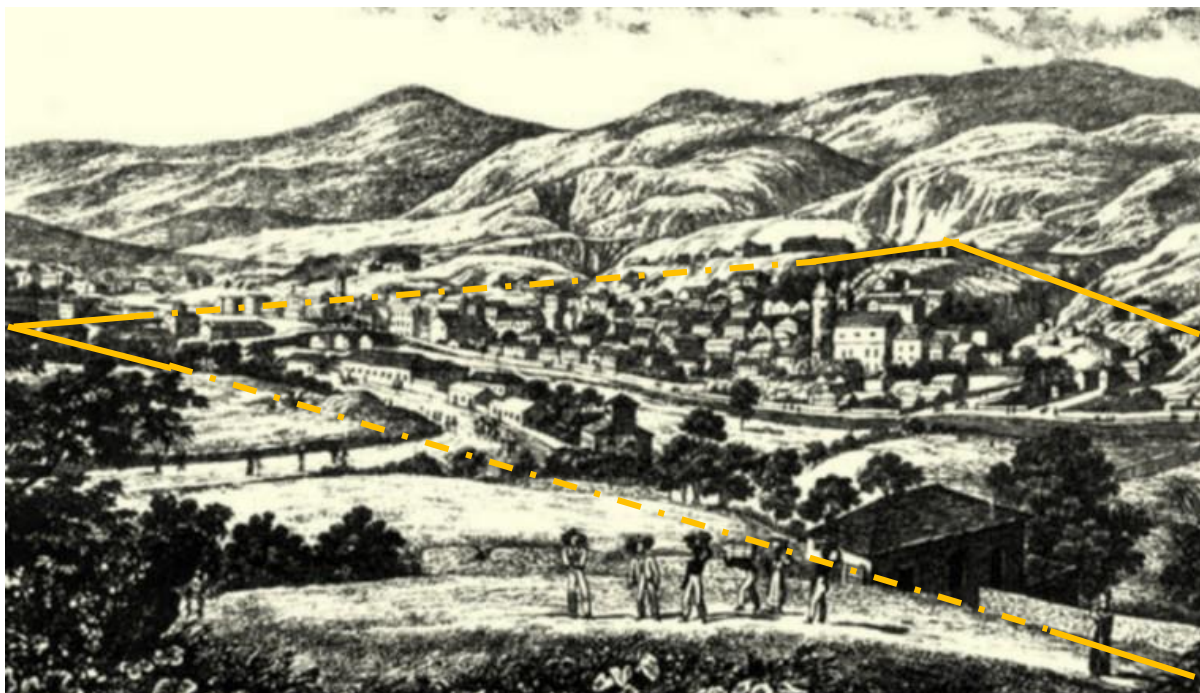
A descrição da paisagem de São João del-Rei pelo ponto de vista dos viajantes é realizada, na maioria dos casos, utilizando o Córrego do Lenheiro (também identificado como Córrego do Tijuco) como elemento estruturante natural e determinante na ocupação do território, facilmente identificável na paisagem. Esse referencial é ocasionado, sobretudo, pelo terreno plano situado no fundo do vale, em um ponto mais plano e baixo em relação à ocupação do Morro da Força e das Mercês (identificado como Morro do Lenheiro), em contraposição à antiga Rua Direita.

Nesse viés, Taunay (apud GUIMARÃES, 1996, p. 37), viajante que visitou a vila em 1830, retrata a formação do arraial ao “pé do mesmo morro, pela paragem que está da Matriz até ao mesmo morro, com uma Capela dedicada a N. S. do Pilar, que depois foi a segunda freguesia e assim lhe deram o nome de Arraial Novo N. S. do Pilar”.

Nesse mesmo sentido, Saint-Hilaire (1974, p.109) descreve a posição privilegiada da vila, construída em um vasto vale, ao pé dos morros do Lenheiro e do Senhor Bom Jesus do Bonfim, estendendo-se em declive suave, “formando uma espécie de triângulo cuja ponta começa abaixo das montanhas e cujo lado maior é paralelo ao vale”, sendo este lado maior a Rua Direita. Esse triângulo analisado pelo viajante pode ser identificado na Figura 19.



Figura 19 – Vista de São João del-Rei por Robert Walsh (1828) e a descrição triangular de Saint-Hilaire.



Fonte: WALSH, Robert. Notícias do Brasil 1818-1829. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985. Modificada pela autora. Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Burton (1976, p. 107-108), que esteve na cidade em 1869, observa que a “vista desse córrego, São João del Rei é notavelmente pitoresca”, observando que o “Rio do Tijuco atravessa a cidade, dirigindo-se ao reservatório a nordeste”, “precisando este de alargamento e limpeza”, identificando assim um ponto negativo de descarte de rejeitos no curso d’água. A relação entre o Córrego do Lenheiro e as edificações implantadas na sua margem esquerda, entre o curso d’água e a Serra do Lenheiro, podem ser observadas na Figura 20, na qual Rugendas (1824) representa a paisagem urbana da vila no início do século XIX.



Figura 20 – Pintura em aquarela de Rugendas (1824) retratando as primeiras ocupações de São João del-Rei com destaque para a Serra do Lenheiro ao fundo.



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1942.

Burton (1976) explana ainda a respeito do Córrego da Água Limpa situado no subúrbio, citando que “o leito de pedregulhos é atravessado a vau, e, durante as chuvas, basta para a comunicação uma ‘pinguela’, uma viga, muitas vezes um simples tronco de árvore ainda arredondado e, quase sempre, um corrimão” referindo-se, possivelmente, ao Córrego do Lenheiro. O viajante analisa a paisagem tendo como ponto de destaque a Serra do Lenheiro, analisada como pitoresca:

[...] tendo ao fundo a selvagem e notável paisagem da Serra, outrora El Dorado, o foco do depósito aurífero. Para a esquerda, também estendendo seus pés para a cidade neles descansar, fica a Serra do Lenheiro, que, segundo se diz, chega a uns 1.000 metros acima do nível do mar. É cheia de arestas e saliências, formadas por duras ardósias talcosas, com as quais em breve iríamos familiarizar-nos, e o mato ralo e escuro encontra ali seu clima, o conjunto parece um cacto amplificado, um vasto espinheiro. Para a direita, está Bocaina, a passagem do Rio das Mortes, e, mais longe ainda, a Serra de São José, irmã do Lenheiro, mostra seus paredões. (BURTON, 1976, p. 108).

Da mesma maneira, Pohl (1976, p. 86), que visitou o Brasil nos anos de 1817 a 1821, também descreve de maneira breve a forma da Serra do Lenheiro, na qual se assentou a vila, sob a perspectiva da extensão da urbe “ao longo de uma parede de xisto argiloso, a cidade de São João del Rei, capital da região descoberta pelo paulista de Taubaté, Tomé Portes del Rei, no Rio das Mortes, na Capitania de Minas Gerais”. Outros elementos relevantes são identificados na descrição da paisagem pelos viajantes: edificações, pontes e elementos urbanos como calçamento, vias, chafarizes e aqueduto, sempre correlacionados à paisagem, tendo como marcos os cursos d’água e o relevo.

Segundo Guimarães (1996, p. 40-41) e Rodrigues (1985, p. 77), na primeira metade do século XIX, o núcleo urbano possuía cerca de 1.600 casas, dentre as quais 80 eram sobrados, 64 eram casas de comércio e três eram colégios, distribuídas por 24 ruas<sup>23</sup> e dez praças<sup>24</sup>. Pohl (1976, p. 86-8) analisa a vila de São João del-Rei de maneira abrangente, considerando sua limpeza e “alegria” tecendo observações sobre as edificações, o curso d’água, o sistema viário, o uso e ocupação dos lotes, as atividades econômicas e a população.

Essa cidade figura entre as mais limpas e alegres que já encontrei no Brasil. Situada em clima suave, apresenta uma vista risonha com as suas 1.000 casas, na maioria e que se erguem belas bananeiras. As igrejas, inteiramente construídas de pedra, com torres bem proporcionadas, algumas ornadas com relógios, o que é uma raridade no país, ultrapassam os próprios templos da cidade do Rio de Janeiro. Atravessa-a o aurífero Córrego do Tijuco. Unem-se as partes da cidade por duas pontes de pedra sobre o ribeirão. Um parapeito de pedra dá proteção contra as inundações. As ruas são amplas e bem calçadas, mas um tanto desiguais por ser o terreno acidentado. O número de habitantes sobra a 7.000. [...]. Hoje, os habitantes da cidade vivem em geral do comércio (pois quase cada casa, aqui, tem um armazém, ou uma venda) e da lavoura – cujos produtos são o açúcar, o café, o algodão, o milho, a mandioca e um pouco de trigo – e principalmente da criação de porcos. A indústria não tem significado. (POHL, 1976, p. 86-87).

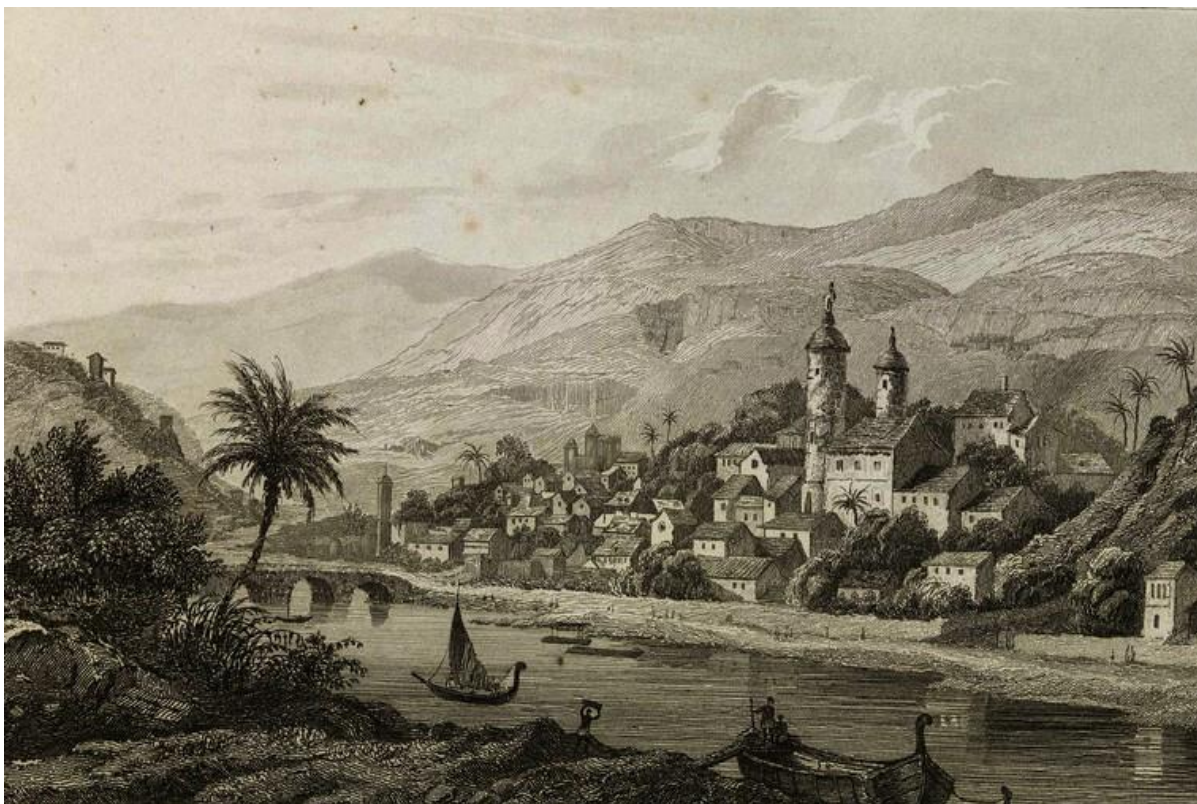
---

<sup>23</sup> As ruas eram: Direita, Praia Formosa, Santo Antônio, Flores, Comercio (antiga Rua do Curral), São Miguel, São Roque, Santa Teresa, Carmo, Nova, São Francisco, Ponte, Municipal, Prata, Alegria (Rua da Cachaça), Rosário, Independência, Cruz, Bonfim, misericórdia, Collegio, Senhora da Graça, Lage e Prainha; todas calçadas e algumas extensíssimas, com inúmeras travessas e becos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1983, p. 8-9).

<sup>24</sup> As praças e os largos eram: São Francisco, Formosa, Municipal, Legalidade, Independência, Rosário, Collegio, Carmo, Prainha e Mercês (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1983, p. 8-9).

Pohl (1976, p. 87) observa ainda a existência de edificações relevantes no contexto da vila, comuns apenas em cidades de grande porte, destacando sua importância. O viajante cita a edificação da Intendência “com apenas um andar, isolado sobre um morro”, na qual se encontram ligados “o Correio e a Casa de Fundição”, nesta última onde era entregue o ouro extraído no distrito. Burton (1976, p. 106-109) aponta que à esquerda da Serra de São José fica implantada “São João del Rei, ostentando uma dúzia de igrejas, estendida como lençol branco em uma encosta severa e irregular”, destacando sua qualidade ambiental ao ser comparada com o curso d’água citado, como pode ser visto na Figura 21.

Figura 21 – Desenho da vista da cidade de São João del-Rei em 1814.



Fonte: FREIREYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

O estrangeiro narra, ainda, o cais da Praia “revestido de pedra, ao passo que a outra margem não o é”, e um “pitoresco pedaço de aqueduto, ultimamente reparado”. O viajante observa ainda a predominância de edificações, conforme trecho a seguir:

[...] edifícios brancos da parte norte da cidade espalham-se, triangulares, ao longo do cais; dali abundante em casas altas, templos maciços e grupos de maravilhosas verduras e lindas flores, a cidade espalha-se, tendo ao fundo a selvagem e notável paisagem da Serra. (POHL, 1976, p. 109)

Saint-Hilaire (1974, p.109), em sua viagem pelo interior do Brasil entre 1816-1822, observa que para estabelecer a ligação entre as duas partes da vila foram construídas duas pontes de pedra, cada uma com três arcos, sendo elas as Ponte do Rosário e a Ponte da Cadeia. O autor descreve que havia em São João del-Rei dez igrejas, com destaque para a Matriz dedicada à Nossa Senhora do Pilar, ricamente ornamentada, e a Igreja de São Francisco de Assis, construída sobre uma plataforma voltada para uma pequena praça com torres altas e elegantes, com um chafariz de duas bocas, alimentado por água vinda das montanhas ao sul da cidade, como analisa Burton (1976, p. 116).

Saint-Hilaire destaca, ainda, que as ruas já eram calçadas e largas, com predominância de casas térreas, mas com ocorrências de muitos sobrados, dentre os quais se salientavam as casas do Ouvidor e da Intendência.

Todos os prédios pareciam vistosos e bem cuidados, geralmente caiados, com as portas, janelas e esquadrias pintadas de verde, cinza ou imitação de mármore. Não havia casas em ruínas, como em outras partes da província, e tudo apresentava aspecto vivo e animado na vila, que, além dos serviços institucionais de sede de grande comarca e de recursos de equipamento urbano-social, já possuía considerável movimento de comércio de importação e exportação, principalmente com a cidade do Rio de Janeiro. (SAINT-HILARE apud FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1983, p. 4).

Assim, em relação à paisagem, a posição agradável da vila é abordada por Saint-Hilaire (1974), que visitou a vila em meados de 1830. Já o aspecto limpo e alegre de São João del-Rei foi abordada por Pohl (1976). Burton (1976) narra a cidade considerando essa como pitoresca, descrevendo de forma ampla algumas edificações relevantes, como a Câmara Municipal e a Prisão (na contemporaneidade, é onde se localiza a Prefeitura Municipal), o quartel, a Santa Casa de Misericórdia, a Igreja de São Gonçalo Garcia, a Igreja de São Francisco de Assis, a Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim, a Igreja do Rosário e Carmo, a Ponte do Rosário e da Cadeia, o Chafariz da Legalidade, de São Francisco, o

Aqueduto dos Arcos, as Capelas e os Passos da via sacra, assim como manifestação religiosas como a tradicional procissão de Corpus Christi.

Dessa forma, na segunda metade do século XIX, a cidade contava com um número considerável de estabelecimentos comerciais resultantes do crescimento urbano (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1983). Foram construídos uma casa bancária, um hospital, uma biblioteca, um teatro, um cemitério público, diversos chafarizes e um aqueduto às margens da praia. A cidade dispunha ainda de serviços dos Correios e de iluminação pública à base de querosene, como observa Burton (1976, p. 118): “descendo o morro, entramos no Correio, um indicador de civilização no Brasil”. O comércio do final do século era bastante ativo, com ampla variedade de mercadorias, como Casas de Secos e Molhados, Depósitos, Farmácias, Relojoarias, Sapatarias, Roupas, entre outros artigos nacionais e importados (MALDOS, 1997, p. 40-41), como pode ser observado na Figura 22.

Figura 22 – Estabelecimento farmacêutico (A) e Vista da Ponte da cadeia e da Rua Artur Bernardes (B) no século XIX.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Um novo Paço Municipal é inaugurado em 1849, próximo à Ponte da Intendência e ao local conhecido como Praia (margens do Córrego do Lenheiro). Para compreensão dos principais monumentos citados pelos viajantes, Guimarães (1990, p. 40) esboça a localização dos principais monumentos e edificações no século XVIII, podendo ser visualizados na Figura 23.



Figura 23 – Mapa do núcleo urbano da Vila de São João del-Rei no século XVIII.



Fonte: Guimarães, 1996, p. 40.

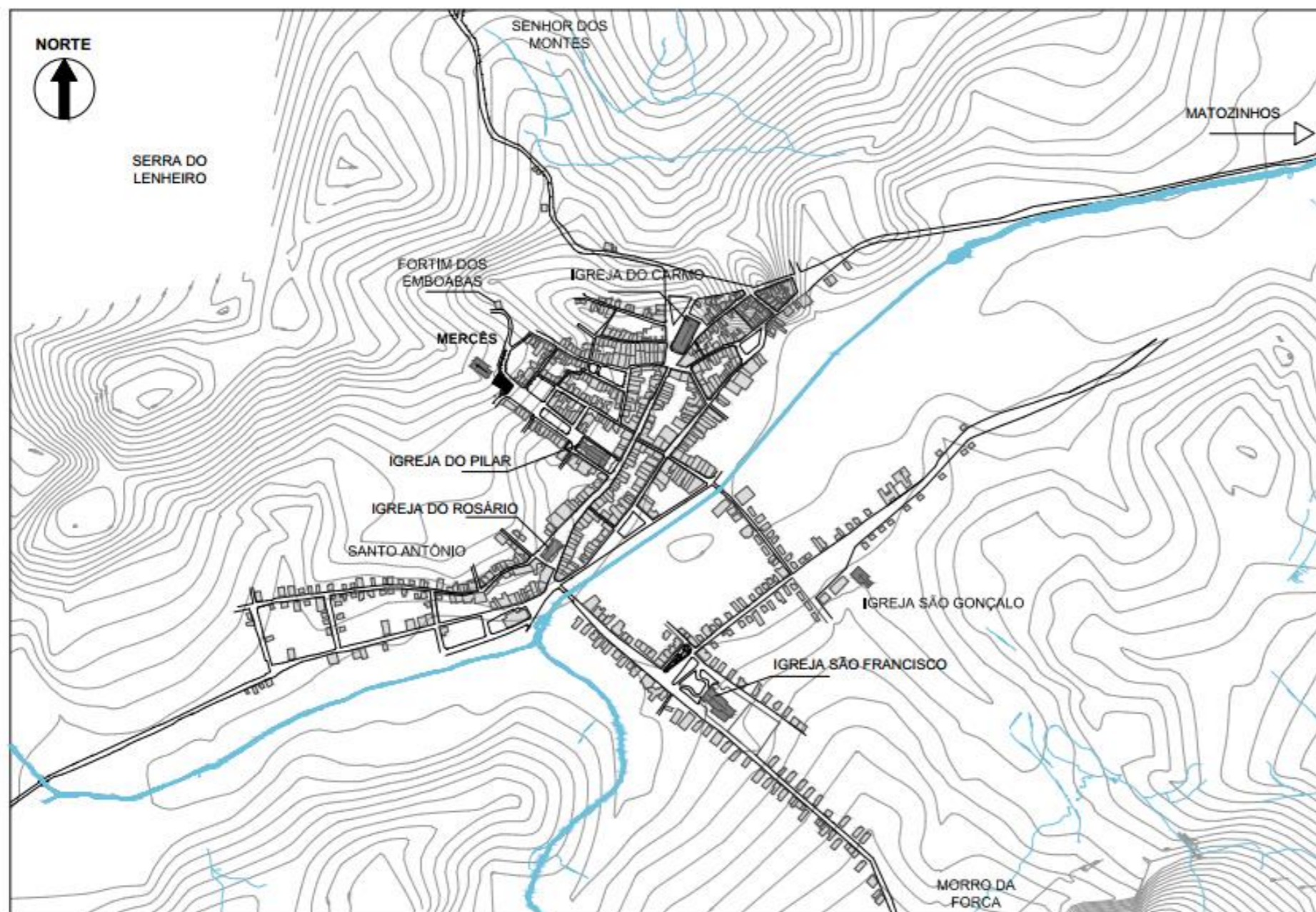
Assim, a forma urbana é expandida com de diversas casas comerciais e pela ampliação das ruas do centro histórico, sendo elas: Rua da Cachaça (Rua Marechal Bitencourt) em direção à Prainha (chamada de Pau d'Angá e Ribeirão Vermelho), Rua do Comércio<sup>25</sup>, abertura da Rua Sebastião Sete em direção ao Largo do Carmo, todas a nordeste, e a oeste a Rua Santo Antônio e a Rua da Praia, abaixo da Rua

<sup>25</sup> A Rua do Comércio era anteriormente chamada de Rua do Curral, em meados do século XVIII, pois levava ao Matadouro Municipal. Com a expansão urbana, passou a se chamar Rua Marechal Deodoro, em 2018.

do Tijuco (em 2018, Rua General Osório), abertura da rua que vai para a Intendência, configurando posteriormente a Rua Artur Bernardes, ampliação da Rua São Francisco (no presente momento, Rua Balbino da Cunha) e das vias sentido Matola, próxima à Santa Casa e à Casa de Intendência a leste. A Rua Artur Bernardes interligava a outra margem do Córrego do Lenheiro por meio da Ponte da Intendência. Essa expansão da forma urbana pode ser identificada na Figura 24.



Figura 24 – Terceiro Período Morfológico de São João del-Rei: A cidade de São João del-Rei (1838-1881).



**TERCEIRO PERÍODO MORFOLÓGICO**  
**A CIDADE DE SÃO JOÃO DEL REI 1838-1881**  
 Fonte: Mapa do Plano Diretor de São João del Rei (2006).  
 Interpretação e elaboração: Tatiana Paiva, 2018.

- LEGENDA**
- CAMINHOS PRIMITIVOS
  - CÔRREGO DO LENHEIRO
  - VIAS SECUNDÁRIAS
  - CURSOS D'ÁGUA
  - LINHA FÉRREA
  - IGREJAS E CAPELAS
  - EDIFICAÇÕES



**REGIÃO IGREJA PILAR**  
 (Palimpsesto urbano)



**REGIÃO IGREJA SÃO FRANCISCO**  
 (Lotes burgueses)



Fonte: Elaborado pela autora em abril de 2018.



O plano urbano é configurado pela consolidação do eixo entre a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário em direção à Igreja de São Francisco de Assis e pelas pontes de pedra. Nesse período, ocorrem investimentos voltados para obras de abastecimento de água, com construção de chafarizes e calçamento, como observa Maldos (1997).

O crescimento do povoado da Vila de São João del-Rei condicionou que a Matriz de Nossa Senhora do Pilar passasse por melhorias e aumento de dimensões com o acréscimo de capelas laterais, altares elaborados e adro acompanhado de escadaria (Alvarenga, 1994). Vale destacar que, nesse período, a ocupação na região da Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim, da Capela Senhor Bom Jesus dos Montes, da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e da Colônia do Marçal também ocorre, sobretudo, no entorno das igrejas, havendo ainda a existência de chácaras, como abordado por Henriques (2003) e ilustrado nas Figuras 25 e 26.

Figura 25 – Vista da Igreja de São Francisco de Assis e ocupação das quadras e lotes no século XIX. Detalhe para o Colégio Santo Antônio à direita.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Figura 26 – Vista da Igreja de São Francisco de Assis e Colégio Santo Antônio ao fundo (século XIX).



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Para investigação morfológica, foi considerada a localização das igrejas como principal eixo de ocupação formado pela sua implantação. No contexto da formação urbana da Vila, esse eixo se deu como estruturador a partir do surgimento do caminho que interliga a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar às igrejas de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis.

O tecido urbano é caracterizado por ocupações junto ao alinhamento frontal com edificações térreas, de cimalhas simples, constituídas por beira-seveiras, e sobrados de uso mistos (comercial no pavimento térreo e residencial no pavimento superior) na antiga Rua Direita (Rua Getúlio Vargas) e em menor número na Rua da Prata e na Rua São Francisco (Rua Padre José Maria Xavier e Rua Balbino da Cunha, respectivamente (Arquivo Noronha Santos, IPHAN)). O uso das demais edificações é institucional, promovido pelo Paço Municipal e pela Santa Casa de Caridade, e religioso, pelas igrejas e capelas.

A tipologia de implantação das edificações nos lotes em relação ao arruamento é significativa, de modo que se cria uma espécie de “moldura”, de acordo com Pereira Costa e Gimmler Netto (2015). Os lotes burgueses localizados na margem direita do Córrego Lenheiro, região da Igreja de São Francisco, são definidos e consolidados, prevalecendo ainda a existência de chácaras, com testadas mais extensas ao longo da Rua São Francisco e em direção ao Matola, com fundos voltados para o Córrego do Lenheiro. Na Região do Pilar, a quadra e os lotes situados na margem esquerda são desmembrados para abertura da Rua do Curral, paralela ao eixo principal, e da Rua do Tijuco. O processo de desmembramento propicia o aparecimento de novos lotes localizados nas novas vias, como pode ser observado na Figura 24, apresentada anteriormente.

A arquitetura civil mantém os sistemas construtivos da arquitetura religiosa, com estruturas em pedra, adobe e taipa, cobertura em telha cerâmica com cumeeira paralela à rua, apresentando plantas de forma mais compacta. Os sobrados mostram soluções eruditas, com platibandas e frontões trabalhados, a exemplo dos prédios da Prefeitura, do Museu Regional, do Solar Tancredo Neves, entre outros (Arquivo Noronha Santos, IPHAN). Os sobrados situados na antiga Rua Direita podem ser observados na Figura 27 e a ocupação dos lotes burgueses no entorno da Ponte do Rosário, na Figura 28.

Figura 27 – Antiga Rua Direita e os sobrados coloniais (fim do século XIX).



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Figura 28 – Ocupação próxima à Ponte do Rosário (fim século XIX) e os lotes burgueses indicados em amarelo.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Modificado pela autora. Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.



Nesse período, destaca-se ainda a ocupação do Arraial de Matosinhos e da região da Várzea do Marçal, como áreas rurais, ocupadas por chácaras e fazendas. O Arraial de Matosinhos é descrito por Pohl (1976, p. 88) como local agradável, localizado ao longo do Córrego do Lenheiro, em relação à vila de São João del-Rei, no qual “os habitantes abastados têm muitas e belas casas de campo com jardins”, o que pode ser identificado na pintura de Rugendas (1824), Figuras 29 e 30.

Figura 29 – Pintura em aquarela de Rugendas (1824), retratando o Arraial de Matosinhos.



Fonte: Rugendas, 1824 – Expedição Langsdorff ao Brasil. Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Figura 30 – Vista parcial do antigo Arraial de Matosinhos no século XIX.



Fonte: Autor desconhecido, s/d. Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Burton (1976, p. 106), retrata o arraial como “um lindo subúrbio” constituído por uma rua principal bem conservada, formado por “uma praça quadrada, formada pelas melhores casas, cada qual com seu jardim, realçadas por alguns poucos cafeeiros de tamanho pródigos e muito viçoso”, sendo “a Igreja do Espírito Santo, pelo menos do lado de fora, parecia muito conservada”.

Saint-Hilaire (1974) relata sua visita à Várzea do Marçal, local formado por um vale que se prolonga perpendicularmente, da qual faz a seguinte constatação:

Aí gozei a vista mais risonha que se me ofereceu depois que viajava na província de Minas. Frequentemente havia admirado belezas majestosas, mas sempre ásperas e selvagens; pela primeira vez depois de quinze meses, tive os olhos postos em uma paisagem que tem qualquer coisa desse ar de alegria e que as paisagens da França devem tantos encantos. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.109).

Esse crescimento econômico indica uma cidade em desenvolvimento, com tecido urbano significativo, sendo suas edificações inseridas, sobretudo, ao longo do Córrego do Lenheiro e do antigo caminho (estrada do Caminho Velho), que posteriormente, no contexto histórico da cidade, se transformou na Rua Direita e

vias adjacentes a esta, conduzindo ao Morro da Forca (sul), ao Matola (leste), à Prainha (nordeste), ao Barro Vermelho (nordeste), ao Senhor dos Montes (sul) e às outras cidades. Assim, a imagem de São João del-Rei é vista a partir das edificações e dos elementos urbanísticos integrados à paisagem, como um grande conjunto.

#### 4. PERÍODO REPUBLICANO NO BRASIL (1889-2018)

O período republicano no Brasil teve início em 1889, com a proclamação da República, e se mantém como forma de governo até o ano corrente (2018). A base da república seria constituída por cidadãos representados pelo Estado por meio de um presidente eleito e pelo Congresso (FAUSTO, 1995, p. 245). O período republicano no Brasil pode ser dividido em cinco fases distintas: República Velha (1889-1930), Era Vargas (1930-1945), República Populista (1945-1964), Ditadura Militar (1964-1985) e Nova República (1985 até o ano corrente).

A República Velha tem início com a proclamação da República em 1889, sendo constituída, sobretudo pelas províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, e pelos militares. Em 1891, é promulgada a primeira constituição republicana, inspirada no modelo americano, instituindo a República federativa liberal (FAUSTO, 1995, p. 249). Esse período também é conhecido como República das Oligarquias ou dos Coronéis, no qual os governos eram vinculados ao setor agrário, relacionados ao setor cafeeiro e leiteiro, configurando a “Política do café com leite”<sup>26</sup>. Devido a divergências que ocasionaram a ruptura entre as oligarquias, ocorre a Revolução de 1930, marcando o fim da República Velha e início da Era Vargas, com a posse de Getúlio Vargas, identificada por Fausto (1995, p. 329) como o Estado Getulista.

O período do Estado Getulista ocorreu entre os anos de 1930 a 1945. Os primeiros anos da Era Vargas são marcados pelo clima de tensão entre as oligarquias e os “tenentes”, o que provocou a Revolução Constitucionalista de 1932 (FAUSTO, 1995, p. 340- 351). Em 1937, é instituído o Estado Novo pelo presidente, Getúlio Vargas e militares, “implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações” representando “um corte radical com o passado” (FAUSTO, 1995, p. 364-365). O governo de Getúlio Vargas é marcado, sobretudo, pela política trabalhista e populista. Em 1945, o Exército depôs o presidente, dando início ao Período Democrático.

---

<sup>26</sup> Segundo Fausto (1995, p. 265), a república do “café com leite” exprime a ideia de uma aliança entre as principais províncias e oligarquias da Primeira República, sendo estas identificadas por São Paulo e Minas Gerais. Porém, o autor observa que as relações eram mais complexas, sendo formada por pelo menos três Estados, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O Período Democrático tem início em 1945, se estendendo até o ano de 1964. Entre esses anos, ocorre a redemocratização do país com a instituição da Nova Constituinte, em 1946, estabelecendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (FAUSTO, 1995, p. 399). Com a redemocratização do país, inicia-se a República Populista, com alterações de governos de ideais nacionalistas e desenvolvimentistas, como o retorno de Getúlio Vargas em 1950 e a transferência da capital do país para Brasília por Juscelino Kubitschek em 1955. De acordo com Fausto (1995, p. 409), essa fase é marcada pelo desenvolvimento econômico, com ênfase na indústria no país.

Em 1964, tem início a Ditadura Militar, com a deposição do presidente João Goulart, pelas forças militares brasileiras, com a justificativa de “livrar o país da corrupção e do comunismo e restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos chamados de Atos Institucionais (AI)”, como analisa Fausto (1995, p. 465). Esse período foi marcado pelo governo de militares, por meio de um regime autoritário e centralizador, com supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição e repressão política aos que eram contrários ao regime militar. Em março de 1964, com o aumento da crise política e das tensões sociais, é decretado o Ato Institucional Número 1 (AI-1), que cassa mandatos políticos e tira a estabilidade de funcionários públicos.

Em 1968, é decretado por Costa e Silva o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que fechou o Congresso e ampliou a repressão da ditadura (FAUSTO, 1995, p. 480). No governo de Médici (1969-1974), cresce a repressão e uma severa política de censura é posta em prática para todos os meios de comunicação e expressão, ficando esse período conhecido como anos de chumbo. A partir de 1979, tem início a abertura política, com o processo de transição à democracia com a Lei da Anistia, sendo estabelecido o pluripartidarismo (FAUSTO, 1995, p. 504-507). Em decorrência das “Diretas Já”, em 1983 e 1984, houve a eleição para presidente em 1985, iniciando o período da Nova República, finalizando, assim, o período da ditadura.



Durante a ditadura, ocorre o “Milagre Brasileiro”, compreendido entre 1969 e 1973, período no qual a economia do país cresceu rapidamente. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o país avançou e estruturou uma base de infraestrutura, gerando milhões de empregos pelo país (FAUSTO, 1995, p 485-487). Porém, os impactos oriundos desses empréstimos geraram uma dívida externa elevada, com alta inflação, acompanhada por período de recessão.

Em 1985, tem início a Nova República, momento civil de grande relevância que pediam eleições diretas para presidente. A Nova República é o período posterior ao governo militar, caracterizado pela democratização política e pela estabilização econômica, permanecendo até a contemporaneidade. Em 1988, é aprovada uma nova constituição brasileira, estabelecendo princípios democráticos no país, refletindo “o avanço ocorrido no país especialmente na área de extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral”, como observa Fausto (1995, p. 525).

A Nova República é marcada pelos escândalos de corrupção, iniciados no governo do presidente Collor, que renunciou em 1992, que duram até os governos atuais. Como analisa Fausto (1995, p. 556), o episódio do *impeachment* de Collor afirma o papel das instituições e da consciência democrática social. A economia estabelecida pelo Plano Real garantiu a estabilidade econômica necessária aos investimentos estrangeiros, em decorrência das privatizações realizadas em setores específicos da economia, marcando o período do neoliberalismo no Brasil.

Os primeiros anos do século XXI foram marcados pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que prosseguiu com o plano econômico do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, promovendo crescimento nas importações, alavancando o desenvolvimento da economia até meados de 2013, quando o país desacelera economicamente. Em 2016, ocorre o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, aumentando a crise política e econômica do país, que se mantém até a contemporaneidade (2018).

No período republicano, serão analisados três períodos evolutivos que propiciaram maior adensamento do tecido urbano e alteração considerável da forma com ampliação da malha urbana, ocupação do interior das quadras, diminuição da área vegetada nos fundos dos lotes e verticalização dos lotes, sendo eles: a implantação da Estrada de Ferro e o progresso político-econômico de São João del-Rei, o tombamento e a rerratificação pelo IPHAN e a expansão e a paisagem urbana.

#### 4.1 Período Republicano em São João Del-Rei (1889-2018)

No período republicano, o crescimento urbano da cidade de São João del-Rei é marcado pelo desenvolvimento regional e com a implantação do ramal da Estrada de Ferro Central, de onde se interliga com a Oeste de Minas para São João del-Rei. A Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) foi criada em 1872, ligando com bitola de 0,76 m as estações de Antônio Carlos e Barroso. Posteriormente, em 1881, a linha férrea foi estendida até São João Del-Rei<sup>27</sup> (nas Figuras 31 a 36 estão representadas a Estação Ferroviária de São João del-Rei e a Estação Ferroviária de Chagas Dória, situada no bairro Matosinhos).

Figura 31 – Vista frontal da Estação Ferroviária de São João del-Rei (antes da ampliação e alteração parcial da fachada).



Fonte: Autor desconhecido, (s/d) (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei).

Figura 32 – Vista frontal da Estação Ferroviária de São João del-Rei (depois da ampliação e alteração parcial da fachada).



Fonte: Autor desconhecido, (s/d) (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei).

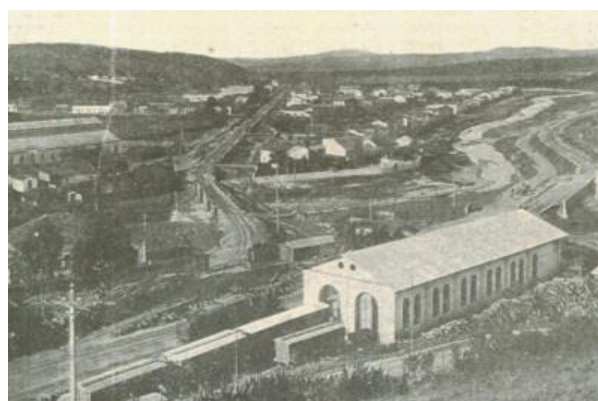
<sup>27</sup> “A Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas foi constituída na cidade de São João del Rei, através de estatutos aprovados pelo Governo Federal em julho de 1878, sendo considerada a primeira ferrovia de pequeno porte no país, tendo com uma de suas características a bitola estreita de 760 mm. A inauguração do trecho Sítio-São João del Rei ocorreu no dia 28 de agosto de 1881 e contou com a presença do Imperador D. Pedro II. Este trecho possuía a extensão de 100 Km, percorrendo as estações de Barroso e Tiradentes”. (Arquivo Noronha Santos, IPHAN).

Figura 33 – Pátio de operação com oficina das locomotivas e galpão de oficinas.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d) (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei).

Figura 34 – Pátio de operação com oficina das locomotivas



Fonte: Autor desconhecido, (s/d) (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei).

Figura 35 – Vista da Rotunda pertencente ao Complexo Ferroviário de São João del-Rei.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d) (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei).

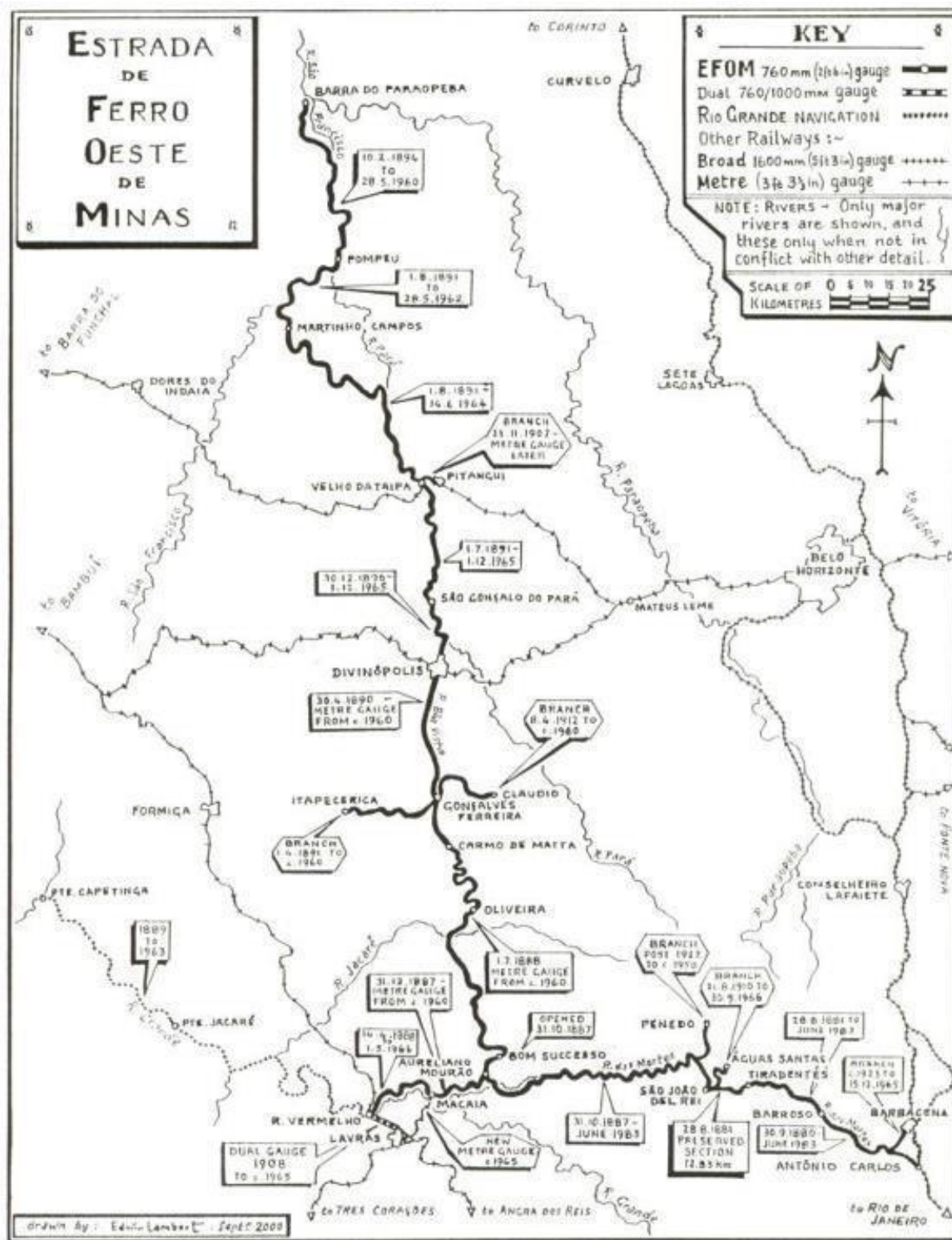
Figura 36 - Estação Ferroviária de Chagas Dória.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d) (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei).

Em seguida, a linha foi prolongada à Aureliano Mourão, em 1887, interligada à Lavras em 1888 e a principal à Barra do Paraopeba, em 1894, como pode ser observado na Figura 37.

Figura 37 – Mapa da linha da Estrada de Ferro Oeste de Minas na região sul de Minas Gerais



Fonte: Autor ilegível, 2000. (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei).



É nesse contexto de expansão e de construção/operação da Estrada de Ferro, que ocorrem as primeiras imigrações a São João del-Rei, sobretudo, de italianos, após a abolição da escravidão, visando a reposição da mão de obra escrava. A vinda dos imigrantes do Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro possibilitou a formação das colônias, também chamadas de núcleos, voltadas para a produção agrícola. A chegada dos imigrantes contribuiu ainda para o desenvolvimento da indústria têxtil, implantada na cidade no fim do século XIX.

S. Ex.<sup>a</sup> o Sñr. Conselheiro Rodrigo Silva, digno Ministro da Agricultura, vivamente interessado pelo desenvolvimento das estradas de ferro no Brazil e pelo povoamento de seu ubérrimo sólo, iniciou a fundação de um núcleo colonial próximo à cidade de S. João d'El-Rey, [...]. Este grande benefício instantemente reclamado não só por esta Directoria como pelos poderes constituídos do município de S. João, muito contribuirá para o progresso daquela zona e credits da emigração em virtude da uberdade do terreno e amenidade do clima escolhida para fundação da colonia. (Relatório EFOM, 1888, p. 6).

Devido à importância econômica regional de São João del-Rei, a Várzea do Marçal, região plana pertencente à cidade, foi indicada para sediar a nova capital mineira em 1893<sup>28</sup>, pois se pretendia estabelecer uma centralidade mais moderna e desenvolvida política e economicamente.

Conforme arquivos da Câmara Municipal de Belo Horizonte (2010, p. 186) referentes às constituintes para decisão da região em que seria implantada a nova capital, solicita-se “parecer também sobre o vale do rio Grande, cuja importância é proverbial sobre todos os pontos de vistas, onde se encontram localidade muito apropriadas, como sejam os vargeados adjacentes a São João Dei Rei”. Como justificativa para estudo da área, são usados os seguintes argumentos para reforçar o estudo da região da Várzea do Marçal:

Nestas condições é talvez a zona que mais nos convém aquela que está situada na primeira parte do vale do rio Grande, onde se encontra o rio das Mortes, seu afluente. Aí está a planície do Marçal, quase junto da cidade de São João del Rei. Essa planície constitui uma colônia do Estado, possuindo uma área de centenas de alqueires, situada entre os rios das Mortes e Carandaí, dotada de clima ameno e possuindo todos os requisitos para

---

<sup>28</sup> De acordo com Souza e Chaves (2011, p. 56), a cidade Ouro Preto sofria com o abandono das atividades de exploração do ouro, provocando um movimento emigratório de seus habitantes em busca de melhores condições de vida além dos problemas como a dificuldade de escoamento da produção, problemas de comunicação, atividade agropecuária incipiente, precariedade de urbanismo, entre outros.

edificação de uma grande cidade. Esse magnífico lugar é a chave das comunicações do Sul e dos estados centrais limítrofes, pela Via Férrea Oeste de Minas e seus muitos ramais. O Norte e as demais zonas do Estado facilmente se porão em comunicação com esse ponto por meio da Estrada de Ferro Central, de onde se deriva a Oeste de Minas para São João del Rei, com uma viagem apenas de quatro horas. (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2010, p. 215).

A partir dos estudos para definição da localização da nova capital e com o decorrer das votações na Constituinte Mineira, são cogitadas as cidades de Barbacena, Curral Del Rei, Juiz de Fora e Várzea do Marçal – esta última, localizada em São João del-Rei – como as melhores localidades, levando em conta os pontos econômicos, sociais, políticos e geográficos (ver Figura 38, no qual é representada a planta da Várzea do Marçal, elaborada pela Comissão de estudo das localidades indicadas para a Nova Capital).

Figura 38 – Planta de Estudo da Várzea do Marçal.



Fonte: Comissão de estudo das localidades indicadas para a Nova Capital (s/d). (Arquivo Fundação João Pinheiro).

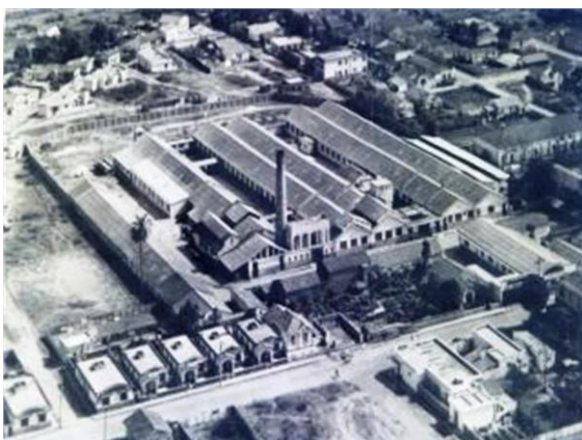
Ao fim, a decisão ficou entre Curral Del Rei e a Várzea do Marçal, sendo o primeiro considerado o local mais adequado para sediá-la. Esse fato é reforçado por Avelar Neto (2010, p. 312), que observa que anteriormente a cidade havia sido pretendida como capital pelos “inconfidentes de 1789 em levar os poderes da idealizada República para São João Del Rei, que voltaria a ser lembrada em outras

oportunidades para o mesmo fim”. Oliveira e Santos Filhos (2010, p. 28) reforçam a afirmação ao dizer que “um século depois, quando foi decidida a transferência da capital estadual, então sediada em Ouro Preto, a cidade voltaria a ser forte concorrente, por razões de ordem geográfica e econômica”.

Com a diversificação da produção industrial ocorrida no início do século XX, o quadro industrial da região ficou definido, tornando a indústria têxtil uma das principais fontes de geração de renda e emprego na economia regional. Devido a esse fator, a cidade não participou do processo de expansão industrial que ocorreu no estado a partir da segunda metade da década de 1950, permanecendo, na contemporaneidade, com a economia industrial voltada para o ramo têxtil, para o mercado de produtos e para o turismo. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1984, p. 76).

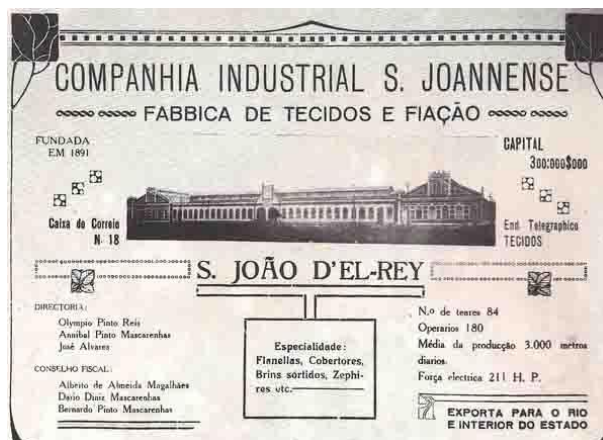
São João del-Rei possuía, no início do século XX, aproximadamente cinco fábricas de tecidos, sendo estas a Companhia Industrial São-joanense (1891 – única em funcionamento) (Figura 39), Fábrica Brasil Fiação e Tecelagem (1911), Fábrica de Tecidos Matosinhos S/A (1936) (Figura 40), Tecelagem Dom Bosco Ltda. (1937) e Fiação e Tecelagem São João (1947). O processo de industrialização de São João del-Rei entrou em decadência posteriormente, devido às ofertas de produtos chineses, com menores custo e impostos.

Figura 39 – Vista aérea da Fábrica de Tecidos Matosinhos S/A.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d) (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei).

Figura 40 – Propaganda de jornal da Companhia Industrial São-joanense.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei).



## 4.2 Criação do SPHAN e tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei

Em 1924, São João del-Rei recebe a visita dos modernistas que saíram em caravana pelas cidades mineiras do período colonial, na “viagem de descoberta do Brasil”, durante a Semana Santa, tendo como integrantes Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Olívia Guedes Penteadado, o francês Blaise Cendrars, entre outros. A visita à cidade é ilustrada pelo croqui de Tarsila do Amaral e pela foto de Oswald de Andrade, ambos dando destaque à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, conforme representado na Figura 41.

Figura 41 – À esquerda (A), foto de Oswald de Andrade em visita a São João del-Rei, em frente à Igreja de Nossa Senhora do Carmo. À direita (B), desenho de Tarsila do Amaral da Rua Sebastião Sete, com a Igreja de Nossa Senhora do Carmo ao fundo.



Fonte: Foto e croqui atribuídos à Tarsila do Amaral, (s/d) (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei)

Segundo Motta (2002, p. 127), os modernistas estavam voltados para os debates sobre a identidade nacional desde o fim da Primeira Guerra Mundial e visavam a construção de uma feição brasileira para marcar uma civilização nacional a partir do “abrasileiramento” da cultura trazida de Portugal, “à força de um Brasil mestiço, que

rompia com os determinismos de natureza biológica, buscando analisar e compreender os brasileiros a partir da dinâmica que se estabeleceu no processo de colonização”.

Os modernistas criticavam o Brasil “europeizado” do século XIX e valorizavam os traços primitivos da cultura brasileira do século XVIII, anteriormente considerados sinais de atraso. Entendiam que, no Brasil, uma cultura própria teria sido construída, não se limitando à mera importação de estilos e técnicas da metrópole. Esse “abrasileiramento”, no que se refere às cidades, era encontrado nos centros históricos de Minas Gerais. (MOTTA, 2002, p. 127)

Como consequência da viagem dos modernistas pelo interior de Minas, em 1937, foi criado o SPHAN (posteriormente IPHAN), visando a difusão e a preservação da cultura brasileira. Os núcleos históricos que foram preservados, constituíam, à época, a área mais íntegra e uniforme, tida como autêntica ocupação brasileira sob influência portuguesa, inspiração para a arquitetura moderna, como abordado pelo arquiteto moderno Lúcio Costa (1938).

Conforme observa Motta (2010, p. 128 p.), de acordo com Lucio Costa, “a arquitetura popular brasileira (colonial) é o resultado do ‘amolecimento’” e da “simplificação das construções que eram feitas na Metrópole”, pois:

[...] representava a primeira expressão “autenticamente” brasileira, o “abrasileiramento” das construções portuguesas. Ao mesmo tempo, essa arquitetura identificaria o Brasil como nação e seria fonte de inspiração para uma arquitetura moderna, de padrão internacional, trazendo a marca nacional.(Motta, 2010, p. 128 p.),

Em Minas Gerais, houve o tombamento de seis cidades em 1938, eleitas como “símbolo da nação, como representantes da excepcionalidade, autenticidade, unidade e harmonia da arquitetura genuína brasileira”, segundo os modernistas, que identificavam em Minas Gerais a origem da nossa cultura, o lugar em que teria operado a síntese entre as aportes culturais que teceram, a seu ver, a cultura brasileira, como observa Sant’anna (2015, p. 165).

O tombamento dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos nos primeiros anos do IPHAN foi pautado nos exemplares da arquitetura colonial, identificados pela sua

“homogeneidade do conjunto, com predominância da arquitetura típica dos séculos XVII e, principalmente, XVIII; integridade do conjunto, isto é, poucas alterações” e pelo seu “traçado urbanístico mais ou menos espontâneo, caracterizando o modo de urbanização predominante na América Portuguesa durante o período colonial”, como observa Sant’ Anna (2015, p. 177). Nesse contexto, em 1938, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei foi tombado e inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes do IPHAN.

O tombamento integral da cidade criou conflitos na sociedade são-joanense, promovendo várias manifestações em jornais da época, com a publicação de crônicas com o título “São João del-Rei não quer fixar-se no passado”<sup>29</sup>. Diante das pressões, o Diretor do IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, reitera a legitimidade do Decreto-Lei nº 25/1937. Em 1947, é realizado um estudo técnico para definir a área de proteção, sendo realizada a “rerratificação do tombamento”.

Os conflitos mais emblemáticos entre o órgão de proteção e a sociedade foram: a tentativa de demolição do imóvel tombado situado à Rua Marechal Deodoro, n.º 12, sede do Museu Regional de São João del-Rei, na década de 1950, para construção do edifício de dez pavimentos (Figuras 42 e 43); a construção do edifício São João<sup>30</sup>, na década de 1950, que se encontra edificado com 12 pavimentos e inserido na paisagem da cidade (Figura 44); e a demolição da Igreja do Senhor Bom Jesus de

---

<sup>29</sup> Os conflitos decorrentes do tombamento de São João del-Rei são analisados de maneira mais aprofundada na dissertação de mestrado de Denis Pereira Tavares, intitulada de “O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei: negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967)”. Em seu estudo, Tavares analisa as publicações nos jornais da época.

<sup>30</sup> Segundo artigo intitulado de “A verdadeira história do Edifício São João” (Disponível em: <<https://saojoaodelreitransparente.com.br/>>. Acesso em: mar. 2018), “não se hesitou em fundar, inclusive, com o seu amigo Tancredo Neves, uma incorporação denominada CIVIL (Construtora Imobiliária “Vitória” e Incorporadora Ltda), [...], acreditando que o progresso da cidade seria do lado de cá do centro histórico e cultural, ou seja, da Ponte da Cadeia sentido Av. Tiradentes, aos moldes da cidade de Salvador(BA) e outras, para construir o prédio mais ousado de São João del Rei, o Edifício São João, não só de dez andares mas, de doze andares, com 42 (quarenta e dois) apartamentos, duas lojas no térreo e legando para o Minas, a sua sede social (o “Salão Nobre dos Espelhos”). Portanto, embora sendo hoje o prédio, por muitos, polêmico, dado à sua arquitetura moderna numa cidade que preserva o patrimônio histórico, diga-se de passagem, poucas cidades do interior tiveram na época a obstinação de possuí-lo. Era um orgulho para a nossa cidade e, por que não, para o Estado de Minas”.

Matosinhos (Figura 45), citada individualmente no tombamento em conjunto, na década de 1970, com venda de todo o seu acervo.

Figura 42 – Vista frontal (A) e lateral direita (B) do sobrado situado à Rua Marechal Deodoro, nº 12 (Museu Regional de São João del-Rei).



Fonte: Autores desconhecidos, início do século XX. (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei).

Figura 43 – Edificação do Museu Regional de São João del-Rei demolida na década de 1950 para dar lugar a construção de um edifício de 10 pavimentos.



Fonte: Autor desconhecido, metade do século XX. Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei.

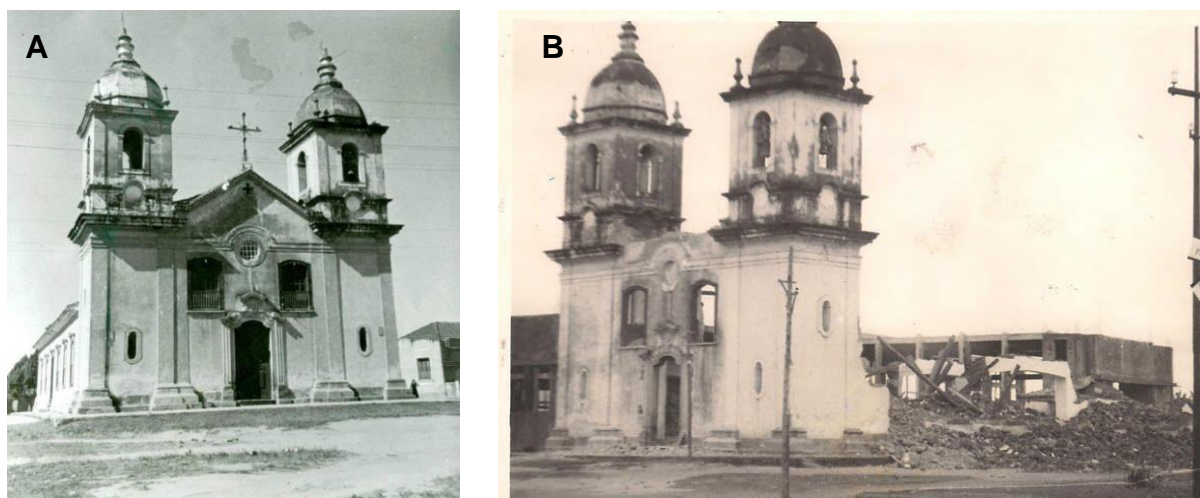


Figura 44 – À esquerda (A), construção edifício São João. À direita (B), inserção do Edifício São João na paisagem urbana de São João del-Rei.



Fonte: Autores desconhecidos, década de 1960 (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del Rei)

Figura 45 – À esquerda (A), Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. À direita (B), Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos demolida em 1970.



Fonte: Autores desconhecidos, década de 1970. (Arquivo Escritório Técnico do IPHAN em São João del Rei)

Tais conflitos tiveram como consequência a rerratificação do tombamento em 1947 e 1997, com definição das ruas e das edificações relevantes no âmbito da salvaguarda pelo IPHAN. Esses conflitos entre a Instituição e a sociedade civil de São João del-Rei perduram até a contemporaneidade; tradição *versus* modernidade, preservação *versus* progresso.

Após o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei pelo IPHAN, outro fator importante no contexto histórico da cidade foi a criação da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI), em abril de 1987, instalada no antigo Colégio Santo Antônio. No ano de 2002, foi transformada em Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), funcionando nos *campi* Santo Antônio (Figura 46A), Dom Bosco (Figura 46B) e Centro Universitário Tancredo Neves.

Figura 46 – À esquerda (A), vista do Campus Santo Antônio, e à direita (B), vista do Campus Dom Bosco.



Fonte: Universidade Federal de São João del-Rei, 2016. (Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/>>. Acesso em: ago. 2017)

Além da universidade e de economias diversas, a cidade tem como fontes de arrecadação o turismo voltado para a visita aos monumentos do conjunto tombado e o passeio de Maria Fumaça pela antiga linha férrea até Tiradentes. A seguir, pode ser observado parcialmente, na Figura 47, o conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo IPHAN.

Figura 47 – Vista parcial do Centro Histórico de São João del-Rei a partir do Cristo – Detalhe para a visada para as Igrejas de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar e Igreja de São Francisco de Assis, tombadas individualmente pelo IPHAN.



Fonte: Imagem de autoria de Tatiana Paiva, novembro de 2017.

#### 4.2.1 A implantação da Estrada de Ferro e o progresso político-econômico de São João del-Rei (1881-1938)

A partir de 1854<sup>31</sup>, as ferrovias se tornam o novo e mais eficiente meio de transporte e locomoção no país. Em virtude dessa eficiência, do crescimento acelerado da economia e do progresso, a cidade de São João del-Rei recebeu um braço da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) em 1881. Santos (2009, p. 29) afirma que:

[...] a elite econômica de São João del-Rei, no final do século XIX, parece ter sido um grupo bastante influente no direcionamento geral das coisas do município e um bom demonstrativo de como podemos perceber as permanências e as rupturas na sociedade oitocentista.

---

<sup>31</sup> Segundo Santos (2009, p. 25 e 69), “apenas em 1854 tivemos a inauguração da primeira estrada de ferro em território brasileiro” e complementa a partir da análise do historiador William Summerhill a respeito da “ampla da expansão ferroviária no Brasil, num período que vai de 1854 a 1913, tenta demonstrar a importância das vias férreas no Brasil, em determinado momento até mesmo em comparação com outras economias do mundo, supõe um ganho relativamente superior devido à ausência anterior de mecanismos de transporte de eficiência similar”.



De acordo com Graça (2002):

São João del-Rei, no último quartel do século XIX, vai acordar para a defesa de seu dinamismo econômico, gradualmente perdido. Sua elite, que não havia se sensibilizado com a questão abolicionista, passará a clamar pelo estabelecimento de imigrantes europeus, que poderiam renovar sua lavoura de subsistência pelo plantio de novas culturas, da vinha e do trigo. Antes disso, tomara a iniciativa de estabelecer uma seção ferroviária ligando a cidade à Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1878, seria subscrito pelos são-joanenses mais da metade do capital exigido para a organização da empresa, denominada Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas. (GRAÇA, 2002, p. 46).

Como analisa Santos (2009, p. 88), estando a região das Vertentes, em especial São João del-Rei, mergulhada em momentos difíceis nas décadas finais do século XIX, em decorrência da concorrência com outras regiões, sua elite mercantil almejava a modernização dos transportes para potencializar as relações comerciais com o Rio de Janeiro. Segundo o autor, para abastecer a Corte do Rio de Janeiro, São João del-Rei foi entreposto para o comércio do que era produzido no Oeste de Minas, como conexão à Estrada de Ferro Dom Pedro II, levando a elite são-joanense a participar do “progresso” na região no século XIX.

Dessa maneira, a Estrada de Ferro Oeste de Minas<sup>32</sup> constitui-se como ligação basilar entre o Oeste de Minas e a capital do Império. A construção da ferrovia reduziu as distâncias, diminuindo os custos, fortalecendo a economia local, permitindo a manutenção da posição de entreposto comercial da região, principalmente com o baixo custo do frete, facilitando a importação (SANTOS, 2010, p. 90).

Além disso, o estabelecimento da Companhia da Estrada de Ferro Oeste de Minas propiciou a difusão, no interior, dos ideais de modernização, embelezamento, utilização de novos materiais e técnica, sobretudo, das reformas urbanas realizadas na Belle Époque no fim do século XIX e empreendidas no Rio de Janeiro por Pereira

---

<sup>32</sup> Vale destacar que a Estrada de Ferro surgiu no contexto da economia cafeeicultora no Oeste Paulista se estendendo à Zona da Mata Mineira, porém esta não chegou de fato a se estabelecer na região de São João del-Rei e a ferrovia não se estendeu efetivamente até o sul de Minas Gerais. A Estrada de Ferro Oeste de Minas entrou em falência em 1898, sendo mantida com ajuda do Estado devido à baixa produtividade e déficit.

Passos no início do século XX, como observado pelo jornal local “A Tribuna” e os Correios, abaixo citados.

Quem observa São João del-Rei do presente, tendo conhecido a São João del-Rei do passado, nota uma transformação geral, que pode parecer evolução, se o observador para, apenas, na contemplação do físico das coisas. O aformoseamento da cidade, o desaparecimento das vielas do passado, o banho de atualização nas suas ruas batidas pelos séculos, pode encantar aos olhos sedentos de renovação. (A TRIBUNA apud TAVARES, 2012, p. 22).

Quem conheceu São João del-Rei, há anos, e a revê hoje não pode deixar de proclamar bem alto o elaborado surto de progresso da bela, encantadora e culta cidade, que “de roceirinha bonita de seu natural”, se transformou em dama formosa e elegante. [...] As indústrias surgem como por encanto, os bairros se povoam, novas ruas são abertas, dilatando-se assim a área da cidade. Notam-se em cada um dos seus trechos belas e luxuosas edificações de construção moderna. (O CORREIO apud TAVARES, 2012, p. 22).

Cabe observar, ainda, que nesse período histórico, em 1893, devido a este desenvolvimento comercial, a cidade de São João del-Rei foi indicada novamente para sediar a capital<sup>33</sup> de Minas Gerais.

Visando promover a modernização da cidade, a forma urbana é alterada de maneira significativa e o plano urbano é expandido por meio da construção de novas avenidas, havendo o prolongamento, retificação e alinhamento de vias públicas no sentido leste e sudeste, sendo estas caracterizadas por avenida largas, dispostas em forma ortogonal, assentadas de forma paralela ao Córrego do Lenheiro.

As avenidas construídas são a Avenida Rui Barbosa (Avenida Tancredo Neves), Avenida Eduardo Magalhães, Rua Hermílio Alves, Avenida Tiradentes, Rua Antônio Rocha, Rua Conselheiro Bocaiuva, Rua Paulo Freitas, Avenida Oito de Dezembro, a leste, nordeste e sudeste. Além disso, houve o prolongamento de parte da Rua Santo Antônio, abertura da Rua das Flores e da Rua da Praia (paralela à Rua do

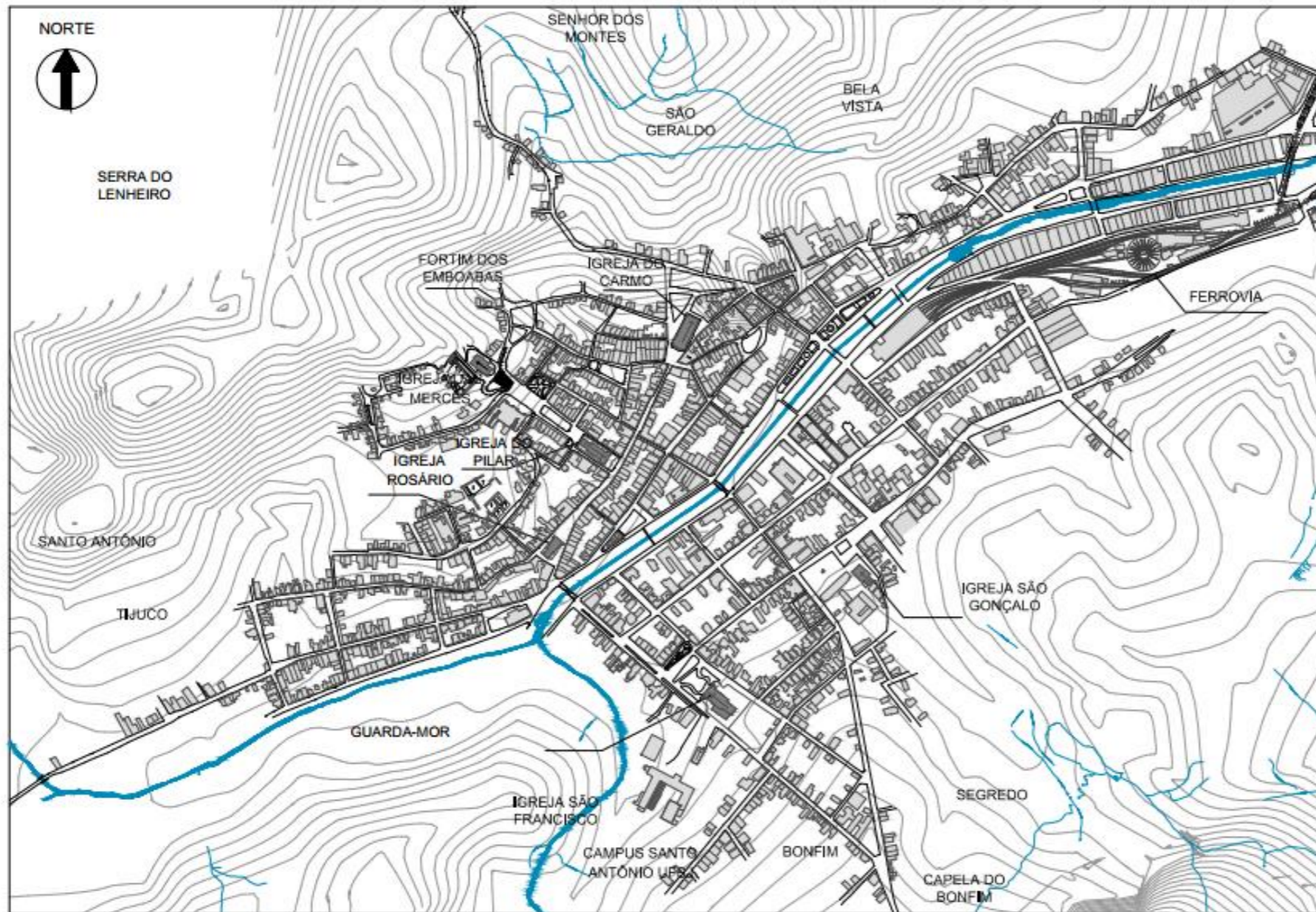
---

<sup>33</sup> Oliveira e Santos Filho (2010, p. 28-29) considera que “a opção pelo sítio da atual capital Belo Horizonte foi sem dúvida providencial para a conservação do patrimônio arquitetônico de São João del-Rei, que de outra forma teria perdido suas características e identidade, assim como a próxima Tiradentes, absorvidas ambas pela expansão urbana. Não seria mais visível, por exemplo, o traçado urbano colonial, ainda hoje preservado quase intacto em Tiradentes e parcialmente na área central de São João del-Rei”.

Tijuco) a oeste, abertura de rua próxima ao cemitério da Igreja de Nossa Senhora das Mercês ao norte e da Rua Paulo Freitas em direção à Avenida Leite de Castro a nordeste, ocasionando um maior adensamento a noroeste, em direção à linha férrea e, mais nitidamente, em direção ao arraial de Matosinhos a leste e as indústrias têxteis a nordeste (Arquivo Noronha Santos, IPHAN), conforme a Figura 48. Outras novas vias são abertas próximas à Igreja de São Francisco de Assis, dando origem ao bairro do Bonfim e ao bairro Segredo, ao sul e a sudeste.



Figura 48 – Quarto Período Morfológico de São João del-Rei: A implantação da Estrada de Ferro e o progresso político-econômico de São João del-Rei (1838-1938).



**QUARTO PERÍODO MORFOLÓGICO**  
**A ESTRADA DE FERRO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 1881-1938**  
 Fonte: Mapa do Plano Diretor de São João del-Rei (2006).  
 Interpretação e elaboração: Tatiana Paiva, 2018.

0m 100m 200m 300m



**LEGENDA**

- |                     |                     |
|---------------------|---------------------|
| CAMINHOS PRIMITIVOS | CÔRREGO DO LENHEIRO |
| VIAS SECUNDÁRIAS    | CURSOS D'ÁGUA       |
| LINHA FÉRREA        | IGREJAS E CAPELAS   |
| EDIFICAÇÕES         |                     |



**REGIÃO IGREJA PILAR**  
 (Palimpsesto urbano)



**REGIÃO IGREJA SÃO FRANCISCO**  
 (Lotes burgueses)



Fonte: Elaborado pela autora em abril de 2018.

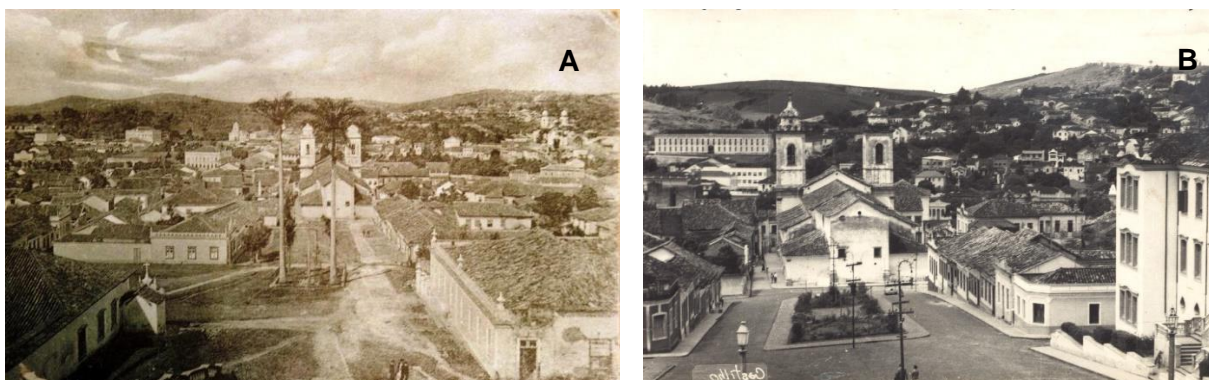


Como características morfológicas da expansão do plano urbano, a partir da construção das grandes avenidas situadas, sobretudo, às margens do canal do Córrego do Lenheiro, a forma urbana do centro histórico de São João del-Rei ampliou-se consideravelmente. Como observa Lima (2009), todos esses fatores contribuíram para a expansão do plano urbano.

Somente no final do século XIX e início do XX, com a introdução de novos usos e costumes da sociedade, é que este núcleo sofre ampliação significativa, numa concepção urbanística diferenciada e obedecendo ao traçado retilíneo das ruas, onde podemos destacar a ocupação de áreas ao longo do Córrego do Lenheiro, sentido à jusante, e cercanias do Complexo Ferroviário da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que diga-se de passagem torna-se, com a sua criação em 1881, o maior elemento catalisador do desenvolvimento deste período. (LIMA, 2009, p. 2).

As alterações urbanísticas realizadas nas praças já existentes no centro histórico podem ser visualizadas nas Figuras 49 e 50, nas quais se encontram representadas respectivamente o Largo das Mercês (em 2018, Praça Francisco Neves) e o Córrego do Lenheiro – visto a partir da Avenida Eduardo Magalhães – no fim do século XIX e início do século XX. Na primeira imagem (Figura 49A), é possível observar o Largo das Mercês inicialmente sem ordenamento, vegetado com grama em quase toda sua totalidade, demarcado por caminhos concebidos pelo trânsito de pedestres e cavalos. Na segunda imagem (Figura 49B), o largo se encontra calçado com paralelepípedos nos passeios e nas vias, com definição de praças compostas por jardins e com iluminação pública realizada por postes de ferro.

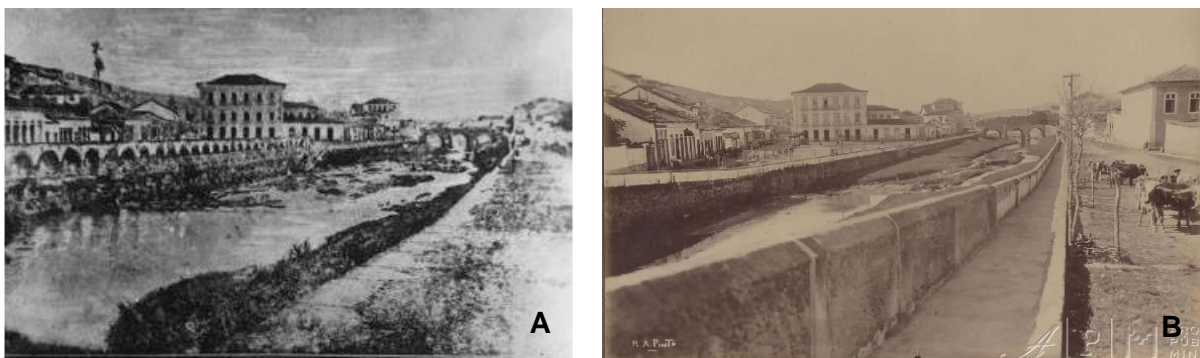
Figura 49 – Vista do Largo das Mercês no fim do século XIX (A) e vista do Largo das Mercês após construção da Praça Francisco Neves (B).



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Na Figura 50, as margens do Córrego do Lenheiro se mostram inicialmente pitorescas com ruas de terra e com o Aqueduto dos Arcos e o Chafariz da Legalidade na lateral esquerda. Posteriormente, observa-se a margem com peitoril de pedra definindo o espaço da avenida e do curso d'água, do passeio e das ruas pavimentados, da demolição do aqueduto e da transferência do chafariz para uma praça (no presente momento, Praça do Expedicionários), em 1895. Nesse período, os chafarizes existentes na cidade são demolidos, em decorrência do surgimento do encanamento de ferro fundido que possibilitou o abastecimento domiciliar.

Figura 50 – Vista de Aqueduto dos Arcos e do Chafariz da Legalidade situados às margens do Córrego do Lenheiro (A) e vista do Córrego do Lenheiro após demolição do aqueduto (B).



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Foi neste panorama que foram edificadas as balaustradas e os muros de contenção da chamada “Prainha”, às margens do Córrego do Lenheiro, criando um dos principais pontos de referência da cidade ao longo do seu principal agente estruturador. Além disso, foram construídas as pontes metálicas situadas à frente do Teatro Municipal e da Estação Ferroviária de São João del-Rei, como ilustrado na Figura 51.



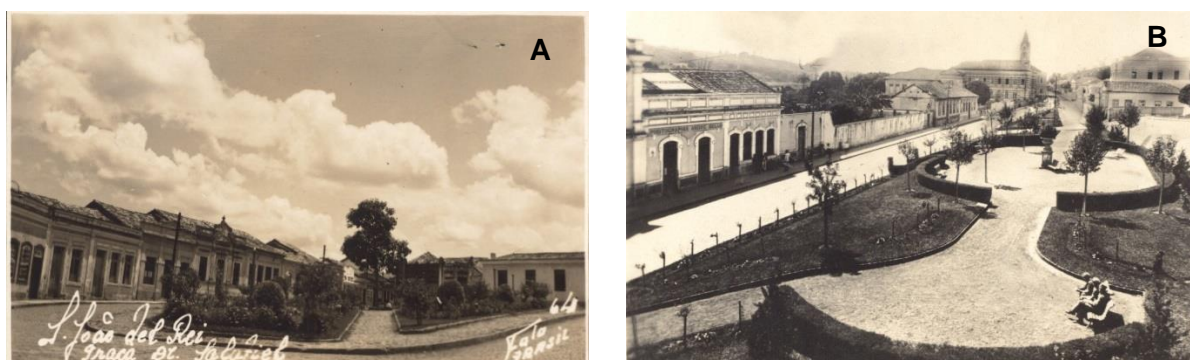
Figura 51 – Vista da Praça Rui Barbosa e Rua Hermílio Alves. Detalhe para as pontes metálicas e de concreto construídas para interligar as novas avenidas.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

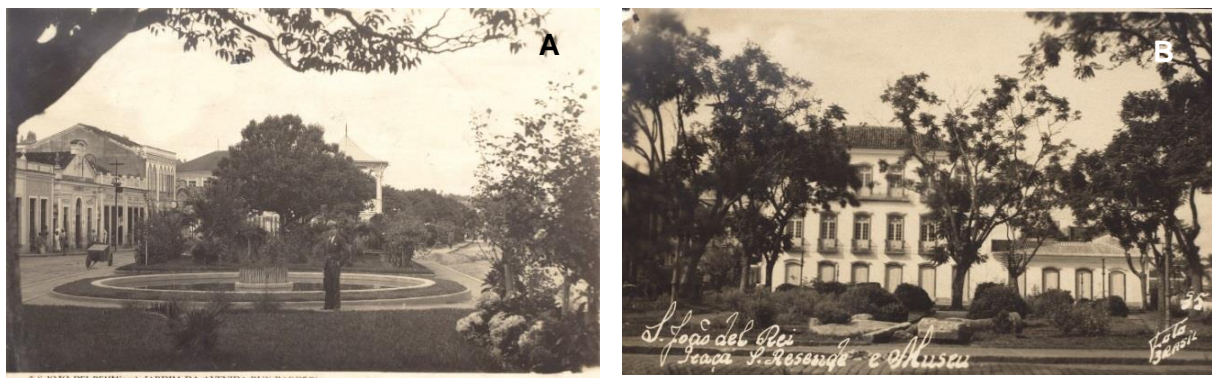
Nesse momento, no início da década de 1940, são construídas as Praças dos Andradas (no presente momento, Praça dos Expedicionários), Praça na Avenida Rui Barbosa (em 2018, Praça do Coreto Maestro João Calvacanti), Praça das Mercês e Praça Severiano de Rezende (em 1930), até então utilizadas como praças de apoio ao comércio para venda de produtos de primeira necessidade. Além disso, em 1914, ocorre a demolição de edificações situadas na quadra da Praça Doutor Salatiel para construção desta. As praças estabelecidas podem ser observadas nas Figuras 52 e 53.

Figura 52 – Praça Doutor Salatiel (A) e Praça dos Andradas (B).



Fonte: Autor desconhecido, 1964. Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Figura 53 – Praça Rui Barbosa (A) e Praça Severiano de Rezende (B).



Fonte: Autor desconhecido, 1955. Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

O tecido urbano é caracterizado por alterações na forma, uma vez que a ideia de modernização é empregada visando o progresso da cidade, constituindo, assim, o palimpsesto urbano da região próxima à Igreja de Nossa Senhora do Pilar, como analisa Maldos (1997), sendo abertas ruas e fechados becos.

Nem o desenho urbano das áreas mais antigas se preservou em sua totalidade. Houve interferências nos traçados das ruas, fechamento de becos e servidões, demolição de quadras (Praça Dr. Salatiel e Largo da Cruz), desalinhamento das edificações (projeção dos andares superiores), abertura das ruas (aumentando o fluxo de veículos sobre as áreas preservadas). (MALDOS, 1997, p. 6).

O processo de desmembramento propiciado pelo aparecimento de novos lotes localizados nas novas vias abertas ocorre de forma mais ampla, alterando as dimensões originais das quadras e do meio de lotes que são reduzidos na Região do Pilar. Apenas na Rua da Prata, região da Igreja de São Francisco, e na Rua Santo Antônio, os lotes burgueses mantêm a correspondência do período anterior, como pode ser observado na Figura 43, apresentada anteriormente.

Nesse contexto, sob a influência do estilo eclético e, posteriormente, protomoderno, vários edifícios foram demolidos e reconstruídos na área tombada e no seu entorno, com o intuito de modernizar a cidade, sendo realizadas alterações nas fachadas coloniais com o intuito de adotar a linguagem do progresso em voga. O autor observa, ainda, que, se no período colonial o alinhamento das edificações era obrigatório, já no fim do século XIX, novos hábitos construtivos impunham o afastamento das edificações, primeiro, lateralmente, depois, frontalmente,

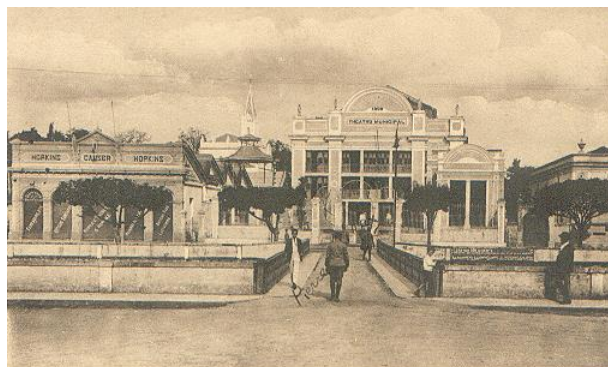
aparecendo os jardins e as fachadas com movimentos (MALDOS, 1997, p. 5), como podem ser observados nas Figuras 54 e 55.

Figura 54 – Vista da Avenida Tiradentes e as edificações ecléticas.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d) Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Figura 55 – Vista do Teatro Municipal e da Ponte do Teatro.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Dessa maneira, a tipologia das novas edificações segue os ideais da arquitetura eclética, com afastamento lateral, surgindo os alpendres e as varandas laterais, os forros e ornamentos em estuque, platibandas e coberturas em quatro águas em telhas francesas, como podem ser observados na Figura 56. Os edifícios institucionais possuem ornamentação requintada das fachadas, bem como afastamentos frontal e laterais, além de grande altimetria em relação às demais edificações, favorecendo sua posição monumental de destaque em relação à face de quadra, como ilustrado na Figura 57. Dentre estes edifícios, se destacam os hotéis, teatro, escolas e edificações comerciais.



Figura 56 – Vista das edificações ecléticas situadas na Rua Hermílio Alves.



Fonte: Autor desconhecido, s/d. Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Figura 57 – Vista das edificações situadas no entorno da Ponte da Cadeia.



Fonte: Autor desconhecido, s/d. Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

#### 4.2.2 O tombamento e a rerratificação pelo IPHAN (1938-1980)

Em 1937, é criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por meio da Lei nº 378/1937, que organiza o Ministério da Educação e da Saúde, sendo regulamentado em dezembro do mesmo ano pelo Decreto-Lei nº 25/1937. Nesse contexto, em 1938, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-

Rei é inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes do IPHAN, na inscrição de número 01, Processo 0068-T-38, visando à preservação do acervo arquitetônico do período colonial (século XVIII), no contexto do Ciclo do Ouro.

Nesse período, como analisa Flores (2007, p. 28-42), a cidade passava por um período econômico próspero, oriundo da construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas e das indústrias têxteis na cidade, sendo difundidos e aceitos os ideais de embelezamento advindos da Europa, ao contrário das outras cidades mineiras que tinham suas economias estagnadas. Dessa forma, acredita-se, que a inscrição número 01 (um) no Livro de Belas Artes seja decorrente da necessidade de salvaguarda imediata do conjunto, diante da acelerada descaracterização da cidade nesse período, com a demolição de casarios do período colonial, visando sua substituição por edificações ecléticas.

Assim como as demais cidades protegidas pelo IPHAN, a inscrição da área tombada em São João del-Rei incluiu toda a cidade, uma vez que os primeiros tombamentos não mencionavam os limites da área protegida, pois não havia delimitação da área urbana a ser preservada. Segundo Motta (2012, p. 268), nos primeiros anos de atuação da instituição, os técnicos do IPHAN acreditavam que as cidades históricas pouco cresceriam, não sendo fundamental a delimitação da área tombada, pois considerava-se que o tombamento se estendia “até onde a vista alcança”.

Nesse contexto, o tombamento foi considerado por muitos como um entrave à economia crescente de São João del-Rei, criando conflitos entre os desenvolvimentistas – que defendiam a modernização e progresso – e os preservacionistas – que defendiam a preservação do conjunto tombado como exemplo relevante de tradição e cultura, como estudado por Flôres (2007) e Tavares (2012). Devido às pressões da sociedade são-joanense, foi solicitado ao Diretor do IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a redução da área tombada e a delimitação, devendo esta ficar restrita apenas às edificações e às ruas que mantivessem correlação com a arquitetura tipicamente barroca, excluindo-se as ruas que possuíam edificações de outros estilos arquitetônicos. De acordo com Motta (2012, p. 268 p.):

Casos como Diamantina e São João Del Rei tiveram suas áreas tombadas delimitadas na década de 1940, incluindo as manchas urbanas onde a arquitetura colonial era mais adensada, embora os tombamentos fossem arquitetônicos e urbanísticos. No primeiro caso, deveu-se a pedido de esclarecimento feito pela prefeitura sobre autorização de construções na cidade. (MOTTA,2012, p. 268).

A redefinição da área englobada no tombamento foi definida em 1947, pelo arquiteto Alcides da Rocha Miranda, após solicitação da Câmara de Vereadores de São João del-Rei. O critério utilizado pelo arquiteto foi o de incluir apenas as edificações e as áreas que mantivessem unidade e harmonia, de maneira a manter a ambiência do conjunto colonial. A delimitação restringia as edificações consideradas relevantes como igrejas, praças, largos, becos, travessas, chafarizes, pontes e ruas, conforme consta na Certidão nº 45A<sup>34</sup> do mesmo ano, em retificação à Certidão nº 45, que incluía toda a área urbana da cidade (ver Anexos B, C e D). Como explícito na Certidão de Tombamento nº 45A que trata das questões específicas dessa salvaguarda pelo IPHAN:

[...] assim como outras cidades mineiras, interessa muito mais pelo ambiente que decorre da unidade e harmonia dos conjuntos arquitetônicos do que pela elegância ou pitoresco dos seus detalhes. O efeito monumental de suas igrejas, provém, em grande parte, das perspectivas criadas pelo grupo de casas que as enquadra, realçando suas proporções e a riqueza dos ornados. (CERTIDÃO DE TOMBAMENTO Nº 45A, IPHAN, 1947, p. 01).

Mesmo após a retificação de tombamento em 1947, as solicitações para revisão da área tombada se repetem nos anos de 1948, 1957, 1959, 1961, 1962, 1967 e 1968, comprovando que a demarcação do tombamento foi fruto de conflitos e negociações entre representantes locais e técnicos do IPHAN. No entanto, mesmo após as várias solicitações para reanálise da delimitação pelos são-joanenses, a área tombada foi ratificada por técnicos do IPHAN (Sylvio de Vasconcelos, em 1962, e Augusto da Silva Teles, em 1966 - ver carta no Anexo B), conforme processo de tombamento e cartas constantes no referido documento (consultado na pasta em que consta a cópia do processo de tombamento no Arquivo do Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei - ver Anexos B, C e D).

---

<sup>34</sup> A Certidão de Tombamento nº 45A e os anexos citados foram consultados na pasta em que consta a cópia do processo de tombamento no Arquivo do Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei.



O conjunto de bens imóveis tombados em conjunto totalizam, aproximadamente, 710 imóveis (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1983) e as principais ruas/logradouros que compõem o núcleo histórico são: Rua de Santo Antônio, Rua Getúlio Vargas (Rua Direita), Praça Francisco Neves (Largo da Câmara), Rua Padre José Maria (Rua da Prata), Praça Frei Orlando (Largo de São Francisco), Praça Doutor Salatiel, Praça Severiano de Rezende (Largo do Tamandaré), Largo da Cruz (Praça Augusto Viegas), Praça Carlos Gomes, Rua Artur Bernardes, Rua Marechal Deodoro, Praça Embaixador Gastão da Cunha (Antiga Rua Duque de Caxias), entre outros. Além desses, compõem o centro histórico: igrejas, capelas, pontes, passos da Paixão e o Chafariz da Legalidade (Ver Anexo E - Cópia do processo de tombamento no Arquivo do Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei). Na Figura 58, estão indicados os bens tombados em conjunto e/ ou individualmente<sup>35</sup> pelo IPHAN.

---

<sup>35</sup> Os bens edificados tombados de forma individual, em períodos posteriores, em São João del-Rei são: Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Igreja de São Francisco de Assis, Passos da Rua Duque de Caxias (no presente momento, Praça Embaixador Gastão da Cunha) e Rua Getúlio Vargas, Sobrado à Rua Marechal Deodoro, nº12 (edificação que sedia o Museu Regional de São João del-Rei), Complexo Ferroviário de São João del-Rei, conforme itens constantes no Arquivo Noronha Santos (IPHAN). Além disso, foi registrado o Toque dos Sinos, realizado em 2017, das cidades coloniais de Minas Gerais, com destaque para os de São João del-Rei, que faz com que esta seja conhecida como “a cidade onde os sinos falam”.

Figura 58 – Mapa das edificações tombadas pelo IPHAN em São João del-Rei.



Fonte: Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei, (s/d). Modificado pela autora em agosto de 2018. Ver mapa original no Anexo I.

Assim, pode-se perceber que os aspetos que se procuram preservar em São João del-Rei pelo IPHAN são as relações visuais entre as igrejas monumentais e o conjunto de casas que as enquadra, de maneira a destacar suas proporções e a riqueza dos ornamentos, bem como o conjunto harmônico formado pelas edificações coloniais. Como observa Motta (2002, p. 135), diante desse valor, as cidades são recortadas para a delimitação de áreas de preservação, formando polígonos para incluir a “boa arquitetura”, desconsiderando o contexto “geral da cidade e outras características que referenciam a ocupação dos espaços, como, por exemplo, as do

traçado e de ocupação do território, o que não tem beleza aos olhos dos arquitetos, os lugares de vivência etc”.

Com base nessa observação, entende-se que para a devida proteção do conjunto tombado, deve-se considerar as características de todo o centro histórico estabelecido ao longo do Córrego do Lenheiro, partindo do Complexo Ferroviário até a Ponte do Rosário, sobretudo, dos estilos eclético e protomoderno originados pela implantação da Ferrovia na cidade, que promoveu alterações na forma, levando à substituição das camadas originais. As edificações e o traçado urbano decorrentes da expansão urbana e da remodelação do centro histórico formam um conjunto homogêneo, que conferem singularidade ao centro histórico.

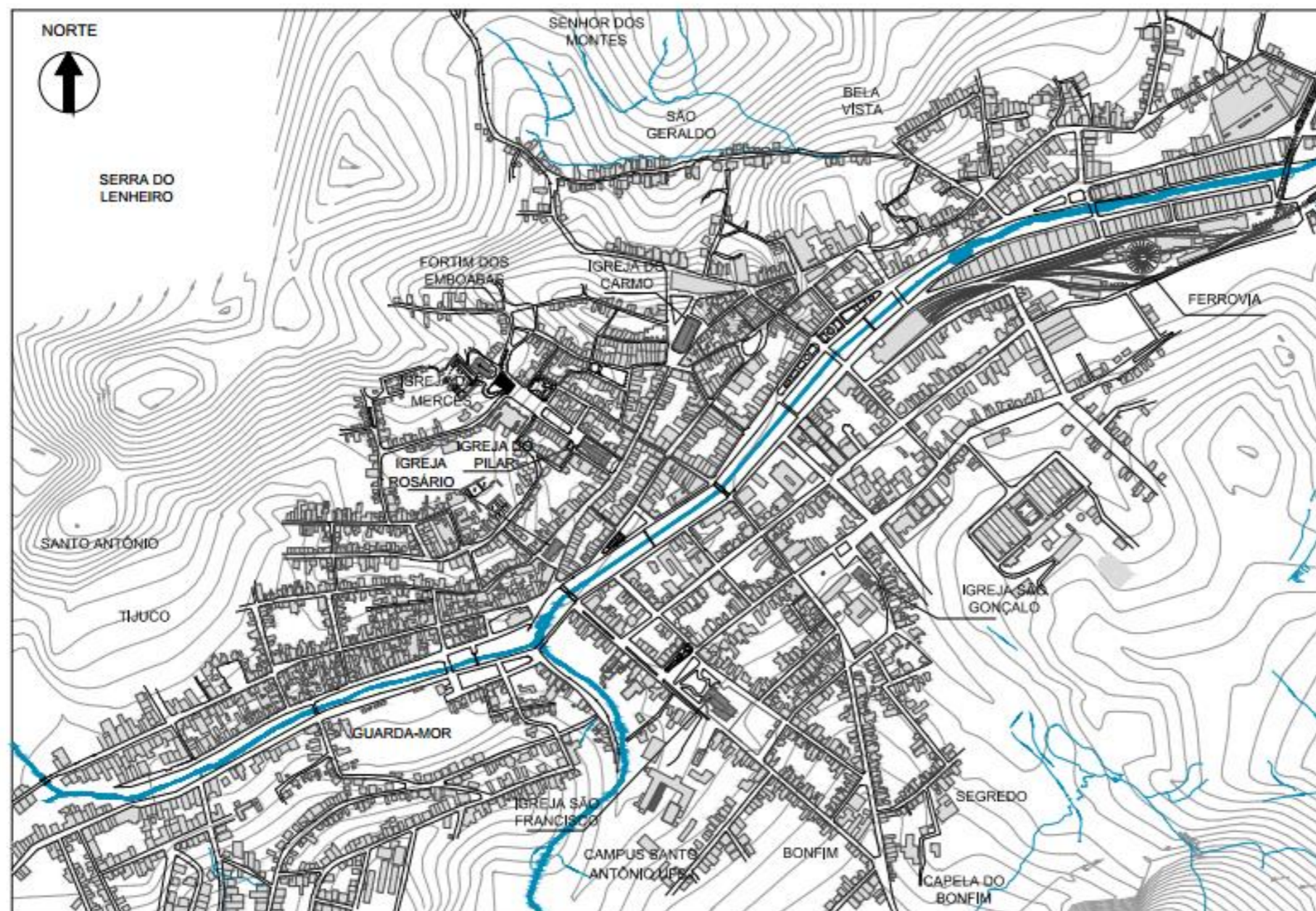
Motta (2002, p. 137) corrobora ainda que “não há dúvida da importância dos estilos arquitetônicos e do conforto que a uniformidade de um conjunto urbano proporciona, tampouco de seu significado como indicador da produção de um povo” e completa que “são os aspectos que revelam os espaços edificados como produtos culturais e documentos da história, independentemente de suas qualidades estético-estilísticas”.

### **A análise da forma urbana conforme a visão tripartite de Conzen**

O plano urbano do centro histórico é caracterizado, nesse período, pela salvaguarda das características arquitetônicas e urbanísticas do conjunto colonial tombado, assim como pelas edificações relevantes tombadas individualmente. O tombamento do centro histórico propiciou o crescimento urbano das demais regiões da cidade, possibilitando a formação de outras centralidades voltadas para a região da Avenida Leite de Castro e bairro de Matosinhos, além dos morros e encosta, uma vez que a forma de uso do solo era mais permissiva, conforme representado na Figura 59.



Figura 59 – Quinto Período Morfológico de São João del-Rei: O tombamento e a rerratificação pelo IPHAN (1938-1990).



REGIÃO IGREJA PILAR  
(Palimpsesto urbano)



REGIÃO IGREJA SÃO FRANCISCO  
(Lotes burgueses)



**QUINTO PERÍODO MORFOLÓGICO**  
**O TOMBAMENTO E A RERRATIFICAÇÃO PELO IPHAN 1938-1990**  
 Fonte: Mapa do Plano Diretor de São João del Rei (2006).  
 Interpetração e elaboração: Tatiana Paiva, 2018.

0m 100m 200m 300m



**LEGENDA**

- CAMINHOS PRIMITIVOS
- CÓRREGO DO LENHEIRO
- VIAS SECUNDÁRIAS
- CURSOS D'ÁGUA
- LINHA FÉRREA
- IGREJAS E CAPELAS
- EDIFICAÇÕES

Fonte: Elaborado pela autora em abril de 2018.



Em meados do século XXI, novos loteamentos foram implantados nas adjacências do centro histórico como Vila São Bento, Águas Gerais, Senhor dos Montes, São Geraldo, Bela Vista, Vila Santa Terezinha, Vila Alberto Magalhães e Matosinhos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1983, p. 8-9), como pode ser observado nas Figuras 60 e 61. No bairro São Geraldo, é aberta uma via que o interliga o bairro Fábricas ao bairro Senhor dos Montes, ao norte, surgindo também outras vias secundárias que interligam o bairro do Bonfim ao bairro Segredo, ao sul.

Figura 60 – Complexo Ferroviário de São João del-Rei e ao fundo a formação dos bairros Fábricas e Matosinhos.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Figura 61 – Vista aérea da cidade de São João del-Rei.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Assim, o plano urbano e seu traçado sofrem alterações consideráveis nas regiões do entorno do conjunto tombado, sobretudo na região situada no prolongamento da Rua Santo Antônio, a oeste, Rua do Tijuco (em 2018, Rua General Osório), a sudoeste, e na região do Alto das Mercês próximas à Rua das Flores, ao norte. A região próxima à Santa Casa desenvolve-se com a implantação do 11<sup>a</sup> Batalhão da Infantaria da Montanha e expansão da Avenida Oito de Dezembro, da Rua Nossa Senhora do Pilar, ambas a sudeste, e nas ruas próximas ao Complexo Ferroviário, a leste.

Nesse período são construídas as pontes Presidente João Pinheiro (antiga Água Limpa) e Padre José Anchieta (antiga Nossa Senhora do Pilar), interligando o Matosinhos ao centro e a Rua Padre José Maria Xavier à Praça Fausto Mourão, respectivamente, propiciando o crescimento na direção dessas regiões. Com o processo de expansão e adensamento das outras regiões da cidade, o tecido



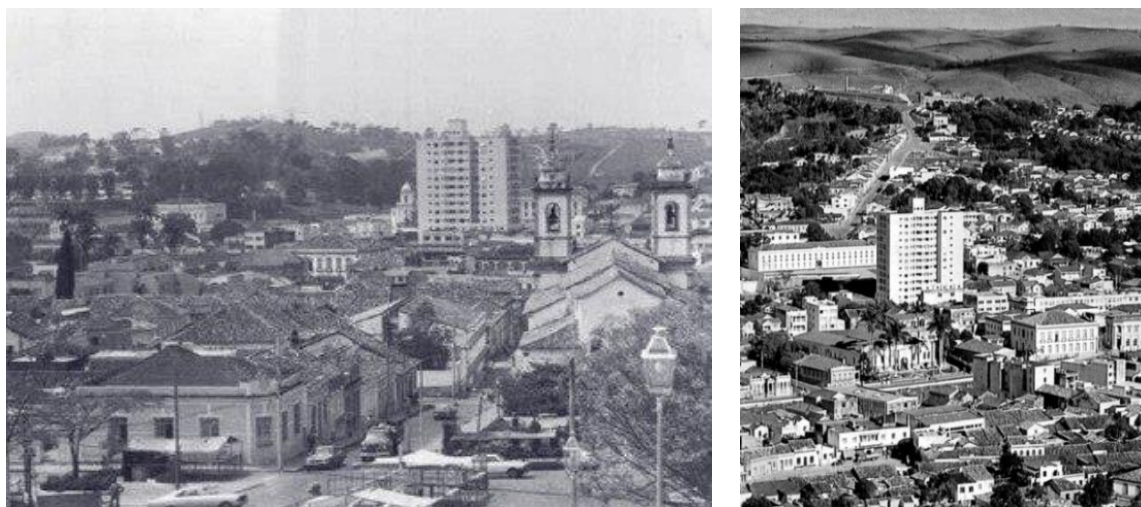
urbano do conjunto tombado não apresenta evolução no traçado das ruas situadas nos logradouros citados na Certidão de Tombamento nº 45A.

A forma urbana, a partir da proteção do centro histórico, se mantém resguardada, sendo poucas as possibilidades de alteração para além das características incluídas no tombamento e no Decreto-Lei nº 25/1937. Porém, devido às diversas tensões ocorridas após a salvaguarda, houve descaracterizações e diversas demolições no centro histórico, sobretudo na Rua Marechal Deodoro, Praça Doutor Salatiel, Praça Severiano de Rezende, se estendendo pela Rua General Osório. Essas demolições ocorreram ainda na Rua Getúlio Vargas e na Rua Padre José Maria Xavier (até a Rua Ribeiro Bastos, sua extensão em direção à Capela do Senhor Bom Jesus do Bonfim).

Nesse contexto, há a permanência dos lotes caracterizados como lotes burgueses na Rua da Prata (em 2018, Padre José Maria Xavier), voltados para o Córrego da Água Limpa, havendo desmembramentos a partir do Colégio Santo Antônio e Beco dos Bispos. O bairro Bonfim e Segredo possuem um maior adensamento e ocupação dos lotes. Na região da Rua Getúlio Vargas, ocorrem diversos desmembramentos, mantendo a tipologia alinhada à testada do imóvel, porém, com redução das dimensões do lote e diminuição considerável das áreas destinadas ao quintal (ver os mapas apresentados na Figura 59).

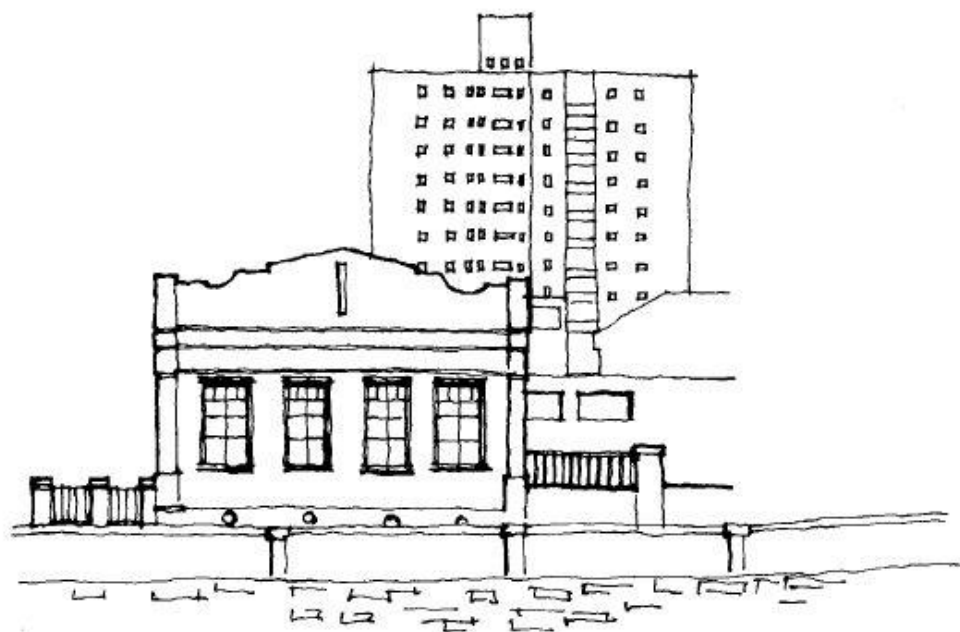
A edificação inserida na paisagem, após o tombamento, que mais se destaca é o Edifício São João, que altera a linha de inserção das demais edificações no que diz respeito à altimetria e ao estilo arquitetônico, contribuindo negativamente para a ambiência do conjunto, como pode ser observado nas Figura 62 e 63.

Figura 62 – Inserção do Edifício São João na paisagem urbana do centro histórico.



Fonte: Autor desconhecido, (s/d). Acervo Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.

Figura 63 – Inserção do Edifício São João na paisagem urbana do centro histórico.



Fonte: Fundação João Pinheiro, 1984.

#### 4.2.3 A expansão e a paisagem urbana (1990-2018)

O sexto período morfológico se inicia em 1990 e está presente até o ano de 2018. Na análise desse período, podemos considerar as consequências da preservação do conjunto tombado e a expansão urbana para as demais regiões da cidade. A economia da região continua voltada para as atividades agropastoril, comercial e

para o turismo como forma de atrair novos investimentos para a cidade, tanto de hotelaria, como de eventos (Fundação João Pinheiro, 1984). Com a criação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), estabelecida nos *campi* de Santo Antônio (1917), Dom Bosco (1996) e o Centro Universitário Presidente Tancredo Neves (1986), novas centralidades são criadas com a indução estudantil da região próxima a estes.

Neste período morfológico, é implementado de forma efetiva o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de São João del-Rei (criado em 1984, por meio do Decreto Municipal nº1.311, porém, sem exercício até 1998) e a área de atuação deste é ampliada em relação a área de atuação do IPHAN, incluindo as edificações ecléticas inseridas na grandes avenidas, assim como as protomodernas e modernas, como pode ser observado no Figura 64, na qual são diferenciadas a delimitação de cada órgão.

Figura 64 – Mapa das edificações tombadas pelo IPHAN e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural em São João del-Rei.



Fonte: Estudo Normativa Delimitação de perímetro Tombado, 2007. Autoria Vanessa Brasileiro. Arquivo do Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei.



Após o tombamento e a definição da área protegida pelo IPHAN em São João del-Rei, houve expansão considerável do plano urbano para as demais regiões localizadas no entorno do conjunto tombado. Cabe destacar que o tombamento do IPHAN, em 1938, considerou apenas as edificações e a formação urbana do período colonial, pautada na unidade e na harmonia do conjunto arquitetônico e urbanístico do período colonial como representantes autênticos da verdadeira identidade nacional (MOTTA, 2012).

O plano urbano é formado por uma malha orgânica caracterizada pelo surgimento das primeiras vias situadas próxima à Região do Pilar, pois esse assentamento ocorreu de forma mais espontânea, se adequando ao relevo nos períodos da Morfogênese e no início da criação da vila, acompanhando o eixo delimitador do Córrego do Lenheiro, como pode ser observado nas Figuras 65 e 66.

Figura 65 – Vista aérea do Córrego do Lenheiro e do centro histórico de São João del-Rei.



Fonte: Autoria Albatroz Imagens Aéreas, 2018. Acervo “Eu amo São João del-Rei”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Amosaojoao/>>. Acesso em: 20 de junho de 2018

Figura 66 – Vista do Córrego do Lenheiro como eixo em perspectiva e a implantação das edificações nas margens laterais ao seu curso.



Fonte: Tatiana Paiva, Maio de 2017

O traçado urbano originado nos períodos posteriores ao surgimento da vila ocorreu de maneira ortogonal, com a disposição de lotes e quadras maiores, conforme representado na Figura 67. A predominância de novas ocupações em áreas com elevada declividade ocorre com maior frequência nos bairros Alto das Mercês, São Geraldo, rua de acesso ao Senhor dos Montes e bairro Bela Vista. A ocupação das encostas e das demais regiões periféricas ocorre de forma desordenada e espontaneamente, uma vez que essas áreas não possuem fiscalização e atuação por parte da municipalidade.



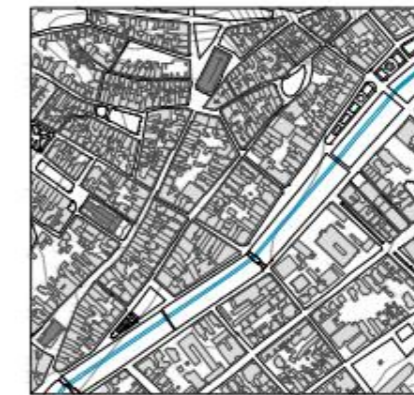
Figura 67 – Sexto Período Morfológico de São João del-Rei: A expansão e a paisagem urbana (1990-2018).



**SEXTO PERÍODO MORFOLÓGICO**  
**A EXPANSÃO E A PAISAGEM URBANA 1990-2018**  
 Fonte: Mapa do Plano Diretor de São João del Rei (2006).  
 Interpretação e elaboração: Tatiana Paiva, 2018.

0m 100m 200m 300m

- LEGENDA**
- CAMINHOS PRIMITIVOS
  - CÓRREGO DO LENHEIRO
  - VIAS SECUNDÁRIAS
  - CURSOS D'ÁGUA
  - LINHA FÉRREA
  - IGREJAS E CAPELAS
  - EDIFICAÇÕES



REGIÃO IGREJA PILAR  
(Palimpsesto urbano)



REGIÃO IGREJA SÃO FRANCISCO  
(Lotes burgueses)



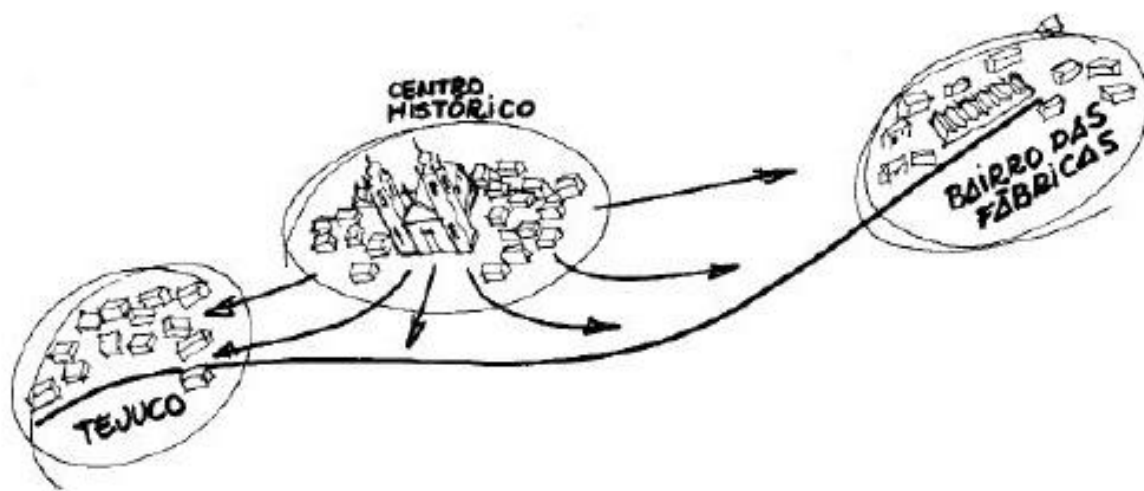
Fonte: Elaborado pela autora em abril de 2018.



Nesse período, houve de forma intensa a expansão da malha urbana de São João del-Rei para os bairros adjacentes, como o bairro de Matozinhos, Nossa Senhora de Fátima, Jardim América, Vila Santo Antônio, Vila Militar e o Tijuco (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1983, p.10). Além disso, houve o adensamento de ocupações residenciais na região do bairro São Caetano, ao sul, São José, ao norte, e no Tijuco<sup>36</sup>, a noroeste, que possuíam baixa ocupação.

A Avenida Oito de Dezembro se prolonga a sudeste, apresentando uso residencial e institucional, como hotéis, fórum, sede do Corpo de Bombeiros e do Ministério Público de Minas Gerais. Essa expansão urbana promove novas centralidades, facilitando a oferta de serviços e mercadorias entre os bairros, conforme croqui esquemático exposto na Figura 68.

Figura 68 – Expansão comercial de São João del-Rei.



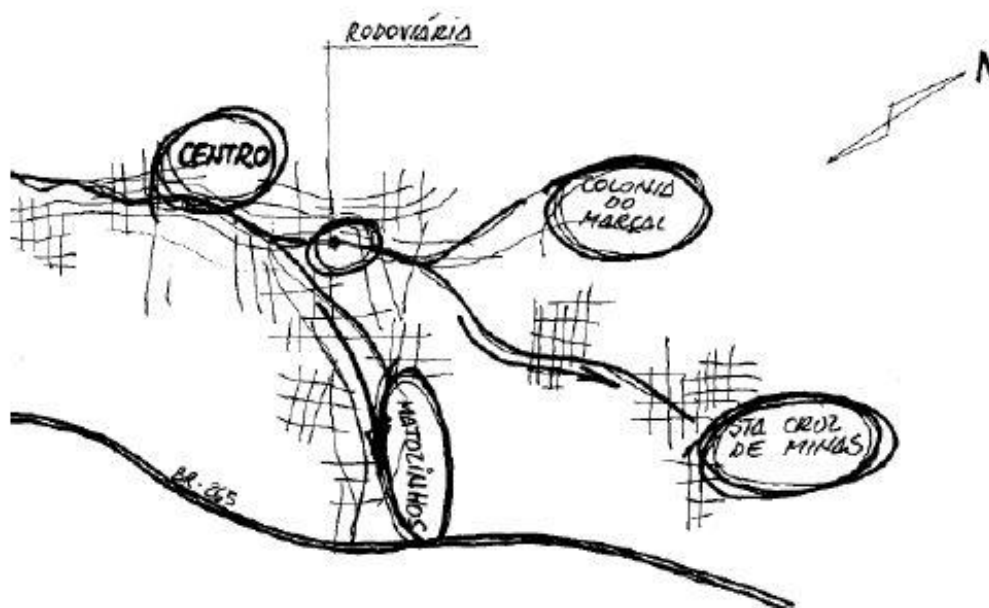
Fonte: Fundação João Pinheiro, 1984, p. 47.

Como pode ser observada na Figura 69, a expansão urbana promoveu a junção entre o Centro, a Colônia do Marçal, Matosinhos e Santa Cruz de Minas (anteriormente, Porto Real de Passagem). Surgem nesses períodos os loteamentos

<sup>36</sup> O bairro do Tijuco é escrito por alguns pesquisadores como “Tejuco”, sendo usualmente identificado dessa maneira pela população local. O mesmo ocorre com o bairro e a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, por vezes escrita como “Matozinhos”.

ao longo das rodovias federais de acesso à cidade (sentido Lavras, Belo Horizonte, Barbacena e São Paulo), bem como os condomínios fechados, como o Colinas Del Rei.

Figura 69 – Junção entre os núcleos urbanos de São João del-Rei.



Fonte: Elaborado por Luiz Fernando Costa. Fundação João Pinheiro, 1984, p. 46.

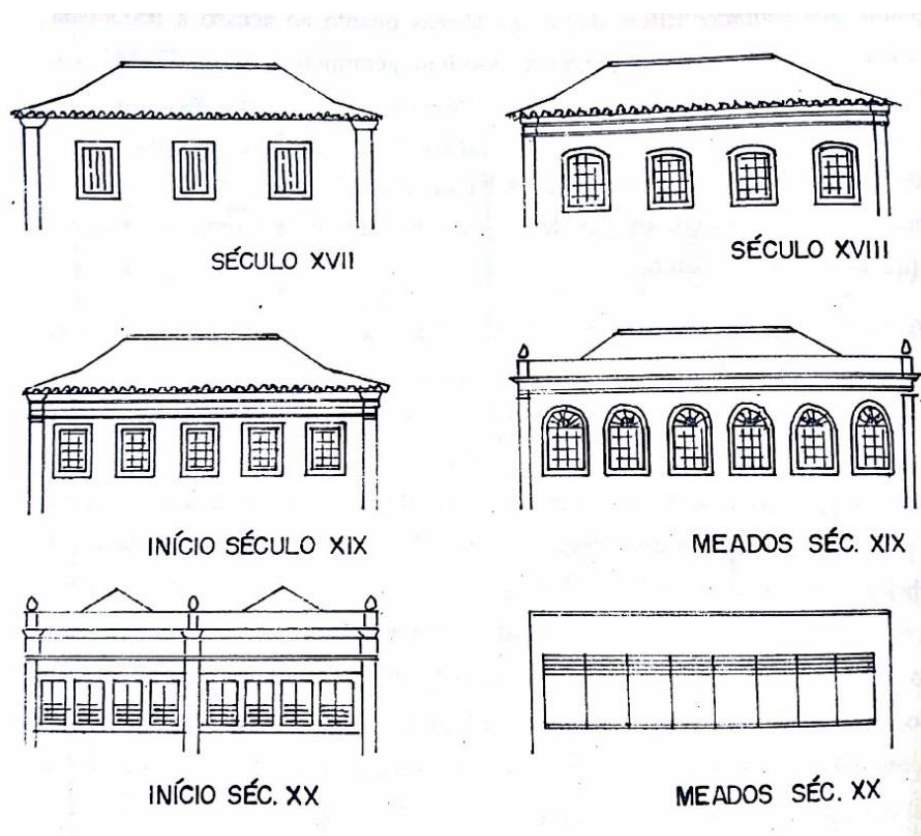
Na região da Igreja do Pilar, pode-se observar que o tecido urbano mantém as características anteriores, porém, o fundo dos lotes é ocupado por novas edificações, promovendo adensamento do centro das quadras, sem, contudo, alterar as características protegidas do conjunto tombado. Na região da Igreja de São Francisco, alguns lotes mantêm o padrão dos lotes burgueses, sobretudo, os que se encontram situados no início do logradouro, próximos à Ponte do Rosário.

A maioria dos lotes foram desmembrados e apresentam adensamento na porção posterior dos lotes. O adensamento e a redução das áreas verdes ocorrem de maneira mais proeminente nesse período, quando os fundos de lotes são completamente ocupados em sua maioria (no centro histórico) e as áreas verdes impermeabilizadas, como pode ser observado na Figura 67, na qual é apresentada a análise do sexto período morfológico.

O desenvolvimento econômico foi diretamente expresso nas edificações como forma de demonstrar o progresso com a implementação de novos estilos arquitetônicos. A evolução dos tipos edilícios oriundos das transformações ocorridas na malha urbana no centro histórico é facilmente reconhecida na paisagem, sobretudo, com a verticalização das edificações, que passam a ter três e quatro pavimentos como forma de se aproveitar o coeficiente de ocupação do terreno, promovendo o adensamento do tecido urbano.

Essa evolução dos tipos edilícios é ilustrada por Lima (1997)<sup>37</sup>, em seu artigo intitulado “Arquitetura São-Joanense do século XVIII ao XX”, no qual explana sobre a evolução das técnicas construtivas das plantas baixas e da composição arquitetônica das fachadas, como pode ser observado na Figura 70.

Figura 70 – Síntese da evolução das fachadas das edificações do centro de São João del-Rei.

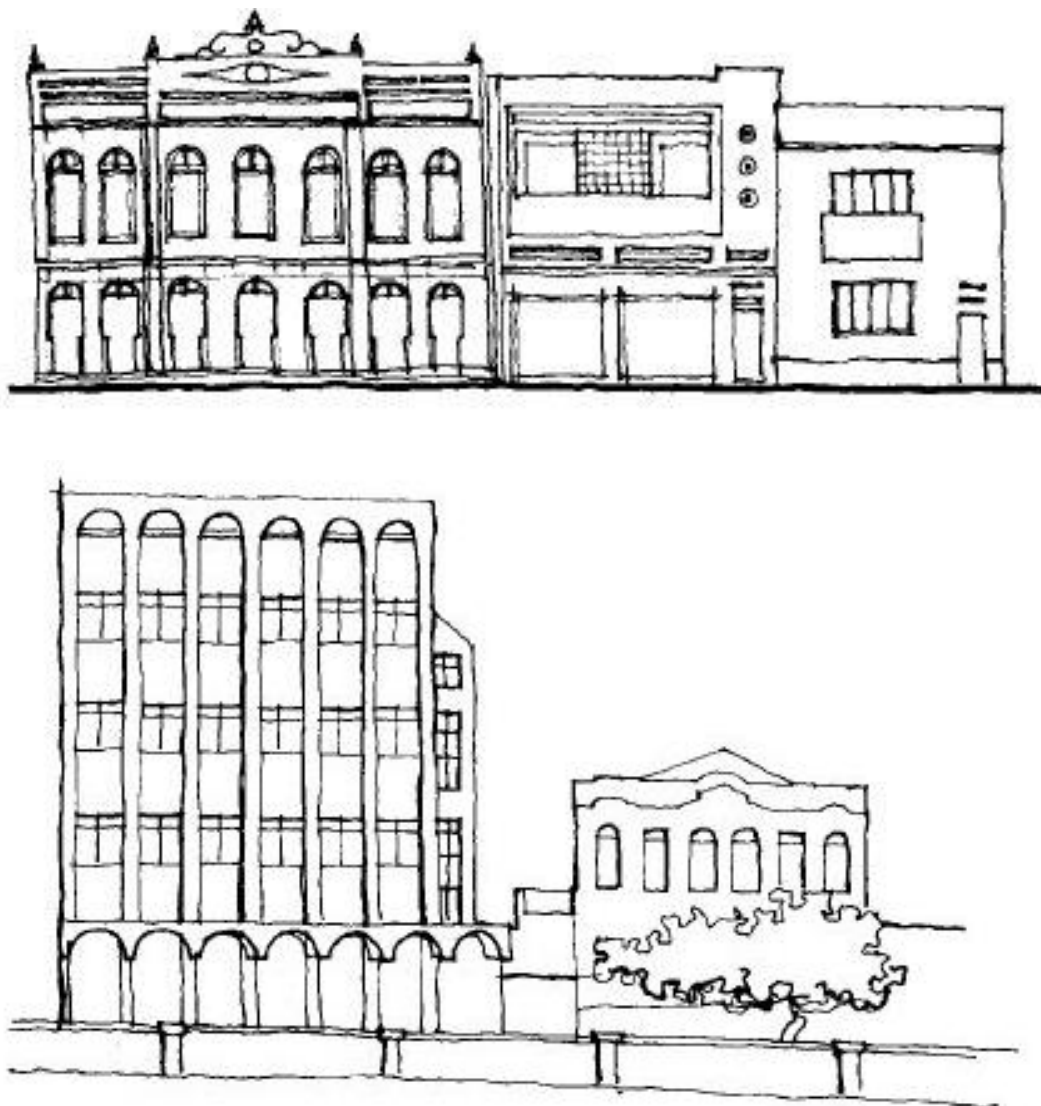


Fonte: Lima, 1997, p. 54 e 56.

<sup>37</sup> Acredita-se que Lima (1997) se baseia nos croquis da evolução dos estilos arquitetônicos ilustrados por Lúcio Costa, contidos no artigo intitulado “Documentação Necessária”, publicado na Revista do IPHAN, nº 01, 1937, páginas 31 a 39, disponível no site da Instituição (<http://portal.iphan.gov.br/>).

No contexto da expansão urbana, ocorre, ainda, a verticalização das edificações como forma de maior aproveitamento do terreno, originando edifícios com pavimentos médio de até quatro pavimentos, e acima de dez pavimentos de formas mais pontuais. De acordo com a Fundação João Pinheiro (1984, p.30), a arquitetura “moderna rompeu intencionalmente com o passado, provocando descontinuidade visual na cidade”, comprovando, assim, que a inserção de novos estilos altera significativamente a paisagem da cidade. Tais aspectos podem ser observados na Figura 71.

Figura 71 – Evolução das fachadas das edificações situadas no centro de São João del-Rei.



Fonte: Fundação João Pinheiro, 1984.



Visando sintetizar as modificações ocorridas na forma urbana do centro histórico de São João del-Rei ao longo do tempo, serão utilizadas as Figuras 72 e 73 para entendimento e compreensão das transformações acrescidas no plano urbano, das quadras e dos lotes, por meio do uso e ocupação do solo. As Figuras permitem a compreensão da unicidade do centro da cidade, por meio da organização espacial e por meio da historicidade da paisagem urbana oriundas de suas permanências e da identidade (CONZEN, 2004).

Para facilitar a comparação entre estas, foram identificados os tipos especializados implantados na paisagem do centro histórico para melhor entendimento das modificações ocorridas nos tecidos urbanos na Figura 74. Observa-se alteração significativa do tipo edilício, da ocupação dos lotes e das quadras e a diminuição das áreas verdes, possibilitadas, principalmente, pelo fundo de lotes e espaços urbanos vazios na cidade. O traçado urbano visualizado na primeira foto de André Bello (1910) se mescla as edificações na segunda foto (2017).

Cabe considerar que a fisionomia da paisagem urbana de São João del-Rei é marcada pelos elementos da arquitetura colonial que aparecem no casario e nas igrejas, emoldurados pelas serras de São José e Lenheiro e o Córrego do Lenheiro, situados em um vale, sendo esses elementos marcantes da paisagem, conforme analisado pela Fundação João Pinheiro (1984). A expansão urbana nas últimas décadas do século XX e início do século XXI propiciaram a ocupação das encostas e dos topos de morro de forma desordenada, sem planejamento urbano, podendo ser facilmente identificados na paisagem da Figura 74, assim como o adensamento e as verticalizações pontuais, como no caso do edifício São João, que se destaca na imagem.



Figura 72 – Panorâmica André Belo – 1910.



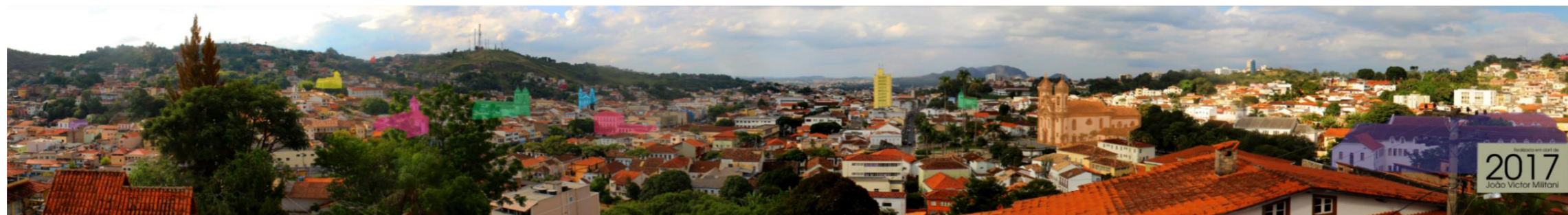
Fonte: André Belo, 1910. Acervo Escritório Técnico São João del-Rei.

Figura 73 – Panorâmica Recorte André Belo – 2017.



Fonte: João Victor Vilas Boas Militani, 2017. Cedido pelo autor.

Figura 74 – Comparação das edificações notórias da paisagem urbana de São João del-Rei, a partir das fotografias panorâmicas de André Belo (1910) e João Vitor Vilas Boas Militani (2017).



- |                                      |   |                                      |                                 |                           |
|--------------------------------------|---|--------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| ● Capela de Santo Antônio            | ● Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar | ● Edifício São João                  | ● Igreja São Francisco de Assis | ● Campus Santo Antônio    |
| ● Igreja de Nossa Senhora das Mercês | ● Igreja de Nossa Senhora do Carmo        | ● Museu Regional de São João del-Rei | ● Igreja de São Gonçalo Garcia  | ● Capela Senhor do Bonfim |
| ● Igreja de Nossa Senhora do Rosário | ● Ponte do Rosário                        |                                      |                                 |                           |

Fonte: André Belo, 1910, e João Victor Vilas Boas Militani, 2017. Modificada pela autora em junho de 2018.



Assim, percebe-se e ressalta-se a necessidade de criação de critérios, por meio de legislações urbanísticas, que possibilitem a preservação adequada da paisagem urbana do centro histórico, sobretudo, em decorrências das pressões sofridas pelo crescimento desordenado da cidade. Como observam Nascimento e Silva (2013, p. 768), a maneira como ocorre a expansão da cidade, sem recorrer as referências históricas, configuram-se como “perdas estruturais e estruturantes” que refletem no desenho urbano, em especial no espaço público e nas áreas verdes e áreas livres”.

Estas ausências favorecem a dissimulação na cidade de São João Del Rei e comprometem qualitativa e quantitativamente a produção do espaço, assim como a própria forma urbana, não apenas em seu sentido paisagístico, e imediatamente visível, mas sobretudo naquilo que diz do invisível e que está subjacente, nos subterrâneos das aparências. E aqui afirmamos o compromisso com questões fundamentais como a água e o solo naquilo que tange ao progresso e ao futuro. (NASCIMENTO; SILVA, 2013, p. 772).

Pode-se concluir que a estrutura urbana nesse período, traduz a sucessão das transformações ocorridas ao longo do tempo em todos os períodos morfológicos. Assim, a paisagem urbana se torna uma síntese da soma de transformações ocorridas em todos os períodos evolutivos, reforçando a formação destes pelas diversas camadas que compõem o tecido urbano de São João del-Rei, conforme síntese da evolução urbana apresentada de forma sucinta no capítulo a seguir.

## 5. A SÍNTESE DA EVOLUÇÃO URBANA DE SÃO JOÃO DEL-REI

A transformação do espaço urbano é compreendida a partir das múltiplas imagens singulares que compõe a paisagem urbana da cidade. O processo histórico-social estabelecido pela sua formação determina sua consolidação no espaço, como consequência da complexidade das relações sociais, pois, segundo Yázigi (2003), a construção de uma nova cidade gera a construção de uma nova paisagem.

Assim, considerando que cada cidade possui uma paisagem urbana histórica singular, decorrente da formação e das características do sítio geográfico de implantação, esta pesquisa procurou investigar as qualidades da paisagem edificada, resultantes da percepção do observador, por meio da compreensão da imagem e do visual da cidade. Nesse sentido, Yázigi (2003) afirma, ainda, que o estudo da forma urbanística que configura a paisagem de uma cidade se faz relevante no processo de apropriação desta por quem a observa.

O povoado cresce como lhe convém, espicha e encolhe, conforme seu estágio de desenvolvimento; ameniza os aclives com traçados coeantes, absorve os terrenos mais favoráveis e rejeita os impróprios, participando da vida de seus habitantes, como uma entidade também viva e livre das contenções determinadas por regras fixas ou tentativas de racionalização divorciadas da realidade. (VASCONCELOS, 2004, p.147).

Como ressalta Del Rio (1996, p. 3), a percepção é utilizada como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, por meio de mecanismos perceptivos e cognitivos. Os primeiros mecanismos estão voltados aos estímulos externos e moldados pelos sentidos, enquanto os segundos se relacionam à contribuição da inteligência, uma vez que a mente não responde somente a partir dos sentidos.

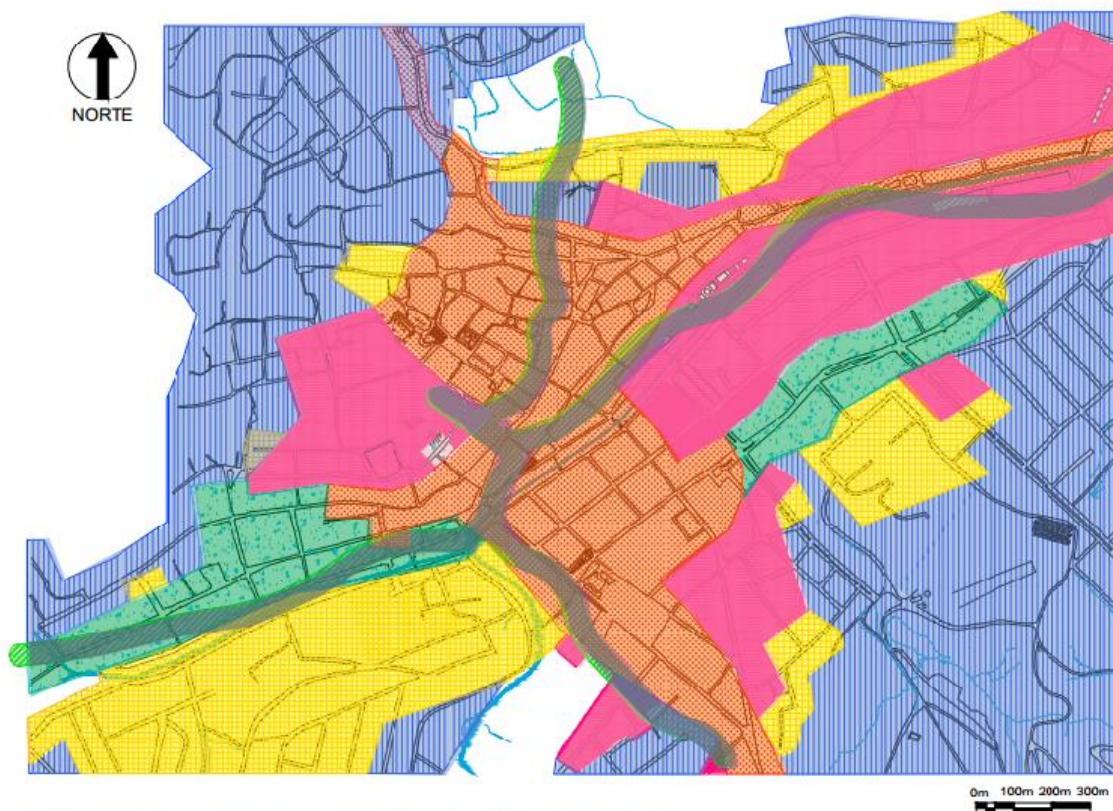
A escolha pelo centro histórico de São João del-Rei enquanto conjunto tombado, se dá pelo fato de o centro das cidades serem identificados como o lugar mais dinâmico da vida urbana. Os centros são referenciais históricos escolhidos para a localização de diversas instituições públicas e religiosas, tendo “sua centralidade fortalecida pela somatória de todas essas atividades, e o significado, por vezes, extrapola os limites da própria cidade” (VARGAS e CASTILHO, 2015, p. 1).

Entre os fatores determinantes para a estruturação das cidades, a geografia e a topografia do terreno, a natureza do solo e o clima têm papel fundamental para o desenvolvimento das cidades como expressão física, de acordo com Teixeira (2012). Tais fatores aliados aos de ordem cultural, sociais, políticos, morais e religiosos, que estruturam a sociedade, refletem-se também na organização urbana. Dessa maneira, “a cidade resulta da síntese desses diferentes componentes, e é nas formas específicas de sua articulação que qualquer cidade deve ser entendida” como complementa o autor (TEIXEIRA, 2012, p. 12).

Assim, o estudo da evolução urbana se constitui como método de interpretação da paisagem para a compreensão do significado das formas como expressão de forças que a influenciam, e que, conseqüentemente, revelam as qualidades da forma como singulares de uma paisagem em um determinado período (PEREIRA COSTA e GIMMLER NETTO, 2015). Para concluir a análise dos períodos morfológicos conforme os mapas apresentados, segue uma síntese da evolução urbana na Figura 75, em que se demonstra a característica da forma ao longo dos períodos morfológicos.



Figura 75 – Mapa Síntese: Evolução urbana de São João del-Rei nos períodos morfológicos.



MAPA SÍNTESE - EVOLUÇÃO URBANA DE SÃO JOÃO DEL-REI

Fonte: Mapa do Plano Diretor de São João del Rei (2006).

Interpretação e elaboração: Tatiana Paiva, 2018.

LEGENDA

<p>1º PERÍODO MORFOLÓGICO MORFONGÊNESE 1704-1713</p> <p>2º PERÍODO MORFOLÓGICO CRIAÇÃO DA VILA DE SÃO JOÃO DEL REI 1713-1838</p> <p>3º PERÍODO MORFOLÓGICO A CIDADE DE SÃO JOÃO DEL REI 1838-1881</p>	<p>4º PERÍODO MORFOLÓGICO A ESTRADA DE FERRO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 1881-1938</p> <p>5º PERÍODO MORFOLÓGICO O Tombamento e a RERATIFICAÇÃO 1938-1990</p> <p>6º PERÍODO MORFOLÓGICO A EXPANSÃO E A PAISAGEM URBANA 1990-2018</p>
---	--

Fonte: Elaborado pela autora em maio de 2018.

A partir do desenho de figura-fundo, Figura 76, percebe-se a acumulação de formas e camadas em cada período morfológico, sendo possível compreender a formação do sistema viário, das quadras e da forma urbana ao longo do tempo, tendo como principal agente estruturador o Córrego do Lenheiro. A análise dos períodos morfológicos se baliza na evolução da forma a partir do entendimento dos períodos históricos e a compreensão dos períodos evolutivos, de forma a identificar os eventos ocorrido em São João del-Rei, nos vieses político, econômico e social e a relação com a paisagem urbana.

Figura 76 – Mapa Figura-Fundo da evolução urbana de São João del-Rei.



Fonte: Elaborado pela autora em abril de 2018

Assim, essa análise residiu na percepção da acumulação de formas identificando as alterações ocorridas nas edificações e na ocupação dos lotes de forma a compreender o caráter e o valor da paisagem histórica. A partir da análise da evolução urbana de São João del-Rei, foi possível identificar as várias camadas que compõem a forma da região central, sobretudo, aquela que compreende o conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo IPHAN, possibilitando o entendimento do desenvolvimento histórico e da forma da cidade que produziram acumulação de formas na paisagem urbana em cada período morfológico analisado.

A partir da análise desses períodos, percebe-se a evolução da paisagem urbana e dos seus processos de intervenções ao longo do tempo, evidenciando que a sociedade sempre registra seus padrões estéticos e culturais transformando-os em valores simbólicos e propiciando a percepção do usuário da qualidade dos elementos contidos no espaço urbano, o que será objeto de estudo do próximo capítulo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é composta por vários tecidos, formando uma verdadeira malha de retalhos antigos e novos, que se mantêm ou são substituídos, por meio da alteração das antigas morfologias e pela justaposição de novas formas e tipologias arquitetônicas, em um processo contínuo de renovação e acumulação, compreendido como palimpsesto urbano. Assim, pode-se definir a cidade como um organismo urbano que funciona como sistema, no qual os elementos que a compõem atuam de forma conjunta, como observa Moudon (1997).

A cidade de influência portuguesa, como observa Teixeira (2012, p. 12), é morfologicamente diferente em cada momento histórico, pois não há uma cidade portuguesa imutável no tempo, mas formas e concepções urbanas que vão evoluindo, como resultado de múltiplas influências, sejam estas herdadas historicamente ou oriundas da cultura urbana erudita em permanente mutação. O autor considera, ainda, que é consequência de perceptíveis ligações sequenciais que se articulam de diferentes formas e nos quais reconhecemos um fundo de permanência ao longo do tempo, pois “são esses elementos de continuidade e de permanências, observados quer nas morfologias, quer nos processos de concepção e de desenho, que podemos considerar as invariantes do urbanismo português”.

Dessa maneira, para estudo e compreensão da formação urbana, foi utilizada a Escola Inglesa de Morfologia Urbana, na qual o processo de análise por meio dos períodos morfológicos é primordial para entendimento das qualidades do espaço construído. A análise dos períodos morfológicos permitiu compreender as transformações na paisagem urbana oriunda do seu aspecto desenvolvimentista, baseada no entendimento das ações sociais que moldam a forma urbana e dos seus processos de transformação ao longo do tempo. A escolha pelo centro histórico se deu pelo fato desta área dar origem à forma estabelecida pela acumulação intensiva no tecido nos diferentes períodos morfológicos, conferindo maior historicidade e estratificação (CONZEN, 2004).



O estudo morfológico da forma urbana de São João del-Rei, permitiu compreender a relação existente entre os espaços livres, subsidiando a análise posterior da paisagem. Para compreensão da forma, foi analisado o estabelecimento da malha por meio de traçados, funções e ambiências diferentes que possibilitam a concepção do espaço urbano e o reconhecimento dos elementos que compõem a paisagem urbana de forma distinta.

A análise morfológica realizada por meio da visão tripartite (CONZEN, 1960), possibilitou o entendimento do traçado urbano, do plano, dos usos e do tecido, colaborando para compreensão de sua evolução, desde o surgimento das primeiras ocupações até a contemporaneidade. Com isso, pôde-se identificar as transformações ocorridas no território e nos estilos arquitetônicos de maneira a entender a singularidade da paisagem salvaguardada de São João del-Rei como centro histórico tombado pelo IPHAN, sobretudo, em relação às demais cidades tombadas como representantes do Ciclo do Ouro em Minas Gerais.

Cabe destacar que a paisagem urbana é consequência de um ambiente dinâmico, em constante desenvolvimento, sendo produto das mudanças e do desenvolvimento da cidade (CONZEN, 1966). Assim, este trabalho procurou contribuir para identificação e caracterização da paisagem urbana de São João del-Rei por meio do reconhecimento de suas qualidades e de seus valores. Nesse sentido, pode-se compreender a paisagem como a expressão morfológica das diversas formas de ocupação e consequente transformação do ambiente em um determinado tempo (MACEDO, 1999).

O reconhecimento da paisagem urbana do centro histórico de São João del-Rei como unidade, e não apenas como fragmento, se torna importante para a manutenção, a gestão e a conservação do conjunto, sobretudo, em uma sociedade em que a substituição e a renovação se faz como consequência imediata da modernidade. A singularidade e o caráter único da paisagem possibilitam a definição de valores e de significados específicos a partir das percepções dos usuários, propiciando a leitura da identidade da paisagem como um todo.



Assim, a cidade é implantada segundo um plano regular, levando em consideração as particularidades do sítio, pela definição das principais vias estruturantes sobre as linhas naturais do território e da localização de edifícios notáveis em posição dominante, como igrejas e fortim (TEIXEIRA, 2012, p. 18). As igrejas são elementos primordiais na paisagem urbana, destacando-se como elementos de referência visual em evidência nos largos e nas praças, como destaca Oliveira e Santos Filho (2010, p. 13).

Em São João del-Rei, no que diz respeito às políticas de preservação do patrimônio cultural no centro histórico, pode-se destacar a atuação de dois órgãos, um municipal, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, e outro federal, o IPHAN. Como dito, a área de atuação do conselho municipal, embora coincida com a área delimitada pelo IPHAN, é mais extensa e engloba o conjunto eclético, protomoderno e moderno construídos nas novas avenidas estabelecidas com o surgimento da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Embora São João del-Rei possua uma singularidade em relação às demais cidades tombadas em Minas Gerais, o tombamento federal considera apenas as características do período colonial, considerando como relevantes as edificações e as áreas que mantivessem unidade e harmonia relevantes desse período.

No entanto, entende-se que para a devida proteção do conjunto tombado, devem-se considerar as características de todo o centro histórico estabelecido ao longo do Córrego do Lenheiro, mesmo que em períodos históricos distintos, pois se estabelece como importante elemento estruturador da paisagem e da forma urbana. A arquitetura e as características urbanísticas ao longo do curso d'água formam um conjunto homogêneo, partindo do Complexo Ferroviário até a Ponte do Rosário, que conferem singularidade ao centro histórico, confirmando a hipótese levantada, sobretudo, por possuir edificações relevantes em toda sua extensão. Assim, o surgimento da ferrovia, além de propiciar o desenvolvimento da cidade, promoveu alterações na forma, levando à substituição das camadas originais.

Cabe considerar ainda que a busca pelo entendimento do que originou a resistência à atuação dos órgãos de preservação pelos são-joanenses se confirmou como consequência da proteção e das diretrizes de preservação estabelecidas inicialmente pelo IPHAN, as quais diminuíram as possibilidades de renovação das edificações dentro do contexto de fortalecimento da economia regional na cidade. Dessa maneira, o tombamento é marcado por tensões e conflitos de interesses entre os órgãos de preservação e a elite dominante da cidade.

Como consequência direta, tem-se uma transformação acelerada da área de entorno do conjunto tombado no âmbito federal, que altera significativamente a paisagem urbana, com a inserção emblemática do edifício São João, maior ícone do “progresso” da cidade e dos interesses da elite. Assim, para que as políticas de preservação do patrimônio sejam reconhecidas, é necessário um maior entendimento da população local da aplicação de tais políticas, dos seus significados e o seu reconhecimento. Além disto, vale a pena considerar, que embora a paisagem mantenha uma unidade entre si de forma geral, as pressões de adensamento no interior dos quarteirões e supressão das áreas verdes, assim como as ocupações desordenadas e espontâneas nas encostas de alta declividade na periferia do centro histórico, acarretam a descaracterização da paisagem colonial, contribuindo para a descaracterização do conjunto.

Assim, a pesquisa possibilitou analisar a cidade de São João del-Rei e suas dinâmicas sociais ao longo do tempo como elementos condicionadores da forma e como essas dinâmicas interferem na preservação e na conservação da paisagem urbana do conjunto tombado, dando continuidade aos aspectos relevantes para a qualidade da cidade. A imagem da cidade é marcada a partir das edificações e dos elementos urbanísticos integrados à paisagem como um grande conjunto, formado pelo córrego do Lenheiro e todo o espaço aberto que o cerca. Tais elementos convivem de forma homogênea, em grande harmonia e ligação de formas entre as edificações do período colonial, propriamente ditas, e as construções erguidas nos períodos seguintes, no fim do século XIX e início do século XX.

Dessa forma, a análise proposta nesta dissertação destaca a Morfologia Urbana como um campo interdisciplinar, desenvolvido especialmente a partir do entendimento do organismo urbano (MOUDON, 1997), no qual se une passado, presente e futuro na forma. Nessa perspectiva, pode-se concluir que a Morfologia se destaca como ferramenta adequada e oportuna para análise da forma urbana, desde o diagnóstico até a gestão da paisagem em estudo, podendo cumprir o papel de integradora dos processos conservação, planejamento e intervenção do território.

A manutenção das paisagens urbanas históricas se torna importante ferramenta para gestão das cidades, pois isso se integra com o conceito ampliado, da contemporaneidade, de preservação do patrimônio urbano, como observa Pereira Costa e Gimmler Netto (2015, p. 65), sendo necessário eleger o que deve ser preservado e de que modo, porque a tendência à transformação é inerente a qualquer paisagem urbana. Assim, espera-se com este estudo contribuir para a formulação de políticas públicas que possibilitem a regulamentação do uso do solo aplicável, assim como ordenar o crescimento urbano da cidade, com propostas que visem a manutenção e a preservação da paisagem urbana de forma a fortalecer a imagem e as características das cidades que a tornam singular.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Luís de Melo. **Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar**. 2 ed. São João del Rei: 1994. 105 p.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. 244 p.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como história da cidade**. Tradução Pier Luigi Cabra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 290 p.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Municípios Mineiros**. São João del Rei. Belo Horizonte, [2010]. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/>>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, SATERB, 1971. p. 541.

BATTY, M.; LONGLEY, P. **Fractal cities: a geometry of form and function**. London: Academic Press, 1994. 394 p.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 84-91.

BERTRAND, Georges. **Paisagem e geografia física global – esboço metodológico**. Tradução Olga Cruz. São Paulo: IGEOUSP, 1971. 27 p. (Cadernos de Ciências da Terra, 13).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.766/79, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm)>. Acesso em: maio de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 25/1937, de 30 de nov. de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 nov. 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em: maio de 2017.

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. São Paulo: Editora Itatiaia; Edusp, 1976. 366 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Ciclones e Macarés: O Parlamento na história de Belo Horizonte**. Organização Guilherme Nunes de Avelas Neto. Belo Horizonte: CMBH, 2010. 928 p.

CANNIGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Architectural composition and building typology: interpreting basic building**. Firenze: Alinea Editrice srl, 2001.

\_\_\_\_\_. **Interpreting Basic Building: Architectural Composition and Building Typology**. Firenze: Alinea, 2001.

\_\_\_\_\_. **Reasonable on typology: application of the procession typology in architecture**. Florence: Alinea, 1997.

CARSALADE, Flávio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. **Revista do Patrimônio**, IPHAN. Brasília, n. 36, p. 137-149, 2017.

CARVALHO, Marília de Fátima Dutra de Ávila. **Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX**. 2015. 298 p. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Ed. Paz e Terra. São Paulo. 2000. 590 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. **Revista Topos**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.134-138, jul./dez. 1999a.

\_\_\_\_\_. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 186-206.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. 379 p.

\_\_\_\_\_. Inventários urbanos como instrumento de preservação. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (Org.). **Espaço e cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 69-86.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2006. 264 p.



CONZEN, MRG. **Alnwick, Northumberland**: a study in town plan analysis Inst. Br. Geogr. Londres, n. 2, 1960.

\_\_\_\_\_. As paisagens urbanas históricas na Inglaterra – um problema de geografia aplicada. Tradução Stael de Alvarenga Pereira Costa com colaboração de Luana Rodrigues Godinho e Marina Salgado. In: CASTRIOTA, L. B. **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: EAUFMG/MACPS, 2010. p. 77-101. Publicado originalmente In: HOUSE. Northern Geographical Essays. Newcastle upon Tyne: J.R.W., 1966. p.56-78.

\_\_\_\_\_. **The urban landscape**: historical development and management. London: Academic, 1981a.

CONZEN, Michael P. Morphogenesis and Structure of the Historic Townscape in Britain. In: CONZEN, M. P. **Thinking about urban form**: papers on Urban Morphology, 1932-1998. Oxford: Peter Lang, 2004.

COSTA, Lúcio. **Lucio Costa**: registro de uma vivência. São Paulo, Arte Editorial, 1996. 616 p.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. 712 p.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. **Memória Arquitetônica da cidade de São João del Rei**. Ed. 43, 2014. 264 p.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. **Percepção Ambiental**: a experiência Brasileira. São Paulo: Studio Nobel/ UFSCar, 1996.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva; CIORD, 1979.

DIAS, José Carlos. Companhia Industrial São Joanense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei**, São João del-Rei, v. IX, 2000.

EFOM - **Relatório da Diretoria da Estrada de Ferro do Oeste (Minas)**, 1888.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação. 2 ed. 1995. 342 p.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Revista Educação & Sociedade**, CEDES, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FLORÊS, Ralf José Castanheira. **São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso.** 2007. 237 p. Dissertação de Mestrado. USP, Escola de Engenharia de São Carlos, 2007.

FREIREYSS, G.W. **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Diretoria de Projetos III. **Diagnóstico de São João del-Rei.** Belo Horizonte, 1984. 3v.

\_\_\_\_\_. **São João del-Rei: A região, a cidade, o Patrimônio de História e Arte.** Belo Horizonte, 1983.

\_\_\_\_\_. Circuito do Ouro – Campos das Vertentes. **Diretrizes para o desenvolvimento da Estrutura urbana e preservação do centro histórico de São João del-Rei.** Volume 2. Belo Horizonte, 1982.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 327 p.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/conheca-minas/rodovias>>. Acesso em: 27 de julho de 2017

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del-Rei (1831-1888).** São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES, Fábio Nelson. **Antônio Garcia da Cunha, o fundador de São João Del-Rei.** São João Del-Rei: Progresso, 1966 23 p. (Estudos Sanjoanenses, 1)

\_\_\_\_\_. **Ruas de São João del-Rei: Século XVIII – História Sumária.** São João del-Rei: ed, do autor, 1996.

GUIMARÃES, Geraldo. **São João El Rei: Século XVIII- História Sumária.** São João Del Rei: Edição do Autor, 1996. 147 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: 2014. 102 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2010. 349 p.

\_\_\_\_\_. **Espaço Urbano na “Aldeia Global”**: Reflexões sobre a condição urbana do capitalismo no final do século XX. Caderno arquitetura urbana, Belo Horizonte, n.4, p. 171-189, maio 1996.

HENRIQUES, José Cláudio. **Bairro de Matosinhos**: berço da cidade de São João del Rei. São João del Rei: UFSJ, 2003. 245 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e Pedras Preciosas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.2. São Paulo: DIFEL, 1968, p.293.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, 1997. 224 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1QBU>>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XXVII – Minas Gerais, R-S. 1959.

\_\_\_\_\_. **PLATAFORMA SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

IPHAN. **Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: 1938-2009 / (Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope). 5. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Arquivo Noronha Santos**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ans/>>. Acesso em: maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Escritório Técnico II de São João del-Rei**. Cópia Processo de Tombamento. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Legislações. Portarias. **Portaria nº420/2010**. [200-]a. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_420\\_de\\_22\\_de\\_dezembro\\_de\\_2010.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf)>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Legislações. Portarias. **Portaria nº187/2010**. [200-]a. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_187\\_de\\_11\\_de\\_junho\\_de\\_2010.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_187_de_11_de_junho_de_2010.pdf)>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Portal IPHAN. Coletânea Virtual. Legislações. Decretos. **Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937**. [200-]c. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 7 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2014. 590 p.

LARKHAM, P.; JONES, A. **Research Monograph by the Historical Geography Research Group of the Institute of British Geographers** (ISBN 1 870074 08 4). <<http://www.urbanform.org/glossary.html>>. 1980.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.130 p.

LEMOS, Celina Borges (org.). **Sylvio de Vasconcellos: Arquitetura, Arte e Cidade**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2004.

LIMA, Sérgio Fagundes de Souza. Arquitetura São-joanense do Século XVIII ao XX. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei**, São João del-Rei, v. VIII, 1995.

\_\_\_\_\_. **Rerratificação do Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Esritório Técnico de São João del-Rei, 1997.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP: CNPq: Laboratório da Paisagem, 1999.

MALDOS, Roberto. **Formação urbana de São João del-Rei**. São João del-Rei: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Esritório Regional de São João del-Rei, 1997.

\_\_\_\_\_. Histórico Urbano das ruas de São João del-Rei. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei**, São João del-Rei, v. XII, p. 349-373, 2007.

MELLO, Suzy. **Barroco mineiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 287 p.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano**. **Revista do Patrimônio**, IPHAN. Brasília, n. 36, 2017.

MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002. 295 p.

\_\_\_\_\_. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio**, IPHAN. Brasília, n. 22, p. 108- 122, 1987.

\_\_\_\_\_. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. **Revista do Patrimônio**, IPHAN. Brasília, n. 34, p. 249- 279, 2012.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. **Journal online Urban Morphology**, v.1, 1997. Disponível em: <[http://www.urbanform.org/online\\_unlimited/um199701\\_3-10.pdf](http://www.urbanform.org/online_unlimited/um199701_3-10.pdf)>. Acesso em: 15 de julho de 2017

NASCIMENTO, Adriana Gomes; SILVA, Marcelo José. Transição: (entre) os sentidos da forma-conteúdo. Territorialidades e Temporalidades em São João del-Rei. **Book of Abstracts of PNUM (Portuguese Network of Urban Morphology)**, 2013, p. 765-775.

NASCIMENTO, Adriana Gomes; REIS, Rodrigo Pereira dos. **Questionamentos sobre Limite e Paisagem**: Análise de uso e ocupação no entorno do Largo do Carmo. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL – ACADEMIA DE ESCOLAS DE ARQUITECTURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA – AEAULP. A LÍNGUA QUE HABITAMOS. 2017. p. 461- 470.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. **Barroco e Rococó nas igrejas de São João del-Rei e Tiradentes**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010. 204 p.

PAES, Ana Flávia Nascimento. **Sobre narrar, construir e desconstruir**: reflexões a cerca das transformações físicas e sociais, decorrentes da mineração, na cidade de São João del Rei. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. 11 p. Disponível em: <<http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/>>. Acesso em: 29 de julho de 2017.

PALHARES, Gentil; CHRISTÓFARO, Paulo. **De Thomé Portes a Tancredo Neves**: roteiro turístico de São João Del Rei. Juiz de Fora, MG: Lar Católico, 1963. 134 p.

PEREIRA, Honório Nicholls. **Permanências e transformações nas cidades-monumento**: teatro social e jogos de poder (São João del-Rei, 1937-1967). 2009. 318 p. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2009.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga et al. **The World Heritage site of Ouro Preto. Facilities World Heritage cities management**. Guildford, Surrey: Emerald Group Publishing Limited, 2011.

\_\_\_\_\_. **Transformações, conflitos, perdas e permanências na paisagem sul-metropolitana de Belo Horizonte**. 2004. 315p. Tese de Doutorado.



Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **The role of morphological green spaces in the urban context of Brazilian cities.** ISUF XIX. DELFT. 2012.

\_\_\_\_\_. **The new urban conditions to answer old demands of urban life.** ISUF XX. Brisbain. 2013.

\_\_\_\_\_. **Transformações e permanências no tempo da Savassi.** Topos (NPGAU/UFMG), Belo Horizonte, v. único, n. 01, p. 80-92. 1999.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. A teoria da Morfogênese e da estrutura das paisagens urbanas históricas, aplicada na cidade de Ouro Preto – MG. In: PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga. **Fundamentos de Morfologia Urbana.** Belo Horizonte: Conarte, 2015.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 203.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao Interior do Brasil.** São Paulo: Editora Itatiaia; Edusp, 1976. 417 p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura do Brasil.** 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 216 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – PMSJDR. Disponível em: <<http://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/>>. Acesso em: junho de 2017.

RODRIGUES, J. A. São João del-Rei em 1859. O depoimento de José Antônio Rodrigues. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei,** São João del-Rei, v. III, p. 77-79, jun/1985.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUGENDAS, João M. **Viagem pitoresca através do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

SAINT-HILAIRE. Auguste. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

\_\_\_\_\_. **Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SAFE, Simone Marques de Sousa. **Tradição e vida social na forma urbana da Kasbah dos Oudayas e Medina de Rabat**. 2015. 205 p. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: paisagem em transformação**. 2010. 193 p. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SANT'ANNA, Márcia Genésia de. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. 268 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

\_\_\_\_\_. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio*, IPHAN. Brasília, n. 35, p. 139-155, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002. 392 p.

SÃO JOÃO DEL REI. Prefeitura Municipal. **Lei nº 4.068 de 13 de novembro de 2006 estabelece o Plano Diretor de São João del Rei**. São João del Rei: Câmara Municipal, 2017.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Lei nº 3.452 de 8 de junho de 1999 cria normas para o tombamento pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural**. São João del Rei, 2017.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Lei nº 3.531 de 6 de junho de 2000 que delimita a área do Centro Histórico de São João del Rei**. São João del Rei, 2017.

SAUER, Carl. A morfologia da cidade. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAML, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**, Rio de Janeiro, EdUERJ, p.17-54, 1998.

SOUZA, Elizete Maria de; CHAVES, Elaine. De Ouro Preto a Belo Horizonte: seguindo os passos da história para compreender a formação do falar belo-horizontino. **Revista Alpha**, UNIPAM, p. 54 – 67, nov. 2011.

TAVARES, Denis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei: negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967)**. 2012. 187 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. 208 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ. Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/>>. Acesso em: junho de 2017.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. 3ª ed. Barueri/ SP. Editora Manole. 2015. 284 p.

VASCONCELLOS, Diogo de. **História média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

\_\_\_\_\_. **História antiga das Minas Gerais**: (1703-1720). Rio de Janeiro: Nacional, 1948. 428 p.

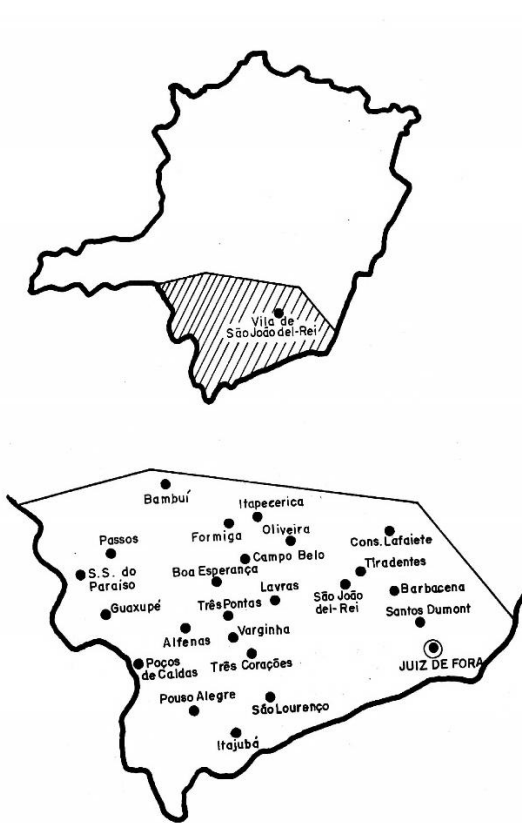
VIEGAS, Augusto. **Notícia de São João Del-Rei**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942. p.72.

WALSH, R. **Notícias do Brasil (1828-1829)**. São Paulo: Editora Itatiaia; Edusp, 1985. 237 p.

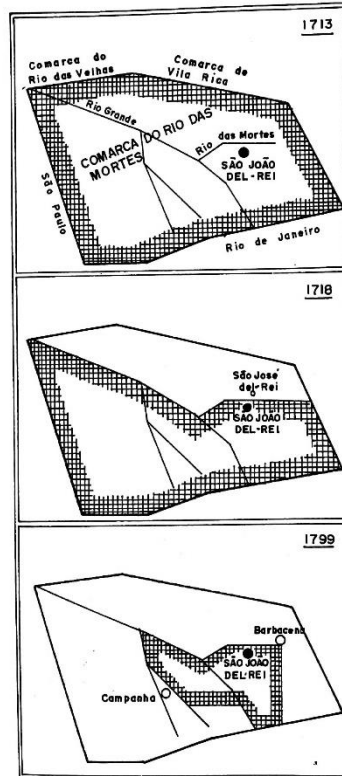
WITEHAND, J.W.R. British urban morphology: the Conzenian tradition. **Urban morphology**: Journal of the international Seminar on Urban Form, England, v.5, n.2, p. 103-109, jul./dec. 2001.

## ANEXOS

ANEXO A – Mapa ilustrativo da Comarca do Rio das Mortes e suas subdivisões ao longo dos anos.



Situação da Comarca do Rio das Mortes nas Minas Gerais de hoje



O termo sob a jurisdição da Vila de São João del-Rei correspondia a toda a área da Comarca do Rio das Mortes.

Em 1718 foi criada a Vila de São José del-Rei. Seu território era limitado pela margem direita do Rio das Mortes e, posteriormente, pelo Rio Grande abaixo.

Em 1791 foi instalada a Vila de Barbacena e, em 1799, a Vila da Campanha da Princesa, restando para a Vila de São João del-Rei uma área territorial bastante reduzida.

Vila de São João del-Rei  
Desmembramentos do seu território - século XVIII

Fonte: Guimarães, 1996, p. 43-44.

ANEXO B – Certidão de Tombamento Nº 45 contendo delimitação da área tombada e mapa  
(1944 e 1947).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

CONFERE COM O ORIGINAL

10, 06, 08

Tomando como base de estudo a proposta apresentada pela prefeitura local, percorremos a cidade de São João del Rei, examinando os diversos logradouros e prédios isolados cujas características tradicionais ainda permanecem intactas.

Assim como as outras cidades coloniais mineiras, São João del Rei interessa muito mais pelo ambiente que decorre da unidade e harmonia dos conjuntos arquitetônicos do que pela elegância ou pitoresco de seus detalhes. O efeito monumental de suas igrejas provem, em grande parte, das perspectivas criadas pelos grupos de casas que as enquadram, realçando suas proporções e a riqueza dos ornatos.

Foram poucas as alterações que fizemos à planta proposta pela prefeitura, quase todas inspiradas no critério que vimos de indicar.

Abandonamos várias construções isoladas que foram substituídas por grupos de casas formando perspectivas características, isto é, especialmente trechos de ruas, abrangendo as duas faces correspondentes. Assim um quarteirão da Avenida Artur Bernardes, embora possuindo vários prédios novos foi incluído no plano de tombamento por constituir um dos melhores pontos de vista da cidade.

À vista do exposto propomos que o tombamento abranja os seguintes trechos:

RUAS:

Duque de Caxias  
Santo Antonio  
Rezende Costa  
Marechal Bitencourt  
Do Carmo  
Santo Elias  
Santa Tereza  
João Mourão  
Dr. José Mourão  
Vigário Amancio  
Monsenhor Gustavo  
Padre José Maria  
Dr. José Bastos até a  
Rua F. Mourão  
Artur Bernardes (compreendendo o trecho da rua Duque de Caxias até a ponte da Cadeia,

PRAÇAS

Barão do Rio Branco  
Carlos Gomes  
Francisco Neves  
Gastão da Cunha  
Paulo Teixeira  
Frei Orlando

LARGOS:

Largo do Carmo

BECOS:

Beco do Cotovelo  
Beco do Salto

*Zenaide de Freitas Santos*  
Zenaide de Freitas Santos  
IPHAN/COPEDOC/IGEDAB  
SIAPE 1546480



CONFERE COM O ORIGINAL

10,06,03

Continuação: (2)

*Leuzip*  
Zenaide de Freitas Santos  
IPHAN/COPEDOC/GEDAB  
SIAPE 1546480

PONTES:

Ponte da Cadçia  
Ponte do Rosario

IGREJAS:

- ✓ S. Francisco (Inc. Cemitério)
- ✓ N. S. Carmo (inc. cemiterio)
- ✓ Matriz
- N. Sra. do Rosário
- Santo Antonio
- Merces
- Bonfim
- Senhor dos Montes
- Matosinhos

Fontes e Passos

TRAVESAS:

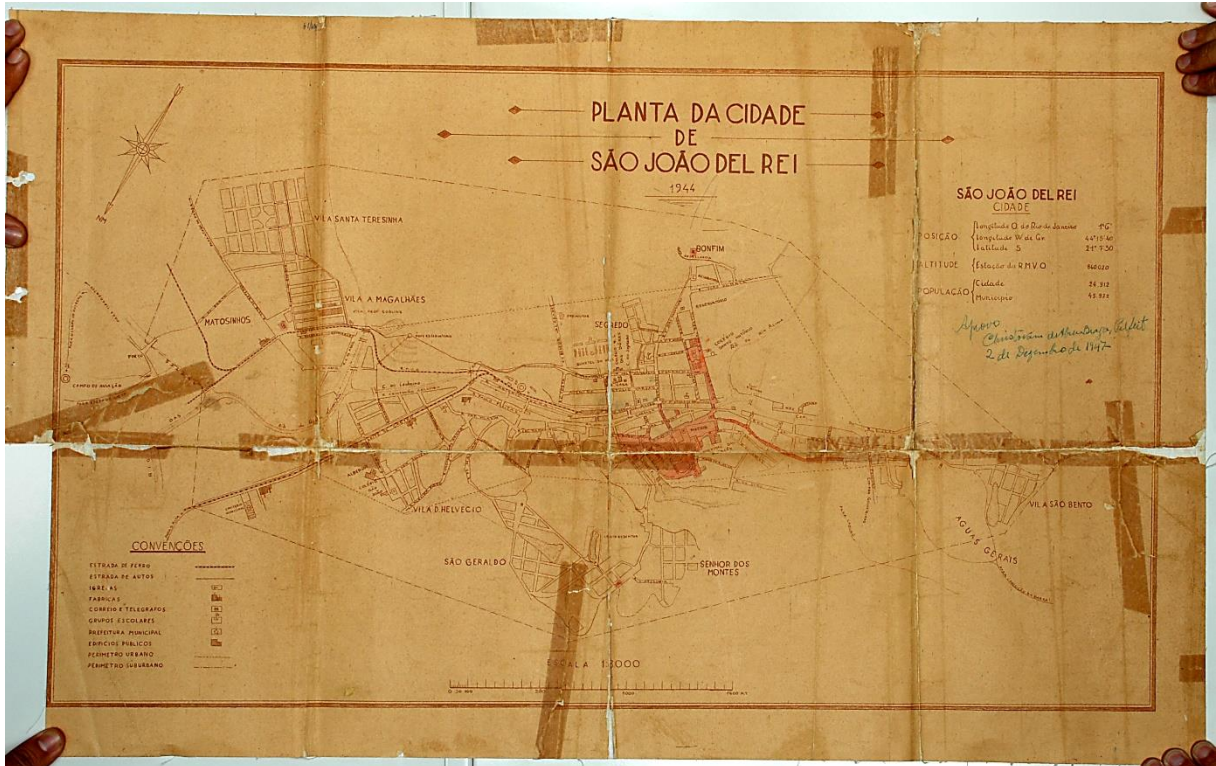
Travessa Dr. José Mourão  
Travessa Mons. Gustavo

PRÉDIOS

Rua João Salustiano, 289,293,297.  
Balbino da Cunha, 190  
Marechal Deodoro, 254,260,265,268,  
269,259,263.  
Rua Ribeiro Bastos, 54  
Eduardo Magalhães, 194  
Severiano Rezende, predio da  
D.P.H.A.N.  
Casa do Fortim dos Emboabas.

Os nomes de ruas e logradouros foram tomados de uma planta da cidade do ano de 1944.

14 de novembro de 1947  
Alcides da Rocha Miranda



Fonte: Cópia Processo de Tombamento – Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei, 1947.



ANEXO C – Notificação Nº 45A (1947) em retificação a área tombada em 1938.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Notificação nº 45-A

Em 28 de novembro de 1947

Senhor Prefeito:

Em aditamento à notificação nº 45, datada de 16 de fevereiro de 1938, expedida ao antecessor de V.Excia. para o efeito de inscrição do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de São João del Rei nos Livros do Tombo a que se refere o artigo 4º do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, tenho a honra de comunicar-lhe que a área da mesma cidade compreendida no tombamento é a seguinte: Ruas Duque de Caxias, Santo Antônio, Rezende Costa, Marechal Bittencourt, do Carmo, Santos Elias, Santa Tereza, João Mourão, Dr. José Mourão, Vigário Amancio, Monsenhor Gustavo, Padre José Maria, Dr. José Bastos até à rua F. Mourão, Artur Bernardes (compreendendo o trecho da rua Duque de Caxias até a ponte da Cadeia); Praças Barão do Rio Branco Carlos Gomes, Francisco Neves, Gastão da Cunha, Paulo Teixeira e Frei Orlando; Largo do Carmo; Becos do Cotovelo e do Salto; Travessas Dr. José Mourão e Monsenhor Gustavo; Pontes da Cadeia e do Rosário; Igreja da Ordem 3ª de São Francisco de Assis (inclusive o respectivo cemitério) \* Matriz de N.Sa. do Pilar, igrejas de N.Sa. do Rosário, de Santo Antônio, de N.Sa. das Mercês, N. Senhor do Bonfim, Senhor dos Montes, Matozinhos; Prédios à rua João Salustiano nºs 289, 293 e 297; à rua Balbino da Cunha nº 190; à rua Marechal Deodoro nºs 264, 259, 260, 263, 265, 268 e 269; à rua Ribeiro Bastos nº 54; à rua Eduardo Magalhães nº 194; à Praça Severiano da Resende a/número (próprio nacional); casa denominada do Fortim dos Emboabas. Cumpre acrescentar que ficam incluídos no tombamento as capelas dos Passos e, bem assim, as fontes ou chafarizes antigos da cidade.

Para melhor demarcação da área tombada, remeto em anexo a V.Excia. uma cópia da planta da cidade de São João del Rei, levantada em 1944, em escala de 1:8.000, com os logradouros e imóveis isolados incluídos no tombamento.

Para os fins estabelecidos no artigo 5º do citado Decreto-lei nº 25, solicito a V.Excia. queira acusar recebimento da presente notificação.

Nesta oportunidade reitero a V.Excia. os protestos do meu alto apreço.

(a) Rodrigo M.F. de Andrade  
Diretor Geral

Ao Senhor  
Dr. Cristóvão de Abreu Braga  
Prefeito Municipal de São João del Rei

\* Igreja da Ordem Terceira do Carmo (inclusive o respectivo cemitério);  
Confere.

CONFERE COM O ORIGINAL

10.06.08

ANEXO D – Solicitações para redução da área tombada

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO  
E ARTÍSTICO NACIONAL.

M. E. C.  
Protocolo - D. P. H. A. N.  
N.º 3.4.62

- 1 - à D. E. P., para juntar  
os processos de Tombamento  
de Conjunto de S. João del-Rei;
- 2 - à Secretaria, para transmitir  
cópia ao Chefe do Distrito,  
afim de apelar sobre o assunto;
- 3 - à S. G. da D. E. P.  
3.6.62 R. L.

NOS abaixo-assinados, residentes em SÃO JOÃO  
DEL-REI, Estado de Minas Gerais, representantes dos poderes pu-  
blicos e entidades de classes e outros, vimos, muito respeitosa-  
mente, a V. Excia. expôr e afinal requerer o seguintes:

- a)-Como é do conhecimento de V. Excia., São João  
del-Rei, histórica e tradicional cidade do  
Estado de Minas Gerais, é possuidora, inega-  
velmente, de obras, e sobretudo prédios, que,  
pelo seu passado ou mesmo pela arte que encer-  
ram, vêm recebendo desse Serviço o amparo e a  
assistência destinadas às suas conservaçãoes.  
Nossas Igrejas e nossas pontes, principalm-  
te, constituem verdadeiras reliquias recebi-  
das de nossos antepassados e cujas conserva-  
ções transformam-se em verdadeiro dever, afim  
de que sejam legados àqueles que nos seguirem  
como exemplos de arte, de trabalho e de capa-  
cidade de um povo;
- b)-NÃO possuímos, portanto, nenhum espírito de  
animosidade contra esse Serviço, cujo traba-  
lho é indiscutivelmente meritório e que, por  
tanto, somente pode receber o nosso reconhe-  
cimento e a nossa admiração;
- c)-A par de seu passado histórico, de que tanto  
nos orgulhamos, São João del-Rei vem recebe-  
ndo hoje o impulso do desenvolvimento socio-e-  
conômico, projetando-se em nosso Estado como  
município progressista e empreendedor;
- d)-É por isto mesmo que tomamos a liberdade de

CONFERE COM O ORIGINAL

entregar a V.Excia., não somente como apêlo, mas também no intuito de darmos ao SPHAN nossa modesta, porém sincera colaboração, o presente pedido que visa obter desse Serviço a revisão do tombamento no centro comercial de São João del-Rei;

e)-De fato, com o crescimento e o desenvolvimento comercial de nossa terra, necessário se torna a ampliação de suas instalações, afim de que possam elas alcançar e acompanhar o ritmo da vida atual. São João del-Rei possui hoje um centro comercial, em extensão, pequeno, compreendido apenas pelas ruas Artur Bernardes, Marechal Deodoro, Praça Severiano de Resende e Avenida Rui Barbosa. Por isto mesmo, a remodelação dos prédios já existentes, com o seu melhor aproveitamento, se impõe com urgência e como medida vital.

Baseados nestas considerações, é que nós, abaixo assinados, pleiteamos nesta oportunidade, seja feita não o desmontamento integral das ruas Marechal Deodoro, Artur Bernardes e Praça Severiano de Resende, mas sim a revisão do tombamento ali existente, medida que atenderia não somente aos reclamos da vida econômica de São João del-Rei, mas que, ainda, resguardaria os justos interesses históricos e artísticos de nossa terra.

Assim, confiados no alto espírito público e na justiça que sempre presidiram os atos de V.Excia., requeremos seja feita esta revisão, que nenhum prejuízo trará ao SPHAN e a esta histórica cidade.

São João del-Rei, 31 de Janeiro de 1962

Milton de Feres de Souza - Presidente da Câmara  
José Pedro Lestrela de Souza - Secretário  
Jaculofarinj - Vereador.  
Georg Camargo Lima - Vereador.  
Rubens de Barros - Vereador.  
Carminha - Vereador.

CONFERE COM O ORIGINAL  
CONFERE COM O ORIGINAL

10.106.08



S. G. em Curitiba de Curitiba (Veredas).  
Veredas de Curitiba, Via para de Curitiba  
to Curitiba  
Eguas de Curitiba Veredas

Arthur José Bandeira. Veredas.

Estetista José Carlos Filho. Residente Curitiba Veredas

Quem Quem, Presidente da Associação Veredas

Quem Quem, Proprietário

Tommaso Proprietário

Oswaldo Proprietário

Paulo Proprietário

Edoardo Proprietário

Yosi Chala Sede - Proprietário

Albano e amigos de Curitiba Proprietário

Publisa Veredas e filhos - Proprietários

Yosi Proprietário

Yosi José (Proprietário)

Yosi José (Proprietário)

Washington Veredas, Proprietário

Receita Veredas (Proprietário)

Antônio de Castro Jorge (Proprietário)

Yosi Lima Proprietário

Alvaro Heta

Rafael Haddad (Proprietário)

Chiquinho Haddad, Alvaro Heta (Proprietários)

Yosi R. Haddad Proprietário

Alvaro Haddad (Proprietário)

Haddad e outros (Proprietários)

Reservado

Assunto - pedido de revisão do tombamento de São João del Rei

Para o Sr. Dr. Diretor

Informações:

1) O Presidente da Câmara Municipal de São João del Rei e outros pleiteiam "seja feita não o destombamento integral das ruas - Marechal Deodoro, Artur Bernardes e Praça Severiano de Resende, mas sim a revisão do Tombamento ali existente"... (representação de - 31-1-1968);

2) em razão da representação citada, pelo Of. nº 181, de 9-4-68, diz o Dr. Sílvio de Vasconcellos que "de há muito já expanda na opinião no sentido de ser revisado o Tombamento de São João del Rei, tendo em vista o aspecto já muito prejudicado - senão perdido - do conjunto arquitetônico local dado o número grande em maioria das construções novas entre as antigas";

3) o parecer do Dr. Sílvio é no "sentido de se limitar o tombamento a adjacências dos monumentos ou trechos específicos desde que a área atualmente tombada não recebesse construções acima de três pavimentos em razão de ser mantida a proporcionalidade urbana";

4) A D.E.T. fica em princípio de acordo com a sugestão apresentada pelo Chefe do 3º Distrito e aguarda sua complementação - "com a indicação precisa das áreas", conforme o prometido.

Contudo, sem por em dúvida a necessidade de uma revisão no rei no Tombamento de São João del Rei, julgamos não fora de propósito fazermos as ponderações seguintes:

a) o objeto da representação citada no item 1 é o de revisão de uma pequena porção da área tombada - ruas Artur Bernardes, rua Marechal Deodoro e Praça Severiano de Resende;

b) a parte Tombada da rua Artur Bernardes abrange apenas o lance compreendido entre a rua Duque de Caxias e a ponte da Cadeia. Esse trecho de rua, "embora possuindo vários prédios novos foi incluído no plano de Tombamento por constituir um dos melhores pontos de vista da cidade", tal como escreveu o arquiteto Alcides de Rocha Miranda no seu parecer, de 14 de novembro de 1947, que serviu de base ao Tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade;

c) o Tombamento em conjunto do quarteirão compreendido entre a rua Marechal Deodoro, a praça Severiano de Resende, a Avenida Rui Barbosa e a rua Artur Bernardes teve o objetivo de evitar que

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

que construções novas, e seria eventualmente feitas dentro dessas áreas, prejudiquem as perspectivas e as características de cidade antiga. Não ficam entretanto suspensas essas construções; apenas, os respectivos projetos serão encaminhados à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que fica responsável pelas condições de boa visibilidade e harmonia daquele conjunto urbano" (C. 810, de 15 de setembro de 1948, do Sr. Dr. Diretor Geral para o Prefeito de São João del Rei, Sr. Cavalcia da Fonseca Torga);

d) o que ficou transcrito no ofício anterior não poderá ser aplicado extensivamente a toda área atualmente Tombada? ... e não poderá corresponder isto ao parecer do Dr. Silvio, copiado no item, 3º... já que a limitação por ele proposta - três pavimentos para as construções novas - tem por fim manter "a proporcionalidade urbana", o que vale dizer a garantia das "perspectivas características", tão evidenciadas por Rocha Miranda;

e) deve-se encarecer ao Dr. Silvio de Vicecancellor que, na revisão que ora fará do Tombamento de São João del Rei, julgue também do movimento atual dos prédios seguintes e situados fora dos limites de áreas preservadas: Rua João Salustiano, 299, 298 e 295; Rua Albino da Cunha, 190; Rua Marechal Deodoro, 254, 259, 260, 263, 265, 268 e - 269; Rua Ribeiro Bastos, 54; Rua Eduardo Magalhães, 194; Casa da Portina das Embocabas. Todos esses prédios ainda não Tombados foram arrolados pelo Dr. Rocha Miranda com esta finalidade, mas a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não tem deles sequer fotografia.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1968

cc.) Paulo G. Barreto

CONFERE COM O ORIGINAL

10.06.68

*Zenaldo*  
Zenaldo de Freitas Santos  
IPHAN/COPEDOC/GEDAB  
SIAPE 1546480



M. E. C.  
Protocolo - D. P. H. A. N.  
N.º 1024 = 30.7.62.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
D. P. H. A. N. - 3.º DISTRITO

Do Sr. Chefe do 3.º Distrito de EPHAN      Em Belo Horizonte, 26/07/62.  
Ao Sr. Diretor Geral do P.H.A.N. - Rio.  
Assunto: Tombamento de São João Del Rey.

*à d. E. T. solicite junto  
ao processo de Tombamento  
e informe ao Chefe do S. A.  
em 30.7.1962  
RBY*

Senhor Diretor,

A propósito do problema do tombamento de São João Del Rey, objeto do ofício 536 desta Diretoria e informação anexa do arquiteto Paulo Barreto, ocorre esclarecer que depois de muito ponderar sobre o assunto, inclusive trocando idéias com o engenheiro Artur Arcuri, chegamos à conclusão de que não convém, no momento, alterar a área tombada.

Isso porque a iniciativa se constituiu em precedente, aliás já invocada, que conduziria a restrições subsequentes tomando, por outro lado, a exatamente pela liberação concedida; mais odiosa e gravosa sobre a parte remanescente em tombamento. O mesmo ocorreria no caso de se tombarem construções específicas que embora interessantes não possuem requisitos que justifiquem sua excepcionalidade a ponto de se manterem intactas entre construções inteiramente despoliciadas.

Considerando porém, que na realidade não mais existe conjunto arquitetônico que se recomende à preservação, confrontada esta realidade com o interesse de não se permitir prejuízo aos monumentos locais e à proporcionalidade urbana onde se implantar estas a solução que alvitramos seria:

- 1 - Manter a área tombada tal como atualmente se acha delimitada.
- 2 - Ampliar ao máximo a liberdade de construções, reconstruções e ampliações, exigindo-se apenas:
  - a) altura máxima de 3 (três) pavimentos;
  - b) fachadas discretas.
- 3 - Tombar individualmente algumas poucas construções de maior interesse tal como o antigo Hotel do Espanhol, a Prefeitura Municipal e alguns sobrados para que não se enquadrar na liberalidade prevista no item 2 acima.
- 4 - Evitar, no possível, maiores modificações no aspecto arquitetônico dos conjuntos adjacentes aos monumentos religiosos; Largo do Carmo, da Matriz e de S. Francisco.

Aguardando o obsequio de suas instruções a respeito, despeço-me.

Cordialmente.

Sylvio de Vasconcellos  
Chefe do 3.º Distrito

/RIL



Informação nº 57

Assunto: Tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei.  
De acordo com o parecer do Sr. Engenheiro Artur Azeiteiro, o conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, com data de 14 de novembro de 1947, apresentou a proposta de tombamento, indicando explicitamente, Ruas, Praças, Lojas, Bêcos, Pontes, Igrejas, Fontes e Poços, Travessas e Predios.

Sr. Diretor da DCR:

1- Quando do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei, o Arquiteto Alcides Rocha Miranda procedeu ao exame do mesmo e, com data de 14 de novembro de 1947, apresentou a proposta de tombamento, indicando explicitamente, Ruas, Praças, Lojas, Bêcos, Pontes, Igrejas, Fontes e Poços, Travessas e Predios.

2- Com data de 28 do mesmo mês e ano, foi enviado ao Sr. Prefeito Municipal, Dr. Cristovão de Abreu Braga, a notificação 45A com o relacionamento completo constante da proposta, tendo o mesmo Sr. Prefeito respondido acusando a notificação, pela carta 221/47, de 3 de dezembro do mesmo ano. Anexo a carta, remeteu o nome dos proprietários dos imóveis arrolados, para a notificação individualizada de cada um.

3- Acontece que, por inadvertência ou esquecimento, não foram remetidas as notificações individualizadas, de tal forma, que, na realidade, não se encontram tombadas as edificações particulares seguintes:

- Rua São Salustiano nºs 289, 293 e 297
- Rua Balbino da Cunha nº 190
- Rua Marechal Deodoro nºs 254, 260, 265, 268, 269, 259, e 263.
- Rua Ribeiro Bastos nº 54
- Rua Eduardo Magalhães nº 194
- Casa do Fortim dos Rêgoes

Além destas edificações, não foram, também, inscritos individualmente, as igrejas de N. Senhora do Rosário, Santo Antônio, N. Senhora das Mercês, N. Senhor do Bonfim, N. Senhor dos Montes e N. Senhor do Matosinhos e mais os Cemitérios do Carmo e de S. Francisco de Assis, como extensões das igrejas de mesmo orago.

4- Este problema surgiu, quando esta DCR negou auxílio a obras de restauração solicitadas pelos proprietários do imóvel, Rua Balbino da Cunha nº 190, e ao mesmo tempo autorizou em área contígua a mesma, sob a alegação de não estar inscrito nos Livros do Tombo, esta edificação.

O Sr. Engenheiro Artur Azeiteiro, Representante desta Diretoria em São João del-Rei, estranhou este proceder, por constar a edificação referida, na notificação feita ao Sr. Prefeito.

5- Julgo que convirá, com certa urgência, ser estudado esse assunto, a fim de ser acertada a extensão do tombamento de São João del-Rei.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1966.

Pro. Dr. Arizete

Augusto da Silva Rolles.

Spria de toda documentação que o revisor Li Bento despendeu do Tombamento de S. João del-Rei fosse efetivada. De toda a documentação ainda que a mesma fosse feita pelo Sr. Arquiteto AST. GLE. S. Rolles e o Sr. Engenheiro Artur Azeiteiro, assim como o arquiteto Rolles de proprietários mais imediatos. Em 24/4/66 Rolles



ANEXO E – Rerratificação Certidão N°45 A (1989).



MINISTÉRIO DA CULTURA

MINISTÉRIO DA CULTURA  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

CERTIDÃO

Em cumprimento ~~XXXXXXXXXX~~ à determinação do Senhor Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da // Cultura, C E R T I F I C O, que revendo o Livro do Tombo das/ Belas Artes da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele // a folhas dois: "Número de Inscrição: um; Obra: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de São João del Rei, conforme notificação número quarenta e cinco traço A, de vinte e oito de novembro de mil novecentos e quarenta e sete, a folhas seis do Processo número sessenta e oito traço I traço trinta e oito; Situação: Cidade e Município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais; Proprietária: Prefeitura Municipal e outros; Processo Número: sessenta e oito traço T traço trinta e oito; Caráter do Tombamento: Ex-offício; Data da Inscrição: quatro de março de mil novecentos e trinta e oito; Observações: Vide folhas seis do Processo número sessenta e oito traço T / traço trinta e oito." C E R T I F I C O, ainda, que revendo o Processo número sessenta e oito traço T traço trinta e oito, dele consta o seguinte a folhas seis: "Notificação número quarenta e cinco traço A/ Em vinte e oito de novembro de mil novecentos e quarenta e sete./ Senhor Prefeito: Em aditamento à notificação número quarenta e cinco, datada de dezesseis de fevereiro de mil novecentos e trinta e oito, expedida ao antecessor de Vossa Excelência para o efeito da inscrição do conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de São João del Rei nos Livros do Tombo a que se refere o artigo quarto do Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, tenho a honra de comunicar-lhe // que a área da mesma Cidade compreendida no tombamento é a seguinte: Ruas Duque de Caxias, Santo Antônio, Rezende Costa, Marechal Bittencourt, do Carmo, Santo Elias, Santa Tereza, João Mourão, Doutor José Mourão, Vigário Amâncio, Monsenhor Gustavo, Padre José Maria, Doutor José Bastos até a Rua F. Mourão, Artur Bernardes (compreendendo o trecho da Rua Duque de Caxias até a ponte da Cadeia); Praças Barão do Rio Branco, Carlos Gomes, Francisco Neves, Gastão da Cunha, Paulo Teixeira e Frei Orlando; Largo do Carmo; Becos do Cotovelo e do Salto; Travessas Doutor José Mourão e Monsenhor Gustavo; Pontes da Cadeia e do Rosário; Igrejas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (inclusive o respectivo cemitério), da Ordem /





Terceira do Monte do Carmo (inclusive o respectivo cemitério), Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Igrejas de Nossa Senhora do Rosário, de Santo Antônio, de Nossa Senhora das Mercês, Nosso Senhor do Bonfim, Senhor dos Montes, Matozinhos; Prédios à // Rua João Salustiano números duzentos e oitenta e nove, duzentos e noventa e três e duzentos e noventa e sete; à Rua Balbino da Cunha número cento e noventa; à Rua Marechal Deodoro números duzentos e cinquenta e quatro, duzentos e cinquenta e nove, duzentos e sessenta, duzentos e sessenta e três, duzentos e sessenta e cinco, duzentos e sessenta e oito e duzentos e sessenta e nove; à Rua Ribeiro Bastos número cinquenta e // quatro; à Rua Eduardo Magalhães número cento e noventa e quatro; à Praça Severiano de Rezende sem número (próprio nacional); casa denominada do Fortim dos Emboabas. Cumpre acrescentar que ficam incluídos no tombamento as capelas dos Passos e, bem assim, as Fontes ou Chafarizes antigos da Cidade. Para melhor demarcação da área tombada, remeto em anexo a Vossa Excelência uma cópia da planta da Cidade de São João del Rei, levantada em mil novecentos e quarentá e quatro, em escala de um por oito mil, com os logradouros e imóveis isolados incluídos no tombamento. Para os fins estabelecidos no artigo quinto do citado Decreto-lei número vinte e cinco, solicito a Vossa Excelência queira a cusar recebimento da presente notificação. Nesta oportunidade reitero a Vossa Excelência os protestos do meu alto apreço. Rodrigo M.F. de Andrade-Diretor Geral Ao Senhor/Doutor Cristóvão de Abreu Braga/Prefeito Municipal/de São João del Rei." E por ser verdade, eu, Edson de Brito Maia, Chefe do Arquivo da Coordenadoria de Registro e Documentação, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinado e visada pela doutora Eliana Resende Furtado de Mendonça, Coordenadora de Registro e Documentação e pelo doutor/Italo Campofiorito, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1989.////

18/09/89  
IPHAN

Edson de Brito Maia  
Chefe do Arquivo DAD/SPHAN

Eliana Resende Furtado de Mendonça  
Coordenadora de Registro e Documentação da SPHAN/ENPH

Italo Campofiorito

Tulo Coordenador  
Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

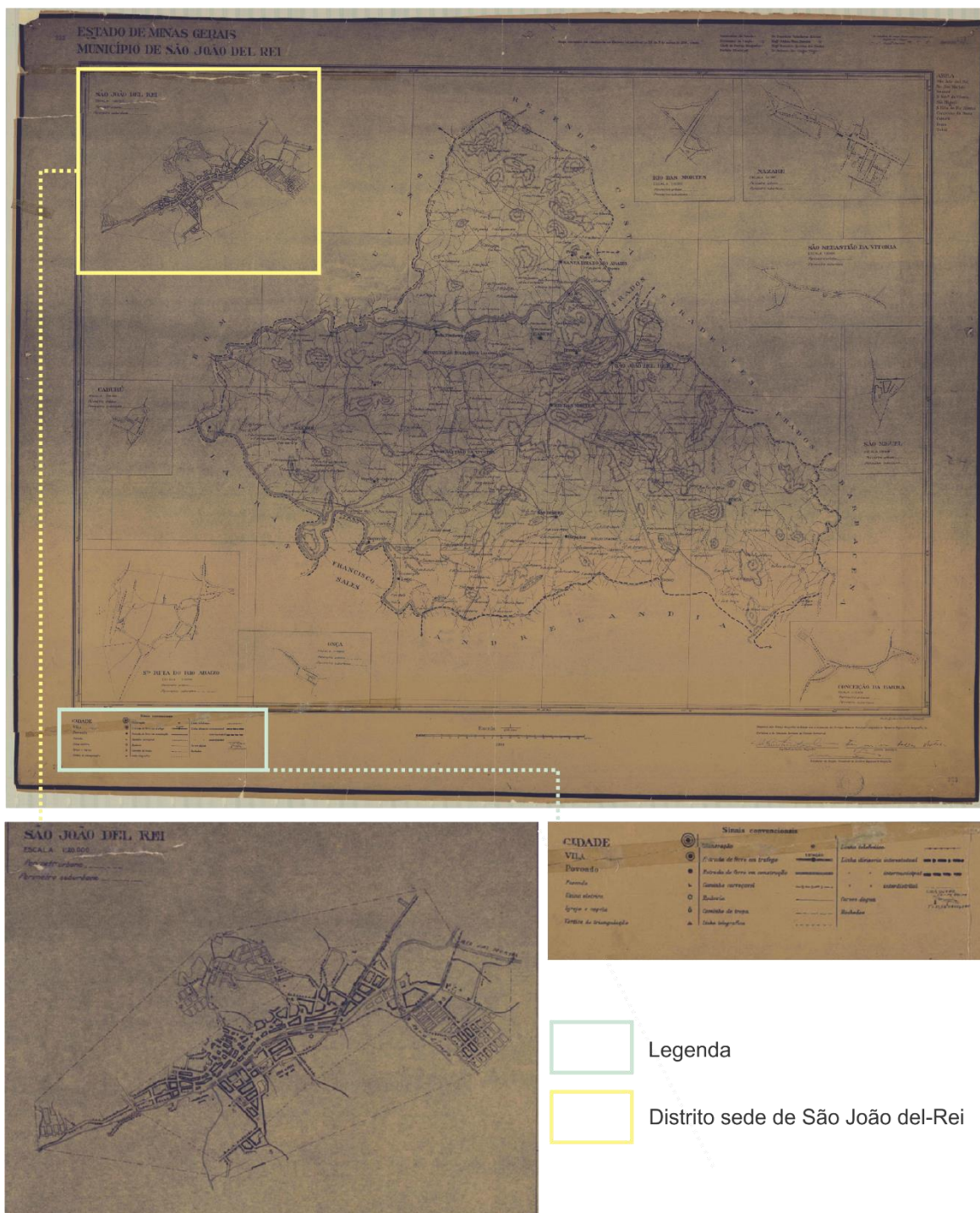
Fonte: Cópia Processo de Tombamento – Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei, 1989.





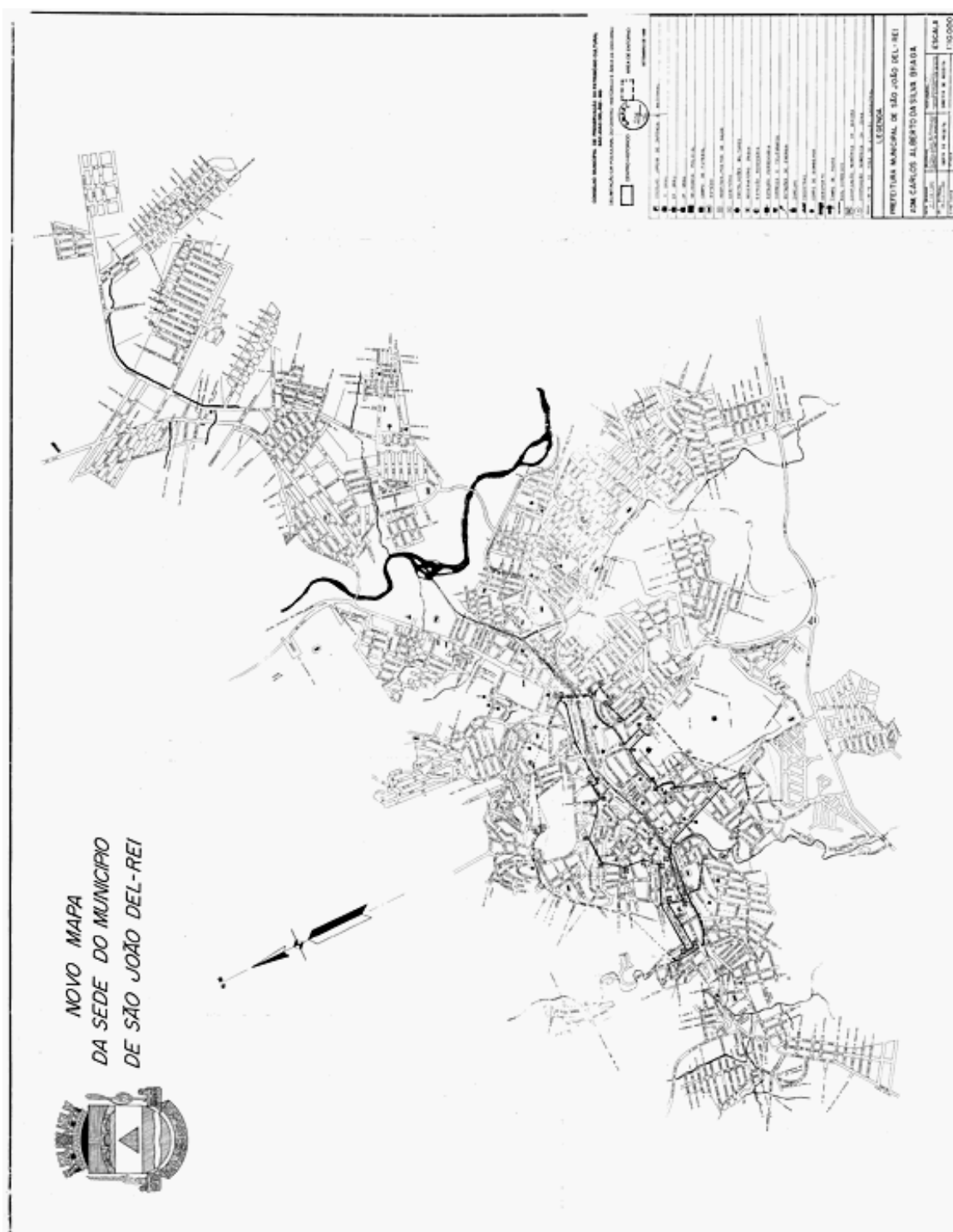


ANEXO G – Mapa da cidade de São João del-Rei em 1938. Os núcleos urbanos de cada distrito e localidade são representados (laterais do mapa).



Fonte: Elaborado pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Modificado pela autora em junho de 2018. Acervo Fundação João Pinheiro.

ANEXO H – Mapa da cidade de São João del-Rei em 1999.



Fonte: Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 1993.



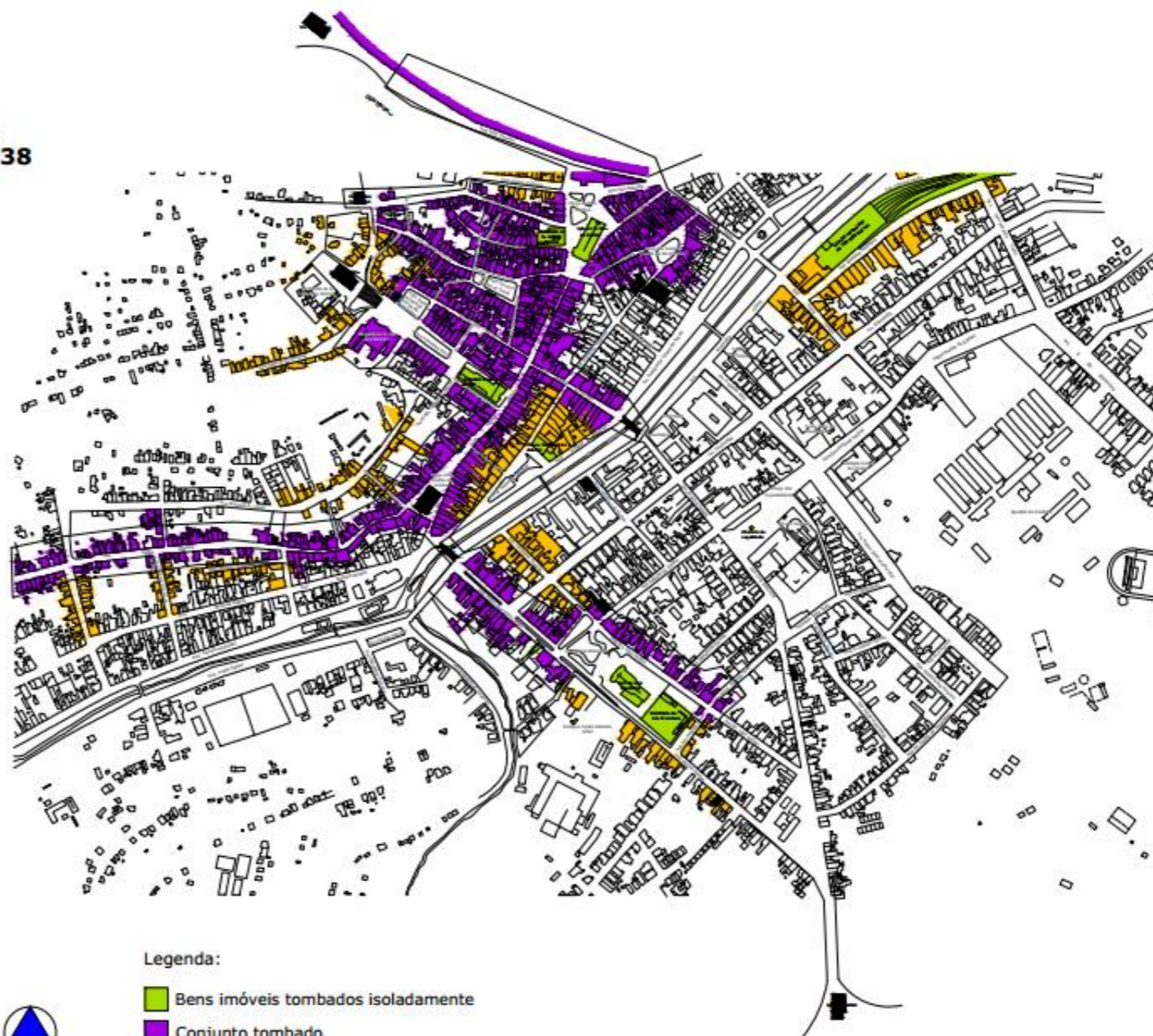


**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM MINAS GERAIS**

**Tombamento Federal de São João del Rei**  
**Conjunto Arquitetônico e Urbanístico**  
**Processo 68-T-38 Livro Belas Artes Vol. 01**  
**Inscrição 01 Folha N ° 02 Data 04 /03/ 1938**

Área compreendida no tombamento:

- Ruas Duque de Caxias, Santo Antônio, Resende Costa, Marechal Bittencourt, do Carmo, Santo Elias, Santa Tereza, João Mourão, Doutor José Mourão, Vigário Amâncio, Monsenhor Gustavo, Padre José Maria, Doutor José Bastos até a Rua F. Mourão, Arthur Bernardes (compreendendo o trecho da Rua Getúlio Vargas até a ponte da Cadeia);
- Praças Barão do Rio Branco (Dr. Salatiel), Carlos Gomes, Francisco Neves, Gastão da Cunha, Paulo Teixeira e Frei Orlando, Largo do Carmo;
- Becos do Cotovelo e do Salto;
- Travessas Doutor José Mourão e ;
- Pontes da Cadeia e do Rosário;
- Igrejas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (inclusive o respectivo cemitério), Ordem Terceira do Monte do Carmo (inclusive o respectivo cemitério), Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Igrejas de Nossa Senhora do Rosário, de Santo Antônio, de Nossa Senhora das Mercês, Nosso Senhor do Bonfim, Senhor dos Montes, Matozinhos;
- Prédios à Rua João Salustiano nº289, 293 e 297, à Rua Balbino da Cunha nº190, à Rua Marechal Deodoro nº254, 259, 260, 263, 265, 268 e 269, à Rua Ribeiro Bastos nº54, à Rua Eduardo Magalhães nº194, à Praça Severiano Resende sem número (Marechal Deodoro, 12), casa denominada Fortim dos Emboabas;
- Capela e Passos da Paixão;
- Fontes e chafarizes antigos da Cidade;
- Complexo Ferroviário de São João del Rei.



Legenda:

- Bens imóveis tombados isoladamente
- Conjunto tombado
- Entorno imediato de imóveis e conjunto tombados
- Bens imóveis citados isoladamente no Tombamento do Conjunto

Fonte: Escritório Técnico II do IPHAN em São João del-Rei, (s/d).